

Jornal da Unicamp

Campinas, dezembro de 2001 – ANO XVI – Nº 169 – DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

A QUÍMICA DO TERROR

Reprodução

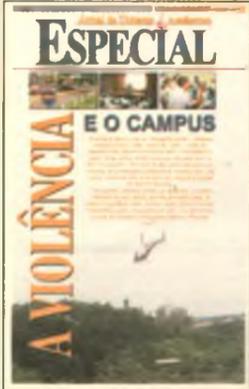


Foto: Antoninha Perri

O campus universitário não é uma ilha em meio à violência da cidade. O que fazer para contê-la?

Caderno Especial

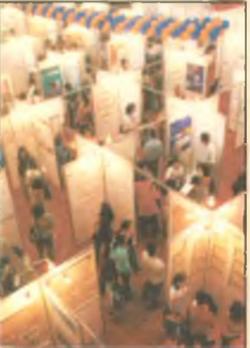
Reprodução



Os palestinos e seus atiradores de pedras, que têm apoio inclusive de judeus na luta por seu território

Páginas 11 e 12

Foto: Neldo Cantani

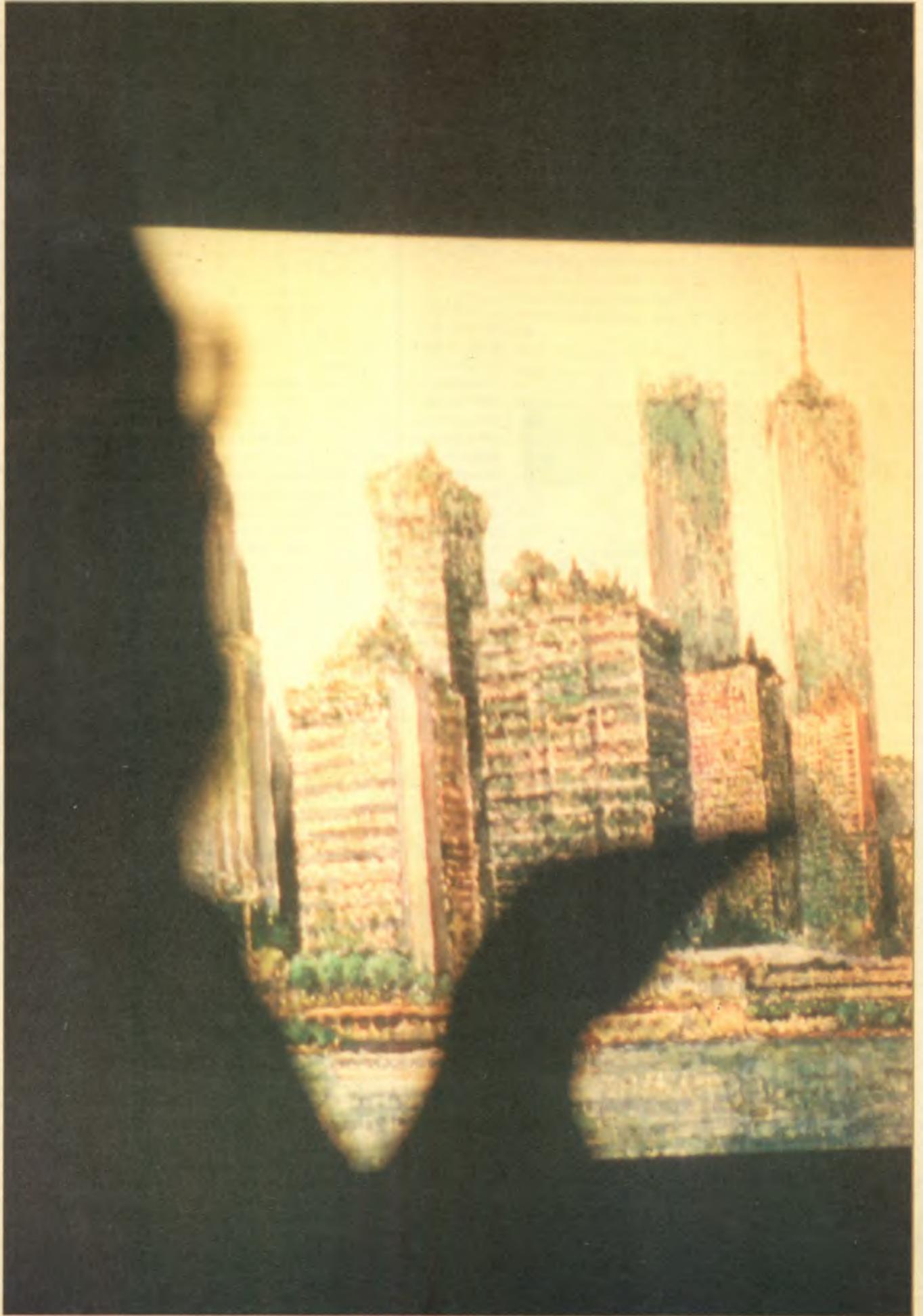


Os alimentos que vamos consumir no século 21 foram tema de Simpósio Latino-Americano sediado na Unicamp

Páginas 4 e 5

Menino pode brincar com boneca? Está aí uma pergunta que ainda constringe os educadores

Páginas 6 e 7



O Caderno Temático desta edição aborda o bioterrorismo. Segundo especialistas da Unicamp, mesmo o Brasil, que em tese está longe da rota dos terroristas, precisa se aparelhar para enfrentar uma agressão química ou biológica, principalmente se ela ocorrer em massa. Eles também oferecem detalhes sobre agentes químicos e seus efeitos, havendo particular temor com a contaminação de alimentos. Na *página 7*, palestra com o americano James Wines (foto acima), expoente da “arquitetura ecológica”, que teve seu escritório abalado no atentado ao World Trade Center.

PESQUISA
PESQUISA

Própolis contra a Aids

Pesquisador da Unicamp busca remédio na substância resinosa coletada pelas abelhas

ROBERTO COSTA
rcosta@obelix.unicamp.br

As pesquisas são ainda incipientes, mas já se sabe que da própolis é possível extrair um remédio que ofereça possibilidades de combate à Aids. Quem trabalha nesta pesquisa é o professor de Bioquímica Yong K. Park, da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp. Ele acaba de retornar da Universidade da Carolina do Norte (EUA), parceira nas pesquisas sobre a doença, juntamente com seus orientados Severino Matias e Claudio Aguiar. Park estuda as diferentes composições de própolis brasileiras desde 1992 e catalogou 12 tipos em todas as partes do Brasil.

"As amostras dos grupos 1 e 5 (Região Sul) demonstraram atividade anti-HIV", afirma o professor da FEA. Os resultados refletem apenas testes laboratoriais *in vitro*, sem uso de cobaias ou animais. As amostras dos grupos 6 e 7, colhidas na Bahia, apresentam alta atividade citotóxica contra diferentes células tumorais malignas.

Além da Aids, a substância resinosa que as abelhas coletam de vegetais e com a qual vedam suas colméias, tem diversos outros usos na medicina. Park gostaria

de aprofundar suas pesquisas para a cura do câncer, mas vê maiores perspectivas na luta contra a Aids, já que os Estados Unidos têm liberado grandes verbas para esta área. O trabalho conjunto com a Universidade da Carolina do Norte pode ter novos avanços nos próximos anos, espera o pesquisador.

Nos ensaios anti-HIV realizados com as amostras de própolis brasileiras foi testado o efeito da inibição da replicação do HIV em células de linfócitos H9, e comparada a sua atividade com o AZT, uma droga comercial conhecida. "Pode-se concluir que a atividade anti-HIV da própolis do grupo 1 é ligeiramente maior que a do grupo 5", adianta Park.

Anticárie – Se a cura do câncer ou da Aids pela própolis ainda pode demorar, os estudos sobre a sua eficácia na redução de cáries caminha a passos largos. Em conjunto com a Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) e a Universidade de Rochester (EUA), as pesquisas já demonstraram que a própolis pode ajudar na prevenção da carie dental. Park explica que determinados tipos de própolis brasileiras possuem compostos com um potente poder inibidor da glicosiltransferase, enzima responsável pela formação de polímeros de glicose (glucanos) a partir da sacarose. Estes glucanos aderem aos dentes e propiciam o crescimento de microorganismos mais cariogênicos como o *Streptococcus mutans*, que através da subsequente produção de ácidos causam a cárie. A própolis também inibe o crescimento destes microorganismos, mostrando dupla atuação na prevenção da carie dental.

No trabalho, cabe ao professor Park selecionar, identificar e conhecer a composição química da própolis. Os pesquisadores Jaime Cury e Pedro Rosalen, da FOP, avaliam o efeito anticariogênico, com estudos laboratoriais para verificação antibacteriana e antiaderências, testes com animais em laboratório e o estudo da redução da placa dental em humanos. Os professores William H. Bowen e Michel Hyun Koo, da Universidade de Rochester, analisam os efeitos contra as glicotransferases purificadas.

A ação anticárie da própolis brasileira abre novas perspectivas. Hoje o Brasil é o maior exportador de própolis para Japão, Estados Unidos e Europa, e pode ampliar a balança comercial com a comprovação da qualidade de seus produtos.



Jaime Cury, da FOP: efeito anticariogênico

Daqui para Rochester

Michel Hyun Koo (foto abaixo) é um exemplo da qualidade da formação científica no Brasil e especificamente na Unicamp. Formado pela Faculdade de Odontologia da Unesp de Araraquara, ainda na graduação fez sua iniciação científica na FOP, em Piracicaba, orientado pelo professor Jaime Cury. Neste período produziu quatro artigos científicos. Fez a dissertação de mestrado na FEA, orientado pelo professor Park, sobre própolis e bactérias cariogênicas. Com uma bolsa *sandwich* da Capes completou na Universidade de Rochester a parte experimental da sua tese, iniciada no doutorado, sobre o mecanismo anticariogênico da própolis. Retornou ao Brasil e concluiu o doutorado na FOP em Biologia Buco-Dental, orientado por Cury. Trabalhou com biologia buco-dental. Voltou a Rochester e ali fez o pós-doc por dois anos. Acaba de ser contratado pelo Eastman Dental Center, onde poderá seguir na ponte de pesquisas entre a Unicamp e a Rochester.



Michel Koo: contrato com a Eastman Dental Center



Foto: Neldo Cantanti

Yong Park e os orientandos Claudio e Severino: avanços em cinco anos

FOP ganha prêmio internacional ao aprimorar técnicas de periodontia

A revista científica *Implant Dentistry*, editada nos Estados Unidos e considerada a principal publicação da área de implantodontia, confere anualmente o prêmio Ralph McKinney Jr. ao melhor trabalho publicado. Em sua última edição, referente a 2000, o prêmio foi concedido pela primeira vez a um artigo brasileiro. É um fato raro. O artigo, assinado por uma equipe de pesquisadores da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) da Unicamp, encabeçada pelo professor Francisco Nociti, mostra que é possível melhorar a tecnologia nacional na área de implantes e tem cunho social.

Nociti e os pesquisadores Antonio Sallum, Enilson Sallum e Cristine Stefani realizaram testes de implantes com animais. Foi usado um fa-

tor de crescimento derivado de plaquetas (PDGF) e fator de crescimento semelhante à insulina. Após 90 dias e diferentes dosagens de solução de calcêina verde, os implantes foram avaliados e se concluiu que a combinação de PDGF e IGF-1 demonstrou participação no período inicial da reparação óssea.

A técnica de regeneração óssea, conforme Nociti, pode substituir as raízes de dentes com próteses convencionais. O trabalho para essa regeneração é comparável à construção de uma ponte de rodovia, que recebe estrutura de ferro para sustentar os pi-



Foto: Dário Crispim

Nociti, Enilson e Antonio Sallum: prêmio raro para o Brasil

lares. Os produtos da implantodontia permitem essa base, de onde saem parafusos para a sustentação dos dentes. Com o implante de 8 a 10 dentes será possível – agora já projetando para humanos – a substituição de dentadu-

ras, com melhores resultados. Estima-se que cada pessoa precise de pelo menos um ano para a instalação das próteses. "O osso cicatriza ao redor do implante e oferece a estabilidade para a prótese", explica Nociti.

Ainda não existem estimativas de custos para a nova técnica, mas já há interesse de empresas do setor em seu desenvolvimento comercial. Francisco Nociti, orientado pelos professores Lourenço Bozzo e Antonio W. Sallum, defendeu a primeira dissertação de mestrado sobre implantes na FOP em 1994. Hoje, a Faculdade de Odontologia de Piracicaba apresenta uma das maiores produções científicas do país nas áreas de Periodontia e Implantodontia, conforme avaliação da Capes. (R.C.)

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Reitor Hermano Tavares. Vice-reitor Fernando Galembeck. Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Alvaro Penteadó Crósta. Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Roberto Teixeira Mendes. Pró-reitor de Pesquisa Ivan Emílio Chambouleyron. Pró-reitor de Pós-Graduação José Cláudio Geromel. Pró-reitor de Graduação Angelo Luiz Cortelazzo.

Jornal da Unicamp

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. Correspondência e sugestões Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones (0xx19) 3788-7865, 3788-7183, 3788-8404. Fax (0xx19) 3289-3848. Homepage <http://www.unicamp.br/imprensa>. E-mail imprensa@obelix.unicamp.br. Editores Luiz Sugimoto, Álvaro Kassab e Manuel Alves Filho. Redatores Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa, Antônio Roberto Fava, Isabel Gardenal e Maria Alice da Cruz. Fotografia Antoninho Perri, Neldo Cantanti e Dário Crispim. Edição de Arte Oséas de Magalhães. Diagramação Dário Mendes Crispim. Colaboradores nesta edição Carlos Lemes Pereira, Carlos Tidei, João Maurício da Rosa, Paulo César Nascimento, Wanda Jorge, João Batista César, Maria do Carmo Pagani. Ilustrações Félix e Luís Carlos Paulo Silva. Serviços Técnicos Clara Eli de Mello, Dulcinéia B. de Souza e Edison Lara de Almeida. Impressão ArtPrinter Gráficos & Editores.: (11) 6947-2177. Publicidade JCPR Publicidade e Propaganda: (19) 3239-0962

ECONOMIA
ECONOMIA

A caminho do reino da Suazilândia



Fernando Costa, do IE: defendendo a criação do "banco dos pobres" brasileiro

O país africano e o Brasil têm algo em comum: estão entre as nações com maior desigualdade de renda

JOÃO MAURÍCIO DA ROSA
jmauricio@reitoria.unicamp.br

O reino da Suazilândia, uma monarquia desconhecida até por acadêmicos do primeiro escalão, tem algo em comum com o Brasil, embora esteja encravado entre a África do Sul e Moçambique, no sul do continente africano. Esta semelhança dos brasileiros com os suazis, uma etnia de língua banto espalhada pelos dois países vizinhos, está na desigualdade de distribuição de renda: o pequeno e jovem país, com 33 anos de existência e menos de 1 milhão de habitantes, é o que possui a maior desigualdade social, entre 162 nações pesquisadas. Nesse aspecto, o Brasil está bem perto, em terceiro lugar, depois da Nicarágua.

"Se descartássemos esses pequenos países, o Brasil ostentaria com larga vantagem o título de campeão mundial em desigualdade social", lembra o professor Fernando Nogueira da Costa, do Instituto de Economia (IE) da Unicamp. Costa, que há um ano decidiu estudar os detalhes do sistema de microcrédito e outras soluções para derrubar este vergonhoso título, foi um dos conferencistas do II Simpósio Ciência e Sociedade: Economia Solidária, realizado no Centro de Convenções entre os dias 23 e 25 de outubro passado.

Microcrédito é um assunto que o professor começou a estudar depois que, segundo disse, "um livro olhou para ele", durante passagem por uma livraria do aeroporto de Recife. "Ele pediu que eu o comprasse. E foi a primeira leitura profissional de minha vida que me comoveu às lágrimas", afirmou.

O economista, que além de lecionar na Unicamp faz pesquisa sobre bancos há 25 anos, se emocionou com o livro "O Banqueiro dos Pobres", do seu colega Muhammad Yunus, da Universidade de Chittagong e natural de Bangladesh, para onde retornou depois de obter o título de doutor em Economia pela Universidade de Vanderbilt (EUA). "O autor é um professor que se cansou de ensinar modelos macroeconômicos que não resolviam o problema da alimentação em Bangladesh, onde gente morria de fome nas portas da universidade. Junto com os alunos, passou a pesquisar a vida econômica de uma comunidade pobre", explica.

Desta pesquisa nasceu, em 1976, o Grameen

Bank, ou Banco das Aldeias, onde teve início a experiência do microcrédito, atualmente presente em 56 países e reconhecido por organismos internacionais como o Banco Mundial - que inicialmente combateu a idéia e hoje a defende como um instrumento eficaz de combate à fome no mundo.

Costa logo se envolveu com o tema e, apesar do curto espaço de tempo, já está divulgando a proposta por meio de cursos, seminários e artigos publicados em jornais. Só no início deste ano, o economista assinou dois artigos na *Folha de S. Paulo*, sendo que um deles foi referência para um editorial do jornal no dia seguinte.

O professor da Unicamp exemplifica como funciona o microcrédito: "Suponhamos que um jardineiro tome um empréstimo de R\$ 1 mil a fim de comprar ferramentas e construir um teto para guardá-las. Ele poderá pagar a dívida em seis parcelas mensais de R\$ 200,65 - são parcelas fixas que incorporam juros totais de 20% ao semestre. Mas poderá optar pela alternativa de 20 parcelas semanais, de R\$ 57,73, pagando em 5 meses um montante menor de juros. Com o valor da diária de jardineiro em torno de R\$ 50,00, e trabalhando os cinco dias úteis da semana, verifica-se que ele reservaria pouco mais que o faturamento de um dia para sua prestação e ficaria com quase quatro vezes este valor. É um bom negócio tanto para o devedor como para o credor".

Banco dos pobres - A proposta de Fernando Costa é adaptar o modelo do banco criado por Muhammad Yunus e estabelecer o perfil do que deve ser o "banco dos pobres" no Brasil, que tem 80% da população vivendo na zona urbana. No seminário, o professor forneceu um panorama do microcrédito no nosso país, analisou a questão social e deu um diagnóstico do setor.

Limitado pela legislação e pelo modelo descoordenado no Brasil, Costa adianta que o microcrédito está longe de ter a eficiência de Bangladesh na redução da desigualdade. "Aqui é proibido fazer microfinanças. Essa restrição mata no nascedouro a reprodução do sistema de Muhammad Yunus", avisa.

Uma razão que explica o sucesso desse sistema naquele país está no fato de ser um banco único nas aldeias, cujos clientes tomam emprestado um

dinheiro que volta para ele mesmo em forma de depósitos. "Assim o banco vai criando moeda e ampliando sua capacidade de conceder mais crédito", explica. É um conceito que em economês chama-se "multiplicador monetário internalizado no próprio banco". Já no Brasil, sob alegação de garantia para o sistema financeiro, os vários "bancos do povo", além de atuarem de maneira descentralizada e descoordenada, não podem captar, apenas conceder empréstimos.

Outro entrave para o desenvolvimento desse sistema de crédito no país, segundo o economista, é a grande quantidade de instituições que estão proliferando em diversos estados e cada qual fixando regras e taxas de juros. Usando o Banco do Povo de Porto Alegre (o Portosol) como exemplo, ele considera a exigência de o interessado já possuir um negócio próprio há pelo menos seis meses uma distorção. "Só se concede empréstimos para os que já tenham algum recurso. Essa pessoa não é a mais pobre entre as mais pobres. Então já foge do que foi idealizado", critica.

ONGs e cooperativas - Pesquisa recente do Ibam (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) aponta que existem hoje 110 organizações trabalhando com microcrédito. Dentre elas, 86% são organizações não-governamentais (ONGs) e cooperativas de crédito, além das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - figura criada pelo Ministério da Justiça e à qual todas as entidades que trabalham com microcrédito deverão se enquadrar.

O economista da Unicamp também não concorda com a concessão de subsídios à taxa de juros sobre os empréstimos, como no caso do Banco do Povo Paulista. De acordo com o professor, o governo do Estado está fornecendo crédito "a fundo perdido" (dinheiro do orçamento) cobrando 1% ao mês.

Esse tipo de proposta é muito discutível, na visão de Costa. Para ele, a experiência internacional mostra que não se deve subsidiar taxas de juro abaixo do mercado, pois isso elimina a possibilidade de a agência alcançar sua autonomia política e sustentabilidade econômica. "Isso seria visto como populismo financeiro. Esta abordagem sectarista de crédito subsidia o fundo perdido trabalharia contra o microcrédito auto-sustentado durante vários governos", afirma.

Os passos da desigualdade

O professor Fernando Costa analisa o vácuo dos índices de pobreza no Brasil de acordo com recentes fatos políticos nacionais.

Em 1977, por exemplo, havia cerca de 40% dos brasileiros que viviam com menos de um salário mínimo, ao crepúsculo do chamado "milagre econômico". Este índice mostra, segundo ele, que embora o país tenha crescido 7% ao ano no período do "milagre" (mais do que o Japão no pós-guerra), o bolo não foi repartido.

Em 1981 tem início a crise da dívida externa brasileira (o período Delfim Neto), a recessão econômica, elevando o índice de pobres para 43%. Em 1983, com as cartas de intenções ao FMI e a maxidesvalorização da moeda, os pobres passam a 51,1%. "Então chega 1986 e o Plano Cruzado reduz a linha da pobreza para 28% dos brasileiros", lembra o professor, agora fazendo questão de destacar que esta significativa diminuição deveu-se a um dos professores do Instituto de Economia da Unicamp, integrante da equipe econômica que teceu o Plano Cruzado. "Foi um dos fundadores do IE que bancou essa disputa. Na última hora, ele incluiu uma cláusula aumentando o salário mínimo em 8%. Foi criticado e zombado. Mas o resultado foi um recorde positivo, a menor proporção de pobres que já houve no país", comenta.

Com o passar dos tempos, porém, a equipe econômica foi substituída e a legião de pobres subiu para 45%, um patamar que se manteve estável até o plano de estabilização econômica de 1994, implementada pela equipe do então presidente Itamar Franco, que acabou garantindo a eleição (e reeleição) de FHC - o sociólogo então ministro da Fazenda.

Costa mostra que o Plano Real levou a 13 milhões de brasileiros ultrapassando a linha da pobreza (renda que atende às necessidades básicas), mas não reduziu a desigualdade social, o enorme fosso entre pobres e ricos. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar), realizada em 1999, revela que a renda média mensal entre os 40% mais pobres era de R\$ 127,27, enquanto os 10% mais ricos tinham rendimento médio mensal de R\$ 2,4 mil. "Isso significa que os membros da classe média brasileira estão entre os mais ricos", chama a atenção o professor.

Para reduzir essa distância, Fernando Costa receita, além do controle da inflação, a busca do crescimento de renda e do emprego, e uma política assistencialista para combater de imediato a fome, mas acompanhada de uma política ativa de transferência de renda, como uma reforma fiscal com tributação progressiva, para obter recursos visando gastos sociais. "Em outras palavras, é preciso vontade política, durante seguidos mandatos de governos que assumam essa prioridade, a fim de tirar o Brasil desta vergonhosa posição no ranking das nações que têm a pior distribuição de renda no mundo".



ALIMENTOS
ALIMENTOS

Fotos: Neldo Cantani



Gláucia,
diretora da
FEA:
"Setor de
alimentos
não é só
agronegócio"



Jones, da
McGill
University:
tendência
pelos
alimentos
funcionais

Comida de astronauta

Simpósio na Unicamp discute o que vamos consumir no século 21

CARLOS TIDEI
ctidei@reitoria.unicamp.br

A indústria de alimentos no século 21 deve tornar realidade a ficção científica, onde astronautas se alimentam de pastas de nutrientes concentrados. A tendência é agregar valores funcionais aos produtos, buscando a segurança alimentar e a melhoria de nutrientes e do funcionamento do organismo humano. Esse tema dominou os debates durante o IV Simpósio Latino-Americano de Ciência de Alimentos, realizado na Unicamp entre 12 e 15 de novembro.

São considerados alimentos funcionais aqueles que possuem aparência similar aos comuns, mas que agregam benefícios, reduzem riscos no consumo ou trazem aspectos medicinais.

Peter J. H. Jones, da McGill University, do Canadá, afirma que a evolução da ciência e tecnologia dos alimentos atende a um leque de interesses: dos consumidores, indústria, cientistas e comunidade acadêmica, vigilância de mercado e agências reguladoras.

Entre os exemplos mais evidentes deste avanço da tecnologia e de mudanças nos hábitos de consumo em direção aos alimentos funcionais, estão as fibras que agem como reguladoras do intestino; a proteína de soja, que reduz o colesterol e o risco de infarto; o Omega 3, que previne cânceres de cólon e próstata, reumatismo e diabetes; margarinas com óleos polinsaturados, que desentopem as artérias; e alimentos com valor nutritivo agregado, como bactérias alimentares presentes em iogurtes, leites fermentados e vegetais com lactobacilos.

A aceitação do consumidor, cada vez mais exigente, depende da comprovação da eficácia e de garantia pelas agências reguladoras. "Pesam a favor dos alimentos funcionais o consenso quanto à eficácia, a aprovação dos órgãos oficiais e o interesse público por uma alimentação. Contra essa tendência temos a expectativa frustrada por resultados milagrosos, a falta de um sistema regulador mais eficiente e a economia global recessiva, que exclui muitos países do acesso aos bens de consumo", avalia Jones.

Revolução – Para Gláucia Maria Pastore, diretora da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp, existe uma revolução silenciosa nos processos que as indústrias estão preparando. "Muitas vezes, nós pesquisadores nos preocupamos em mostrar o aspecto científico do que fazemos, deixando de pontuar a relação do nosso trabalho com sua aplicação na indústria de alimentos", observa. Segundo Gláucia, ao lado de tecnologias e equipamentos cada vez mais precisos, está havendo uma grande preocupação da população com os alimentos que ingere e com os benefícios à saúde que esses produtos realmente proporcionam. A preocupação do consumidor, segundo a professora, se estende à ecologia. "Hoje é impossível a indústria manter processos danosos ao meio ambiente", acredita.

A biotransformação não é assunto novo. Desde 6.000 anos antes de Cristo, a Babilônia já fabricava cerveja e os egípcios usavam levedura para fazer pão. "A fermentação é apenas uma das etapas catalíticas da biotransformação", explica a diretora da FEA. A transformação do substrato, enzimas ou células, pode ocorrer em várias etapas. O vinagre é um exemplo de processo de biotransformação bastante comum. Na transformação enzimática, organismos sintetizam várias enzimas que agem em diversas etapas.

As tecnologias estão avançando de forma acelerada, com ações cada vez mais específicas, que em geral as reações químicas não trazem por causa de sua especificidade. "Estamos aprendendo com a indústria farmacêutica, que é pioneira no processo de biotransformação. Resta-nos, agora, saber como os processos específicos e com menos efeito colateral acontecem".

Aromas – Os aromas podem fazer com que substâncias de baixo valor econômico sejam requisitadas no mercado mundial. O Brasil é riquíssimo em produtos agrícolas, que são mal aproveitados. Gláucia Pastore afirma que os programas governamentais ignoram a tecnologia e a biotransformação dos resíduos de alimentos e que o país não processa nem para mercado interno, nem para sanar

bolsões de fome e muito menos para exportação. "Toda vez em que se fala do setor de alimentos no Brasil, as pessoas vêm com a idéia do agronegócio, esquecendo a agrotecnologia. E ficamos com enormes perdas de produtos agrícolas mal aproveitados, como a soja, da qual somos o maior produtor e exportamos apenas o grão", critica. "E pagamos quase 25 vezes o custo inicial do Albran, que nada mais é que farelo de trigo".

Outro exemplo é a transesterificação de sementes oleaginosas, óleos obtidos a baixo custo que poderiam ser transformados em produtos importantes para a saúde e nutrição. É o caso do óleo de peixe, que o país exporta em quantidades enormes como matéria-prima.

Gláucia informa ainda que a indústria estrangeira transforma material extraído do bagaço de frutas cítricas – o limoneno, jogado fora – em aromas de alto valor agregado, convertido por microorganismos. "A indústria química alemã importava do Brasil toda a casca da laranja de onde se extraiu o suco, por preços irrisórios, praticamente residuais. Existe uma biodiversidade enorme de microorganismos que podem ser utilizados e devemos pesquisá-los".

Antibióticos – Também podem ser alvos da biotransformação as ciclodestrinas extraídas do amido, utilizadas em antibióticos de última geração, de extrema simplicidade de obtenção e cujo tipo de molécula é interessante para a indústria em várias aplicações. Outra transformação bastante realizada é a da lactose por ação da enzima lactase, obtendo-se galactose e glicose. São substâncias destinadas a pessoas com intolerância a lactose. Esta conversão pode ser feita no caminho inverso, usando-se a mesma enzima lactase para formar lactose da galactose, que por sua vez é muito importante para crianças com deficiência de cálcio. "Jogamos muito soro de leite fora, desperdiçando um material rico em nutrientes que poderia complementar a nutrição da população", lamenta a diretora da FEA.



Maria Beatriz, da UFMG: aminas ainda são pouco pesquisadas

Refrigerantes, salsichas e aminas

As aminas naturais biogênicas – putrecina, histamina e serotonina –, que usam aminoácidos para crescer em atividades microbianas, podem determinar a composição e qualidade de diversos alimentos, como a quantidade de suco natural em refrigerantes (obrigatória em torno de 10%) e a quantidade de soja na salsicha, entre outras. A histamina é responsável por surtos de intoxicação e a sua presença exige análise mais cuidadosa dos riscos para consumo humano.

A pesquisadora Maria Beatriz Abreu Glória, da Universidade Federal de Minas Gerais, afirma que

apesar da importância das aminas, suas propriedades ainda são pouco pesquisadas ou utilizadas na indústria de alimentos. "As bactérias contaminantes produzem aminas e sua quantidade pode ser utilizada como critério de qualidade", destaca. Como exemplo, ela cita o processo de deterioração dos peixes e as propriedades do queijo ralado, um dos produtos mais fraudados no mercado de alimentos, devido à facilidade propiciada pela legislação, que permite o uso de até quatro tipos de queijo 'aptos para consumo', o que resulta em excesso de ácido sórbico e nitra-

to nos produtos comercializados.

Além do controle, as aminas podem contribuir para melhorar a qualidade dos alimentos. As poliaminas são usadas para estimular o crescimento de frangos. Estudos apontam a quantidade exata de adição de aminas na ração para promover maior ganho de peso. Outra utilidade das aminas está na possibilidade de agregar valores aos produtos, como a adubação do café com fertilizante rico em potássio, que eleva o nível de serotonina (substância relacionada ao prazer) no produto final.

ALIMENTOS
ALIMENTOS

Não existe cachaça no Brasil

Não existe cachaça no Brasil, assegura o pesquisador Douglas Wagner Franco, do controle de qualidade de aguardente da USP de São Carlos. Antes que se desfaça o espanto, Franco trata de explicar que praticamente todas as aguardentes produzidas no país são justamente isso: aguardente destilada de cana. "A cachaça é feita do melaço, ou melado da cana, e a única fabricada por esse processo era a São Francisco", garante.

A boa aguardente é resultado de

uma mistura equilibrada de produtos químicos, onde estão metanol, acidez volátil, ésteres, aldeídos e álcool superior, em meio a 400 componentes contidos em cada litro. O tipo de cana ou de solo tem pouca influência no produto final. "Não existe uma cepa de fermento específico para a cachaça, como existe para o vinho e outras bebidas. Os produtores utilizam açúcar e geralmente o mais barato, de pior qualidade", lamenta o pesquisador.

Para se conseguir um bom produto,

todo o processo atual de fabricação precisaria passar por profunda mudança. Se não importa o tipo de cana ou de solo, o mesmo não se pode dizer da diferença entre a utilização de cana queimada ou de palha, que resultam em produtos distintos. O material do próprio alambique – cobre ou inox – também provoca diferenças essenciais. "Alguns produtores chegam a divulgar que seus produtos não têm cobre. A verdade é que se necessita de um pouco de cobre



Foto: Nêdo Cantari

Franco, da USP/São Carlos: Brasil não possuía pesquisa séria sobre aguardente

Remédio em porções

Há duas tendências mundiais na área da alimentação: a constante, pautada na tradição da cultura oriental, e a variante, da cultura ocidental baseada na inovação e modernização. Dentre elas, a última tem tirado vantagens com a expansão em nível internacional do mercado de conveniência, potencializada pelos meios modernos de comunicação. "As prioridades hoje são a praticidade e conveniência, com produtos adaptados a especificidades como profissão e estilo de vida do consumidor", avalia o professor Jaime Amaya Farfan, da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp.

Segundo o pesquisador, que concedeu palestra do IV Simpósio Latino-Americano de Ciência de Alimentos, os produtores estão mais conscientes sobre a implicação nutricional dos alimentos, mas as grandes prioridades na indústria ainda são as características sensoriais. "Culturalmente os alimentos nunca foram vistos como remédios, mas esta visão está mudando. O efeito da pesquisa nutricional é imediato. Divulgada na mídia, é automaticamente absorvida pelo produtor e consumidor. Contudo, a velocidade com que a indústria responde a certos apelos, pode levar a precipitações e resultados inesperados, como na divulgação dos benefícios do beta caroteno, que depois entrou na lista de suspeitos de causar câncer", exemplifica.

A história da industrialização dos alimentos vem da preservação da matéria-prima (beneficiamento de arroz e moagem de trigo), acelerada a partir de 1.700 d.C. As vitaminas, seus efeitos bioquímicos e a conscientização sobre seus benefícios conquistaram importância no período de 1900 a 1940. Já o melhoramento das propriedades sensoriais e nutricionais ocorre de 1930 a 1990, incluindo o sucesso das fibras nos anos 80. A última década foi a da garantia de inocuidade, da segurança alimentar e da preocupação com os transgênicos.

Atualmente a humanidade passa pela fase da consciên-

cia sobre as substâncias bioativas, fitoquímicos e novas classes de nutrientes, com seus efeitos na saúde. "A tendência é de cada vez mais o alimento ser visto como remédio. Nos Estados Unidos, metade da população consome alimentos vitaminados ou fortificados; 1/3 se automedica com alimentos antes de procurar o médico; e 72% investigam a qualidade do que consomem. O consumidor brasileiro ainda é pouco exigente em relação à qualidade dos produtos novos e seus efeitos", destaca o professor.

Enganos – Um dos enganos cometidos pela indústria alimentícia é a produção de alimentos com baixo teor de gordura em resposta ao aumento da obesidade; outro equívoco está na priorização dos estudos toxicológicos em detrimento dos nutricionais. "A eliminação da gordura nos alimentos não ajuda a reduzir a gordura corpórea. Na ótica do tecnólogo, o alimento é um pacote de nutrientes que deve ter preço acessível, enquanto para o nutricionista é um veículo de nutrientes com fatores que influem no desenvolvimento. O ideal é combinar estudos toxicológicos, sensoriais, nutricionais, preços e exigência dos consumidores", avalia Farfan.

Já entre os acertos da indústria figuram a adição de vitaminas, produtos destinados à alimentação infantil, leite com menor teor de gordura, margarinas sem ácidos graxos, introdução de substâncias bioativas e a tendência de substituição de açúcar, gorduras e carboidratos. O professor da FEA afirma que a produção de alimentos industrializados saiu da fase de crescimento fisiológico para atender a outras necessidades, e que o desenvolvimento de produtos dietéticos, métodos epidemiológicos e genômicos podem ampliar as soluções de processamento. "O tecnólogo deve dar maior valor ao aspecto nutricional", insiste.

para uma boa aguardente, condenável é o excesso", explica Franco. Mesmo os alambiques de inox, mais modernos, produzem uma pequena quantidade de ferro. Entre os problemas encontrados em aproximadamente 180 amostras analisadas, estão a presença de carboneto de etila, sulfurados, floco e hidrocarbonetos policíclicos aromáticos.

O pesquisador da USP iniciou seus estudos com degustação de vinhos, quando descobriu que não existia uma pesquisa mais aprofundada sobre a cachaça, apesar da importância econômica e cultural do produto no Brasil. O processo de fabricação da pinga, na grande maioria das destilarias, ainda é rudimentar, com moagem da cana e destilação do caldo. Estima-se uma produção de 1,5 bilhão de litros por ano, 99% consumidos no mercado interno, enquanto as exportações somam apenas 1%, sem contar a fabricação em centenas de destilarias informais e artesanais. A Caninha 51, por exemplo, fabrica um milhão de litros por dia. É um mercado potencial de US\$ 5 bilhões, que emprega 500 mil trabalhadores só no Estado de São Paulo.



Farfan, da FEA: "O brasileiro ainda é pouco exigente"

Ressaca – "O nome 'cachaça' pegou porque fica mais bonito quando falado em francês", explica Franco. Mas existe um outro

motivo para que se mude a definição de aguardente: as bebidas classificadas como cachaça sofrem alíquota menor na exportação, pois são similares ao rum; a classificação de todas as aguardentes como cachaça manteria o marketing externo e reduziria a alíquota.

O pesquisador falou também sobre os testes revelando que a quantidade de aldeído – tido como responsável pela dor de cabeça na ressaca – é maior em uísques importados que na cachaça. "Meu tio tem uma teoria sobre a dor de cabeça: ele dizia que o uísque, por causa do preço, bebe-se com moderação; já a cachaça, que é barata, toma-se um litro. Daí a dor de cabeça", brinca. Já o inevitável "bafo" é culpa do dimetilsulfeto, quando colocado em quantidade excessiva na bebida alcoólica.



Exposição sobre Ciência de Alimentos: destaque para os funcionais

Boneca na mochila

Educadores analisam como lidar com as chacotas que meninos e meninas fazem ao distinguir os sexos

JOÃO BATISTA CÉSAR

jbcesar@cosmo.com.br

Menino pode brincar com boneca? A pergunta, que parece retirada dos compêndios de educação da metade do século passado, continua a perturbar professores e pais de alunos das escolas de primeiro grau neste início de terceiro milênio. As respostas são confusas, o preconceito parece generalizado e a ignorância sobre formas adequadas de abordar o assunto é grande entre os próprios educadores e a comunidade. Tais questões envolvendo a distinção entre os sexos, essenciais ao processo de socialização dos estudantes, surgem com frequência nas salas de aula e invariavelmente descambam para chacotas e brincadeiras preconceituosas, eternizando variadas formas de discriminação. Mas o problema precisa ser encarado.

Professores da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp, de diversas especialidades, reuniram-se para criar o Núcleo Temático "Escola, Diversidade e Educação". A proposta do grupo é formar, junto aos alunos da FE, educadores mais críticos e comprometidos com uma postura ética e respeitosa frente às diferenças. Por meio de enfoques variados – linguagem, direitos humanos, sexualidade, questão racial – o núcleo aborda, com espírito crítico aguçado, temas que remetem a processos de diversidade, acessibilidade e inclusão social.

Na última semana de outubro, o núcleo temático promoveu o debate "Boneca na mochila", tratando das relações de gênero na escola. Uma das participantes foi Érica de Souza, doutoranda do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, que possui mestrado em Antropologia Social no mesmo instituto com o trabalho "Gênero na sala de aula". Em sua palestra, Érica ressaltou que é difícil falar em gênero sem pensar em feminismo.

Entendido como um movimento social iniciado na década de 60, no feminismo a mulher aparece como indivíduo, um sujeito moral inconformado com seu papel na sociedade e reivindicando uma posição política, ou seja, direitos sociais, educação, trabalho e respeito. "A partir desse momento, começa o questionamento sobre a divisão entre o privado e o público: a mulher confinada ao doméstico e o homem destinado ao espaço público, ao espaço político", explica. Na época, adotar esta perspectiva implicava colocar tudo de cabeça para baixo.

Ilustração: Félix



Gênero – O feminismo denunciava o preconceito ocasionado pela diferença sexual – biológica, física, corpórea – entre homem e mulher. A opressão contra a mulher era tomada como um valor universal. Hoje, porém, esta diferença não é considerada apenas sexual, mas de gênero. A desigualdade não aconteceria por diferenças biológicas, mas por tudo o que é criado e inventado socialmente a respeito dessas diferenças ao nível das idéias.

Esta opressão universal contra a mulher, porém, passou a ser questionada a partir da década de 90, com o surgimento do movimento teórico conhecido como pós-modernismo, que se preocupou em abordar as várias oposições existentes na sociedade, inclusive aquela entre masculino e feminino: "O que é homem, o que é mulher? Não existe nada entre esses dois termos? São os únicos termos capazes

de questionar a complexidade do ser humano?"

Tais indagações abalaram a base do movimento feminista de que "mulher é mulher em qualquer lugar e que mulher é sempre oprimida". Dentro da visão pós-modernista, há homens, crianças, negros e outros segmentos igualmente oprimidos. O ser humano e suas ações são marcados pela pluralidade e nenhum grupo atrai, só para si, condições e características do oprimido.

Os estudos começaram a enfatizar as relações sociais, os processos de construção da desigualdade, as perspectivas de ser homem e de ser mulher. Por meio dessas expectativas, incorporadas pelas pessoas, a desigualdade será sustentada. A diferença que se acreditava estar no corpo, na verdade se situa ao nível das idéias. E, se o gênero é relação, é impossível estudar a mulher sem ao mesmo tempo estudar o homem.

Aprendendo antes de entrar na escola

Ramos da sociologia americana preconizam que, ao entrar na escola, as crianças já têm noção das expectativas da sociedade quanto a comportamentos apropriados enquanto meninos ou meninas. As conversas em sala de aula, bem como a linguagem não-falada, são apenas meios de estruturar as relações de desigualdade construídas anteriormente. A linguagem incorpora e sustenta valores, inclusive sobre o que é ser feminino ou masculino numa determinada cultura.

Se a criança constrói um sistema interno de regras e gêneros – por meio da escrita e fala e das imagens lingüísticas e não lingüísticas com as quais interage – também não se deve sugerir que ela seja um recipiente passivo de mensagens sociais, uma tábua rasa determinada pela estrutura de linguagem. "As crianças estão sempre

renegociando suas relações com os outros", observa Érica de Souza. Quando chegam à escola, elas já começaram a aprender como falar diretamente com uma garota ou garoto, ou como falar sobre eles. Esse aprendizado vai prosseguir durante toda a vida escolar.

A pesquisadora insiste que o social é incorporado na linguagem, na relação da criança com as expectativas de gênero em torno dela, na relação com as outras crianças e com as diferenças de gênero que estas demonstram. "Mas esta divisão vai além. Existe uma hierarquia da diferença, onde a fala das meninas deve ser do tipo educado, discreto, submisso. Ao mesmo tempo, as mulheres são estigmatizadas como o sexo falante, em oposição ao sexo silencioso que seria o do homem", observa.

Resistência – Existem padrões sociais

para o masculino e o feminino, mas isso não significa ausência de um movimento individual de resistência, de oposição a um padrão.

No que se refere a mulheres, surge um arcabouço de opções para identificar quem está fora da ordem. A linguagem aparece, por exemplo, como um dos instrumentos de controle sobre o comportamento sexual delas, enquanto não se vê a mesma gama de termos pejorativos para a promiscuidade dos homens. Da mesma forma, as crianças chegam à escola com variedades de linguagem e modos de falar à disposição. Alguns modos serão encorajados e outros não, com o envolvimento de julgamentos morais nessas discussões.

Dentro deste enfoque, parece haver concordância quanto a um modo de pensar "falocêntrico" (dominado pelos homens) dentro da escola. Isto é limitador de qualquer ten-

tativa de ação por parte das meninas. Assim, os meninos tentariam manter certas estratégias de controle da sala de aula e as alunas e professoras acabariam envolvidas nesse processo, o que exigiria um permanente processo de conscientização por parte da ala feminina.

Estereótipos – Também são questionados os estereótipos veiculados pelos livros didáticos, que apresentam as mulheres como incompetentes para atividades como a de cientista ou outras especialidades ligadas ao domínio masculino. Além disso, tende-se a apresentar a mulher como mais emocional e menos dotada de energia física que o homem. Sugere-se inclusive que escrever e ler são atos passivos, o que justificaria o sucesso das mulheres nas séries iniciais da vida escolar.

Foto: Neldo Cantanti

EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO

As meninas e seus corpos confinados

Foto: Nélko Cantanti

O outro enfoque remete à linguagem corporal. Como os professores influenciam na linguagem corporal para uma diferenciação de gênero, sem terem consciência disso? A questão embute um "currículo oculto", onde crianças que inicialmente apresentam movimentos corporais similares são transformadas em garotos e garotas.

O "currículo oculto" dá seqüência ao processo iniciado na família, criando as diferenças de gênero através das práticas do corpo e fazendo com que essas diferenças floresçam e sejam encaradas como naturais. Geralmente, o corpo das mulheres é confinado, seus movimentos restritos. Elas dão passos menores que os homens, se sentam em posições fechadas, ocupam menos espaço físico.

Corpos manejados, enfeitados, modelados, apropriadamente comportados, que estabelecem o gênero e as relações de gênero. O gênero é incorporado física e psicologicamente, por meio de posturas, musculaturas e tensões. A falta de confiança e de ação das mulheres se corporifica e origina a incapacidade de se mover com confiança no espaço, de aproveitar o espaço e usar o corpo em sua mais plena extensão.

Tais diferenças podem ser observadas desde a primeira infância, mas com elas se confundem elementos de raça, classe social, idade, sexualidade. As crianças costumam trocar de roupa na escola, fantasiando-se para as brincadeiras. Aquelas de três anos de idade demonstram maior tendência a experimentar roupas, em comparação com as de cinco anos, que estariam mais conscientes dos padrões sociais. Para este grupo de maior idade, vestir adornos significa identificar o corpo como masculino ou feminino. Adornos dificultam o movimento das meninas, frente à postura relaxada e espontânea dos meninos.

No grito – Levantar a mão para falar, um comportamento formal, vira procedimento feminino; chamar em voz alta é masculino. Quando os garotos chamam, a resposta é imediata; quando as meninas chamam, são lembradas que devem levantar a mão. Enquanto a leitura e a pintura são atividades compartilhadas por ambos os gêneros, outras que aproveitam mais o espaço físico e o movimento dos corpos, como as realizadas no chão, são encorajadas para os meninos. As meninas, sentadas em suas cadeiras, cortam, papel, desenhavam ou lêem, tudo com a intermediação das professoras. Homens e mulheres, desde a infância, aprendem a utilizar de maneira diferente os seus corpos.

Crianças em atividade na Unicamp: no início, meninas e meninos apresentam movimentos corporais similares



Professores se unem contra o preconceito

A proposta do Núcleo Temático "Escola, Diversidade e Educação" é promover discussões teóricas sobre esse universo temático. "Os trabalhos são norteados por textos de autores brasileiros e estrangeiros num amplo espectro, na prática profissional dos professores envolvidos e na experiência de pessoas e grupos que vêm atuando efetivamente para a diminuição da discriminação e do preconceito contra as diferenças físicas, psíquicas, ideológicas, culturais e sócio-econômicas que permeiam a sociedade brasileira", explica a bolsista Elizabete Franco, que integra o núcleo.

Também é proposta do grupo possibilitar aos estudantes o contato direto com a realidade estudada, soli-

citando trabalhos de campo. Cada um dos professores do núcleo atua dentro de uma especialidade. A professora Regina Maria de Souza lida com a questão da pessoa e da linguagem; Ulisses Ferreira de Araújo com temas relacionados aos direitos humanos; Angela Fátima Soligo com a questão racial; Maria Tereza Eglér Mantoan com os processos de inclusão social; Ana Maria Faccioli de Camargo trabalha num enfoque mais amplo.

No ano letivo de 2001, o Núcleo Temático teve como tema central de suas atividades a "acessibilidade", entendida em seu sentido amplo: o direito que todas as pessoas têm à língua que lhe seja própria, a instituições sociais como a escola, aos recursos tecnológicos e humanos necessários

para o seu desenvolvimento e exercício da cidadania. Em outros termos, a acessibilidade é compreendida como o direito inalienável do ser humano de ocupar espaços efetivos de participação na sociedade, sem que para isso precise negar a si mesmo – o ser negro, branco, homo/heterossexual, surdo, cego, mulher, criança, velho.

O Núcleo Temático "Escola, Diversidade e Educação" oferece aulas teóricas às segundas-feiras; simpósios, seminários, mesas-redondas, conferências e oficinas às quartas; e trabalhos de campo às sextas-feiras. Esse tipo de organização das atividades visa a interdisciplinaridade e a não-fragmentação dos conteúdos abordados.

LANÇAMENTOS

vendas@editora.unicamp.br



AGRICULTURA ILUSTRADA
Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira
Fernando Antonio Lourenço
ISBN: 85-268-0584-3
14 x 21 cm
223 páginas
R\$ 25,00



DIGNIDADE E TRANSGRESSÃO
Mulheres no Tribunal Eclesiástico em Minas Gerais (1748-1830)
Marilda Santana da Silva
Co-edição Centro de Memória da Unicamp
ISBN: 85-268-0549-5
14 x 21 cm
209 páginas
R\$ 21,00



LIMITES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Guillermo Foladori
Co-edição Imprensa Oficial
ISBN: 85-268-0533-0
14 x 21 cm
221 páginas
R\$ 25,00



LIVRARIAS DA EDITORA DA UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL (19) 3788.7030

CICLO BÁSICO (19) 3788.7740



MINÉRIOS E AMBIENTE
Bernardino Ribeiro de Figueiredo
ISBN: 85-268-0538-X
21 x 28 cm
401 páginas
R\$ 48,00



MULHER MULHERES
Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas
Suely Kofes
ISBN: 85-268-0568-1
14 x 21 cm
469 páginas
R\$ 52,00



OS VIVOS E OS MORTOS NA AMÉRICA PORTUGUESA
Da antropofagia à água do batismo
Glória Kok
ISBN: 85-268-0552-5
14 x 21 cm
183 páginas
R\$ 19,00

Anuncie no Jornal da Unicamp

JCPR
Publicidade e Propaganda

Fone: 3239-0962 – Cel: 9705-1916

À venda nas melhores livrarias do país ou pelos telefones (19) 3788-1097 e 3788-1094 – Internet: www.editora.unicamp.br

POPULAÇÃO
POPULAÇÃO



Do fundo do baú

Vasculhando o passado das famílias, a demografia histórica consolida-se como ferramenta importante para historiadores, geógrafos, antropólogos...

JOÃO BASTISTA CÉSAR
jbcesar@cosmo.com.br

Ramo relativamente recente do conhecimento, a demografia histórica nasceu durante a década de 50 na França, chegou ao Brasil na década de 70 e conquistou uma infinidade de adeptos. Por sua objetividade, tornou-se importante ferramenta de trabalho para historiadores, geógrafos, demógrafos, antropólogos, estatísticos, dentro de uma perspectiva multidisciplinar de conhecimento. Atualmente, a facilidade na tabulação de dados propiciada pelo avanço da informática, coloca a demografia histórica num momento de revisão e novas perspectivas.

Alguns dos principais especialistas da área no país estiveram reunidos no auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, na segunda quinzena de outubro. Eles participaram do seminário "Demografia Histórica: reflexões e experiências recentes", tendo como público os estudantes de pós-graduação, com o objetivo principal de discutir e repensar a atividade.

"O Brasil é um laboratório imenso e de extraordinário interesse para o estudo da demografia histórica, porque apresenta uma população extremamente diversificada, que sofreu um processo intenso de mestiçagem. A população autóctone, juntaram-se conquistadores e colonos portugueses, escravos africanos que por cerca de três séculos alimentaram a força de trabalho, e, na segunda metade do século 19 e primeira do século 20, recebeu uma numerosa imigração européia e asiática que enriqueceu a já complexa sociedade brasileira", explica a coordenadora do evento, professora Maria Silvia Bassanezi. O seminário foi promovido pelo Núcleo de Estudos da População (Nepo) e pelo Programa de Doutorado em Demografia do IFCH, também fazendo parte da coordenação os professores Daniel Hogan e Rosana Baeninger.

Origem na França – Quem introduziu a demografia histórica no Brasil foi a professora Maria Luiza Marcílio, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da USP. Na tese "Cidade de São Paulo: População e Povoamento", ela analisou 100 anos de arquivos paroquiais da Capital, inaugurando a nova metodologia no país. Em sua apresentação no seminário da Unicamp, a professora lembrou as origens deste campo do conhecimento.

A demografia histórica nasceu pelas mãos de Louis Henry, engenheiro de um instituto francês de recenseamento populacional. A França, após a Segunda Guerra Mundial, apresentava queda nas taxas de fecundidade e o governo, preocupado, encomendou ao pesquisador um estudo para tentar identificar as causas. Retrocedendo até os primeiros censos franceses (a partir de 1821), Henry percebeu que as taxas já eram historicamente baixas em comparação ao restante da Europa. "Diante desta realidade, ele sentiu a necessidade de recuar no tempo o mais possível. Mas, aí, não tinha mais dados para utilizar", recorda Maria Luiza Marcílio.

Foi então que Louis Henry, em trabalho conjunto com o estatístico Michel Fleury, voltou sua atenção para documentações que possibilitassem recuperar, retrospectivamente, o passado demográfico das populações: tais como as genealogias, os registros paroquiais e as listagens nominativas de habitantes das mais diversas qualidades. O engenheiro, que nada conhecia daquele universo, ficou maravilhado com as possibilidades que se descortinaram. Percebeu que aquelas fontes documentais,



Maria Luiza: precursora no Brasil



Maria Silvia: "Laboratório imenso"

embora não produzidas para fins estatísticos e de recenseamento populacional, poderiam ser trabalhadas por meio de uma metodologia bastante rigorosa, permitindo melhor conhecimento dos padrões demográficos de populações do passado.

Famílias burguesas – A demografia histórica nasceu, assim, com o estudo de algumas famílias burguesas de Genebra, cuja cuidadosa genealogia cobria de maneira completa o período do século 16 até os dias de hoje. Com a publicação dessa primeira pesquisa, Henry e Fleury tornaram público seu famoso manual de demografia histórica, que seria insistentemente aplicado aos registros paroquiais da França nos anos posteriores. Portanto, o método de reconstituição da família deu origem ao estudo da demografia histórica de forma científica.

Estas análises, num primeiro momento, foram centradas na época moderna, nas situações em que não eram realizados censos ou outros tipos de estatísticas populacionais confiáveis. Porém, a aplicação do método de reconstituição de família começou a oferecer desdobramentos inesperados para seus próprios criadores. Novas e complexas realidades iam sendo descobertas: casamento, mortalidade, morbidade, natalidade, domicílios, enfim, uma realidade social nunca estudada daquela forma.

Foi formado um grupo de estudo em Cambridge (Inglaterra), que se valeu de outro tipo de documentação para aprimorar o método, visto que a Grã-Bretanha oferecia situações peculiares. Britânicos, escoceses e irlandeses apresentavam populações com religiões diferentes e não existiam registros paroquiais para calvinistas e batistas. Era farta, entretanto, a documentação sobre as minorias católicas e anglicanas. Para realizar os estudos, recorreu-se às listagens nominativas.

Abandono infantil – Os diversos temas correlatos passaram a ser abordados pela demografia histórica à medida que os estudos se aprofundavam. Os pesquisadores adentraram pelo estudo da família, do concubinato, da ilegitimidade, dos idosos, e chegaram a alguns dados estupefacentes, como as elevadas taxas de crianças abandonadas no século 19, em regiões da França, Portugal e Espanha. A história parecia ignorar, mas a recém-criada área de conhecimento atestou: a Europa praticou o abandono infantil em massa naquele período.

A demografia histórica trouxe ainda a percepção de uma vida cotidiana antes invisível; uma história da família e das instituições, que esboçava novos elementos inclusive para a própria história da cultura. Eram métodos muito precisos, nascidos das necessidades do empírico e não por meio de ensaios ou teorias construídas abstratamente. Tudo era fruto de pesquisas árduas nos mais variados arquivos, em busca de fontes nominativas que abrangessem de modos distintos as populações do passado, desde as elites letradas até a grande multidão anônima.

Censo surgiu com finalidades militares

As listas nominativas, que se tornaram tão conhecidas como fonte documental, foram temas de um trabalho do professor Carlos de Almeida Prado Bacellar, da Universidade Fundação Educacional de Osasco e das Faculdades Integradas de São Paulo. Sob o título de "Listas Nominativas de Habitantes: uma análise crítica e resultados de pesquisas", o professor pesquisou levantamentos populacionais no Estado de São Paulo elaborados de maneira sistemática a partir da segunda metade do século 18.

Tais séries documentais tinham, num primeiro momento, finalidades militares, a fim de se saber a disponibilidade de homens para recrutamento; posteriormente, sofreram alterações de forma a também descrever a economia dessas populações. "Uma documentação preciosa, vasta e rica, que constitui uma série completa de levantamentos populacionais a cobrir todo um território por quase um século, fato quase único nos países ocidentais", conta Bacellar.

Principalmente a partir de 1792, começam a acompanhar tais listas alguns resumos denominados mapas de população. Eram executados a partir de dados colhidos durante o levantamento populacional e tabulados por faixa etária. Toda vila deveria contar com esses resumos de população, que seriam enviados em seguida para a autoridade portuguesa. Em 1798, a Coroa ordenou que os censos fossem enriquecidos com uma coleta mais completa de dados. Passaram a englobar os escravos e incluíram a cor, estado civil e idade do entrevistado, além da atividade econômica do domicílio. Já não se levava em conta apenas a motivação militar, mas também a condição econômica da vila. Esses mapas refinados seriam produzidos sistematicamente até 1836.



Bacellar: listas nominativas como fonte

Fotos: Neldo Cantant

COMPORTAMENTO
COMPORTAMENTO

É transgressão ou arte?

JOÃO BATISTA CÉSAR

jbcesar@cosmo.com.br

A primeira vista é um tema ligado apenas a contemporaneidade, a modismos exóticos e vanguardistas, a uma rebeldia juvenil que leva uma pessoa a realizar transformações profundas no próprio corpo para chocar a sociedade. Numa visão mais ampla, trata-se do ressurgimento de práticas milenares, de rituais baseados no prazer e na dor, de experiências estéticas radicais que questionam inclusive o sentido da arte. Há casos limites, como o de Erik Sprague, que vem se transformando esteticamente em um "homem-lagarto", e de Priscilla Davanzo, que dedica a existência para tornar-se uma "mulher-vaca".

Este painel misterioso e caótico inspirou Beatriz Ferreira Pires para sua tese de mestrado pelo Instituto de Artes (IA) da Unicamp. Com o título "Piercing, Implante, Escarificação, Tatuagem – O Corpo como Suporte da Arte", o trabalho rendeu a aprovação acadêmica e a recomendação da banca para que seja editado em forma de livro. A defesa da tese, na Galeria da Unicamp, atraiu muitos fascinados por essas práticas, que ainda puderam ver performances de Filipe Espindola e André Lemgruber, além de vídeos temáticos.

"O estudo tem a importância de refletir sobre uma situação nova, que envolve um novo estatuto do corpo, no sentido de repensar o próprio conceito do corpo. Este corpo que está polarizado entre as tensões da banalização pela violência e da exaltação pela estética. E que vem passando por evoluções propiciadas pelas novas tecnologias, cirurgias e processos de embelezamento", comenta o professor Ernesto Giovanni Boccara, que orientou Beatriz em sua tese. "Este trabalho marca presença nas reflexões que se estabelecem a respeito das novas dimensões e das potencialidades que o corpo humano pode alcançar. Reflete um dado inegável e incontestável envolvendo jovens, e também indivíduos maduros, na reestruturação e no redesenho do corpo humano. Há um novo diálogo do corpo com os outros corpos", completa o orientador do estudo.

A escolha do tema se deu inconscientemente. Beatriz fotografava o próprio corpo para um trabalho no IA e os resultados não a satisfaziam. Começou então a fotografar um corte no braço que sofrera naquele dia, curiosa pela imagem que pudesse resultar. Pouco tempo depois, durante uma aula de Boccara, soube de casos de indivíduos que alteravam o contorno de seus corpos por meio de implantes estéticos. Foi citado, inclusive, o caso de alguém que havia implantado um par de chifres de coral na testa, que logo se calcificou e se tornou parte de seu corpo. Associando aquelas informações com as suas fotos, começou a germinar elementos para o projeto de mestrado. "Achei interessante essa mudança da silhueta humana e decidi me aprofundar no assunto".

No início, o que mais atraiu sua atenção foi o estranhamento que tais práticas causavam nas pessoas. A reação ao se deparar com alguém, com um corpo semelhante ao seu, profundamente modificado. Beatriz ressalva que não estudou modificações corporais quaisquer. Sua pesquisa centrou-se em modificações que transformam radicalmente a silhueta humana, e não em comportamentos já incorporados pela moda, como as obtidas por cirurgia plástica.

A pesquisadora fala de duas tendências estéticas atuais,

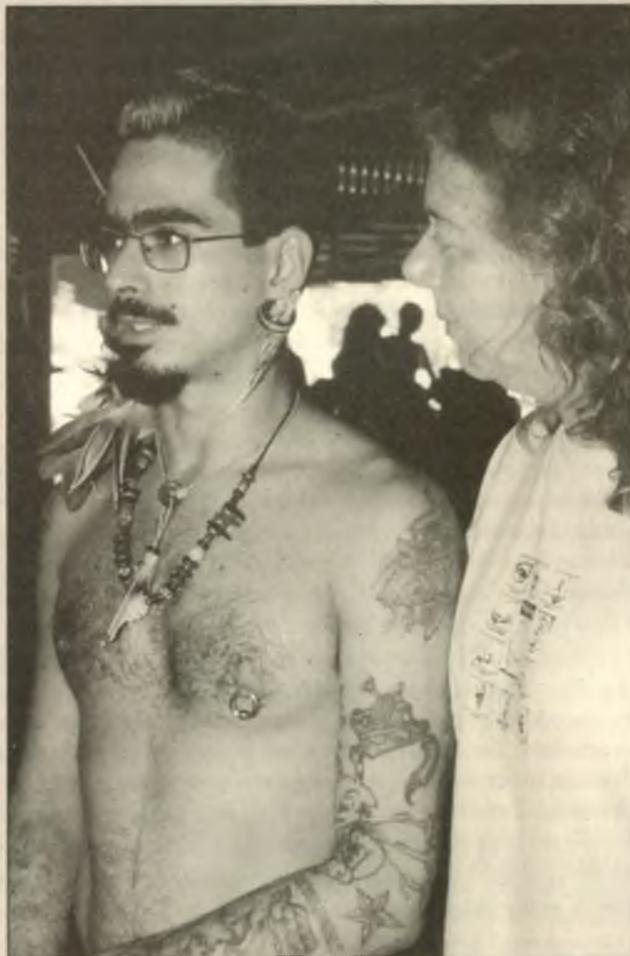
Eles transformam o corpo por meio de implantes, chegando a limites como o 'homem-lagarto'

completamente opostas: a arte virtual e a *body modification*. "A arte virtual pega um objeto concreto e o transforma em imagem, a mais real possível, às vezes mais real que o próprio objeto. A arte visual desmaterializa o objeto", explica. Já a *body modification*, que é tratada no trabalho de Beatriz, coloca algo no corpo da pessoa, cria em sua silhueta o que não existia, materializa o que antes só habitava o mundo das imagens, do inconsciente.

Novas formas – Nesse território do inconsciente, da ficção científica, da história em quadrinhos, as "novas" formas, as transformações corporais costumam trazer para quem as adquire uma sensação de poder, vetado aos demais humanos. "Quem se submete à prática adquire outra forma, outra consciência e uma outra realidade para o seu corpo, relacionando-se consigo mesmo de forma diferente".

A *body modification* é extremamente contemporânea, embora fosse praticada em tribos indígenas e nas sociedades pré-letradas. Desenvolve-se principalmente nas grandes cidades, porque existe uma relação estreita com a banalização do corpo, a violência, as novas relações criadas por meio do computador e do telefone celular. A *body modification* tem tudo a ver com o contato físico, pois é feita do toque, da manipulação do corpo. Enquanto nas formas de arte mais tradicionais – pintura, desenho, escultura – vigora sobretudo o contato visual, raramente existe o toque entre o artista e o modelo.

Fotos: Antoninho Perra



Beatriz Pires, do IA: interesse pela mudança da silhueta humana

Mas é o estranhamento, o impacto que as transformações corporais causam nas pessoas, o que mais chama a atenção na *body modification*. Numa exposição, por mais diferentes que sejam as obras exibidas, nenhuma provocará sensação tão forte quanto um corpo transformado. Quem está na galeria, quer ir até lá, tinha uma expectativa do que veria e uma intenção de ver determinadas obras. Diante de um corpo transformado, o "espectador" interage com ele e o encontro acontece em qualquer lugar da cidade, na poltrona ao lado do cinema. O impacto sobre o outro é intenso. Deste confronto resulta a sensação de que "aquilo" é coisa do outro. Como um dos intuitos da obra de arte é abalar a idéia que o outro tem de si mesmo, Beatriz considera a *body modification* perfeita: "Não há ninguém que saia impune de uma situação desta".

Sob a pele – Outra constatação importante deve ser ressaltada. "Uma sociedade que valoriza a identidade, a exclusividade e a unicidade utiliza a maioria de suas inovações referentes à estética – desde a realizada na área dos cosméticos até as praticadas no campo cirúrgico – para tornar o mais homogêneo possível, o mais símile possível os seus indivíduos".

A principal diferença entre os implantes adquiridos pelos adeptos da *body modification* e as interferências corpóreas incorporadas pela moda, a exemplo dos implantes de silicone, é que os primeiros alteram a silhueta para algo que não é determinado pelos padrões de beleza, para algo que difere das formas naturais do corpo humano. "A sensação de se deparar com um corpo que se submeteu a esse tipo de implante é totalmente diferente da que se sente ao ver um corpo que recebeu silicone. O fato de um objeto, que praticamente transfigura a silhueta humana, estar escondido sob a pele, dá a sensação de que a transformação é inata, de que o indivíduo é fruto de uma mutação genética ou de que pertence a outra espécie".

O ritual da dor



Performance durante apresentação da tese: rituais baseados no prazer e na dor

Os rituais, como o ritual de suspensão, também provocam fascínio cada vez maior nos grandes centros urbanos. E aí, a *bodymodification* torna-se apenas uma das práticas desses shows modernos, quase sempre apresentações alternativas, que acontecem com frequência crescente. O show redesenha um novo ritual. Normalmente começa com perfurações leves, por meio de desenhos e agulhas, até que no final as pessoas aparecem penduradas por anzóis de pescar tubarões, ganchos de açougueiro... Há várias formas de suspensão: o corpo sentado, em pé, deitado, uma pessoa suspensa na outra.

"O ritual de passagem, para ser executado conforme prescrito originalmente pelas sociedades pré-letradas, deve necessariamente seguir alguns preceitos: ser uma coisa física, causar dor, verter sangue mesmo que em pequena quantidade – ou pelo menos estar na iminência de que isto aconteça – e preferivelmente deixar uma marca no corpo", explica Beatriz. "Esta marca será o registro, a referência desta passagem, a lembrança física que fará o indivíduo ter sempre em mente a sua nova

condição. Somente o item referente ao sangue, que antes se relacionava com a vida e agora lembra a morte (Aids), deixa de ser um requisito básico para os adeptos do *body modification*", afirma.

Nas sociedades pré-letradas, as transformações corporais, as marcas nos indivíduos tinham caráter preparativo para que eles pudessem exercer determinadas atividades. O xamã era quem escolhia o desenho que, incorporado pela pessoa, tornava-a capaz cumprir o papel esperado pela tribo ou família.

Hoje prevalece o caráter ritual, mas o significado é outro. Nas sociedades modernas, as marcas servem como um relato, memória de algo que aconteceu. A tatuagem e o *piercing* marcam um momento, uma viagem, um relacionamento. Colocada na pele, a memória deixa de ser uma abstração. Tatuagem e o corpo como se escreve um diário: páginas antes trancadas na gaveta passam a estar presentes todo o tempo no corpo.

Sujeito e objeto – Na *body art* dos anos 60, esse aspecto era mais político, conceitual. Estudava-se a fundo o que ia ser feito, eram previamente determi-

nados a performance, o tempo de duração, o comportamento da pessoa, a estética perfeita, o final da apresentação. Era um ritual para o momento e as marcas nem sempre ficavam – uma transformação momentânea, não acontecia a metamorfose.

"A *body modification* cria uma nova relação do artista com o corpo, totalmente diferente da estabelecida pela *body art* e pela performance", compara Beatriz. Nela, a relação corpo/objeto é independente da relação tempo/espaço conforme entendida anteriormente. Não há distinção entre o artista e a obra, entre o sujeito criador e o objeto criado. O sujeito é o objeto e não deixará de ser, independente do tempo e do espaço em que se encontre. O evento artístico não se reduz ao tempo da exposição ou da apresentação. O tempo de exposição é o tempo da vida do indivíduo e o espaço destinado a ela é composto por todos os ambientes por onde ele circula. Não existe aqui a premissa do pensamento racional, do discurso conceitual. A obra é determinada pelo inconsciente, pelo afeto, a obra é designada como sendo fundamental para a entidade do sujeito", finaliza.

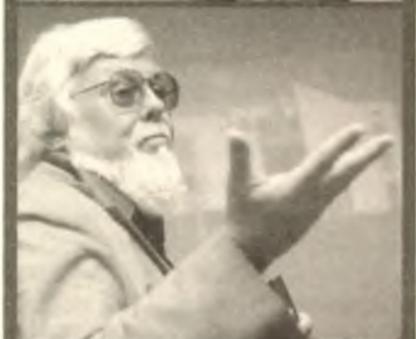
AMBIENTE
AMBIENTE

Arquitetura no século 21

James Wines, que projetou duas torres de vegetação para o World Trade Center, relaciona prédios com ecologia



Fotos: Antoninho Penn



Evento recebe nomes consagrados na área

Paralelamente ao VI Encontro Nacional sobre Conforto no Ambiente Construído (Encac) foram realizados o III Encontro Latino-americano de Conforto no Ambiente Construído, o seminário "Passive and Low Energy Architecture" e a II Bienal José Miguel Arostegui. Os eventos foram organizados pela Unicamp, USP, Unesp e Universidade Federal de São Carlos.

"A presença de nomes internacionalmente consagrados, demonstra o esforço do Departamento de Arquitetura e Construção (da FEC) para marcar presença na discussão dos grandes temas de nosso tempo", comemorou a professora Doris Kowaltowski (com Wines na foto do alto da coluna).

JOÃO BATISTA CÉSAR
jbcesar@cosmo.com.br

Antes dos atentados de 11 de setembro, a pedido de uma revista, o arquiteto James Wines elaborou um projeto para reestruturação de Nova York, com idéias consideradas "delirantes" por muitos. No esboço, o World Trade Center aparece como duas imensas torres de vegetação sobressaindo na malha urbana. Wines, que não gostava das torres, mas ficou abalado como todos com a dimensão da tragédia, teve seu escritório afetado pelas explosões.

Mas, foi pela importância deste professor no desenvolvimento da arquitetura ecológica e de suas concepções sobre qualidade de vida em ambientes construídos, que sua palestra despertou tanto interesse. Ele falou durante o 4º Encontro Nacional sobre Conforto no Ambiente Construído, realizado na estância de São Pedro, em novembro, e que teve a coordenação da Faculdade de Engenharia Civil (FEC) da Unicamp.

Wines garante que a questão ambiental será um dos tópicos fundamentais na arquitetura do século 21, embora o problema não venha tendo a merecida atenção. Este descaso ficou evidenciado e deixou o arquiteto especialmente preocupado quando ele ouviu um colega defender, mesmo depois dos atentados, a construção de torres maiores e melhores, que comportem mais pessoas e aglutinem mais comércio em seu interior. "Geralmente, eles se preocupam com a parte financeira e nem chegam a considerar o aspecto ambiental", lamenta.

Um movimento dentro da arquitetura para desenvolver esses conceitos e sua prática, na opinião de Wines, é relevante no momento em que se ingressa no novo século. "Não se deve trabalhar apenas com desenhos ecológicos, ambientais ou com as tecnologias. Também precisamos lidar com psicologia, sociologia e arte. É necessário expandir essas definições para que o movimento ambiental não continue marginalizado. Muitos, inclusive, se referem jocosamente aos arquitetos ligados a essas questões como os *verdinhos*", afirma.

Reflexão – James Wines convidou o público a repensar as idéias arquitetônicas, lembrando como elas foram se convertendo em estilos. Se a reflexão se desse em 1910, certamente sealaria em era das máquinas, porque naquele momento elas se identificavam com o socialismo e o progresso. A virada do século havia trazido uma atitude de repúdio ao passado e um pujante movimento modernista. Os arquitetos se apaixonaram pelo sonho industrial, não havia mais sentimentalidade pelo passado. "Jogaram fora o bebê junto com a água do banho. Naquele ano nascia o construtivismo russo".

Outra grande influência foi a fotografia, que teria eliminado algumas características da arquitetura. Introduziu-se a arte abstrata, ligando valores estéticos de maneira nova, como aconteceu no cubismo. O prédio cubista era uma espécie de máquina para viver, funcionava como uma turbina, um motor a vapor, com seus espaços articulados. Uma forma de homenagear a indústria, em seu conceito e padrões.

Tais idéias influenciaram os bons arquitetos, como Le Corbusier, que na Paris dos anos 30 pensou um projeto revolucionário com torres enormes, paisagismo bem elaborado e sistema de transporte individual. A idéia de meio ambiente, como se concebe hoje, estava distante da mente de um arquiteto. Le Corbusier preocupava-se com a insolação, mas não refletia sobre a ecologia. E aquilo acabou sendo uma espécie de plano-mestre da cidade do futuro.

Interesses – Assim, toda cidade – Singapura, Nova York, Hong Kong – fundamentou-se no valor imobiliário, tudo passou a ser determinado pelo interesse no dinheiro. "Ocupar um pequeno espaço de terra e construir um prédio bem alto é muito melhor comercialmente, embora isso consuma uma energia exorbitante do arquiteto e do construtor e um grande trabalho em termos de manutenção. Uma idéia contraditória, que, entretanto, acabou se tornando a essência da época", conta Wines.

Há 15 anos surgiu o movimento pós-moderno, que reagiu contra as enormes estruturas de aço e vidro, em nada comunicativas. As referências históricas começaram a ser empregadas novamente, como o estilo "belas artes". Mais recentemente, outra revolução, agora contra o pós-modernismo. Da noite para o dia, tudo que estava em voga parecia acabado e o construtivismo ressurgiu das cinzas.

"O fato é que o construtivismo, em contraste com seu nome, foi um dos poucos movimentos do século 20 que construiu muito pouco. Havia muitas idéias e poucas realizações. Então, as idéias foram atualizadas e, de repente, viu-se uma espécie de surto de nacionalismo arquitetônico. Na verdade, arquitetos que só enxergavam ágoras pós-modernistas entraram num processo de de-construção, que no início parecia meio sem sentido e resultou num neo-construtivismo", continua.

Pedestal – James Wines começou sua carreira como escultor construtivista, mas abandonou o estilo nos anos 70. "Achei que era coisa ultrapassada, que tinha 80 anos de idade. Por que ir ao passado se eu queria andar para frente?". Mas constatou que o que era tão irrecuperavelmente ultrapassado na escultura, se tornava estranhamente progressista na arquitetura. Viu que muitos colegas trabalhavam com o que ele chamou de uma "perspectiva do pedestal", como se os arquitetos projetassem esculturas exibidas sobre pedestais.

"Quando se admira uma obra de arte na galeria, se olha para o alto, da base para cima. Prédios que adotam a perspectiva de pedestal, raramente têm algo a ver com o contexto ao redor; têm muito mais a ver com a obra de arte, com o prédio em si. Isto funciona bem como modelo escultural, mas uma água corrente ao redor, por exemplo, está muito mais dentro do contexto", observa Wines. Para o arquiteto, qualquer artefato que possa ser visualmente melhorado em sua apresentação sob o pedestal, tem reforçado seu estado limitado de objeto. É o oposto do pensamento ambientalista.

Revolucionando a paisagem

James Wines revolucionou a paisagem americana com seus shoppings centers "contextualmente corretos". Deu o salto em termos de conscientização ambiental quando projetou um prédio como se fosse um quebra-cabeça e, pouco depois, viu a obra destruída pelo furacão Andrew. "Olhei o prédio devastado e fiquei maravilhado com o que a natureza é capaz, com o que ela pode criar por você", relembra. O arquiteto, então, começou a questionar a necessidade da arquitetura de criar formas, passando a encará-la como um filtro, através do qual a informação corre. Na primeira oportunidade, aplicou suas novas teorias. Seu desafio era preservar um bosque numa área onde seria construído um supermercado. O resultado foi impressionante: a vegetação, intacta, parecia extravasar da construção. A inspiração veio dos prédios antigos da Sicília, que estavam sendo consumidos pela vegetação.

Se Le Corbusier considerava seus prédios como máquinas de morar, Wines acha que é o planeta, como um todo, a máquina em que se vive. Em sua visão, enquanto o período anterior da arquitetura foi marcado pela indústria e pela tecnologia, o que se inicia tem a marca da informação e da ecologia.

Ele faz uma analogia entre o funcionamento da tecnologia digital utilizada em sistemas de comunicação e os processos existentes na natureza, ambas caracterizadas pela interdependência, pelas referências cruzadas e pelo intercâmbio. O movimento ecológico possibilita, enfim, repensar o papel da arquitetura neste mundo. Segundo Wines, deve-se considerar, ainda, que nossos habitats consomem dois terços de toda produção terrena. "Não se pode construir, construir e construir, consumindo alumínio, titânio e vidro indefinidamente. A arquitetura tem de mudar nos próximos dez anos".

Volta à vila – A ecologia também se mostra de importância crescente como modelo para os sistemas integrados. A cidade "corbusiana" e uma cidadezinha italiana do século 13 podem ser muito parecidas. A vila em questão é totalmente servida por sofisticada rede de computadores, tendo se convertido rapidamente à era da informação. Não é mais necessário ir a uma metrópole para desfrutar essa tecnologia. Na verdade, imaginar o futuro talvez seja imaginar a volta a esse tipo de vila. "Estamos passando por uma grande inversão no valor, na atitude e no pensamento arquitetônico. Todo mundo que trabalha com computador adoraria fazê-lo de frente para um jardim, ninguém gosta de passar o dia dentro de um escritório".

Wines preconiza um equilíbrio, que pode ser resumido em uma palavra que ele inventou: "ecotecharqart". Significa uma mescla de iniciativa ecológica, tecnologia ambiental e arquitetura confundindo-se com a arte. "Ecotecharqart" exprimiria o pensamento arquitetônico do século 21.

PALESTINA
PALESTINA

Os garotos das fundas

Lutando contra fuzis e blindados israelenses, 852 atiradores de pedras palestinos perderam a vida nos últimos 14 meses

JOÃO MAURÍCIO DA ROSA

jmauricio@reitoria.unicamp.br

Acena poderia virar um símbolo. O jovem palestino gira sobre a cabeça uma funda, artefato de couro usado para arremessar pedras. Os alvos são soldados israelenses com coletes à prova de bala, carregando fuzis e escoltados por blindados. Uma luta estupidamente desigual que, nos últimos quatorze meses, deixou 852 mortos entre os atiradores de pedras. São garotos-propaganda de uma causa, que sem eles passaria despercebida pelo resto do mundo. Do outro lado, morreram 211 israelenses, grande parte vítimas de ataques suicidas dos jovens-bomba.

Sem os garotos das fundas, os palestinos poderiam estar extintos junto com as cidades e as oliveiras que construíram durante os milênios de sua existência. Até 1987, início das Intifadas (termo árabe que significa levante ou revolta), grande parte desta história acabou sepultada por tropas israelenses de ocupação. "Cidades inteiras com nomes árabes foram destruídas, para ali surgirem cidades israelenses com arquitetura ocidental. Estão passando uma borracha na história, querem produzir o esquecimento, uma operação fundamental para a sustentação dos regimes autoritários e totalitários", denuncia José Arbex, professor, jornalista e doutor em História.

Arbex participou do simpósio internacional "Os Direitos Humanos do Povo Palestino na Conjuntura Atual", realizado entre 28 e 30 de novembro na Unicamp, organizado pela Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais (Cori). O evento incluiu a assinatura do acordo que tornou irmãs Campinas e Jericó, cidade bíblica da Palestina.

Ao falar da destruição de cidades milenares palestinas, Arbex reproduz uma declaração de um dos célebres comandantes do exército de Israel, o general Mosh Dayan, compiladas de um livro do intelectual palestino Edward Said: "Nós viemos para este país que já era habitado pelos árabes e aqui estamos estabelecendo um estado hebreu, isto é, judaico. Em áreas consideráveis do país compramos as terras dos árabes. Cidades judaicas foram construídas no lugar das cidades árabes. Vocês nem sabem o nome das cidades e eu não os culpo por isso, pois nem existem mais os antigos livros de geografia. Mas não apenas os livros de geografia desapareceram, como também as cidades árabes".

Esta declaração se deu em 1969, dois anos depois da Guerra dos Seis Dias, quando Israel ocupou a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, aumentando seu território em quase 90.000 quilômetros quadrados. Para o jornalista, a declaração de Mosh Dayan expõe um programa político totalitário, que apaga não apenas o nome das cidades árabes do mapa, mas também da história. "Um programa de extermínio cultural, político e social que pode ser equiparado aos programas nazistas de extermínio do povo judeu", analisa.

História enterrada – Arbex lembra outro livro recente, do intelectual judeu Meron Benvenisti: *A História Enterrada da Terra Santa desde 1948*. O livro conta que logo após a criação do Estado de Israel, os judeus fizeram um levantamento de nove mil localidades na Palestina – incluindo cidades, vilas, montanhas e rios – e concluíram que 90% tinham nomes árabes. E, pela ideologia do movimento sionista na virada do século 19 para o século 20, o lema era "uma terra sem povo para um povo sem terra".

O movimento sionista chegou a cogitar a construção de um estado israelense em Uganda, no Sul da Argentina, na Amazônia... Quando viu que a Palestina era árabe, o sionismo teve que partir para a destruição de seus vestígios. "Destruíram vilas e cidades, preservando raras casas com esses traços: centros culturais, boates, restaurantes e ateliês com ares exóticos. Ao mesmo tempo, as cidades israelenses foram sendo construídas com a imagem ocidental e



Jovens palestinos em confronto com soldados israelenses: pedras como munição

se constituindo como uma potência francamente estrangeira em uma terra com cultura milenar".

Depois, como lembra o jornalista, teve início a destruição da agricultura palestina. Locais onde havia pomares desapareceram, surgindo alimento para gado e laranja. "Criou-se o mito de que o israelense dominou o deserto e que o palestino não tinha capacidade para produzir alimentos". Mas Arbex considera como maior atrocidade contra a cultura não só da Palestina, mas da própria humanidade, a destruição dos olivais, particularmente dos campos ao redor de Belém. "Uma brutalidade que afeta o acervo da história do mundo em seu conjunto", define.

Algo de errado – A Intifada, sete anos após o acordo de paz de Oslo, em 1993, mostra ao mundo que algo de errado está ocorrendo. E até uma boa parte do povo israelense percebe que a situação não poderá perdurar. Tratados como terroristas pela mídia ocidental, e discriminados até mesmo por outros

José Arbex:
"Existe um plano de extermínio cultural"



Foto: Nedo Cantani

países árabes, os palestinos acreditam que a saída para obter seu reconhecimento como povo e seus direitos sobre a terra está no despertar da solidariedade de outros povos, instituições políticas e religiosas do mundo e dos próprios judeus de Israel.

Arbex vê o isolamento dos palestinos pelos árabes como um receio das nações totalitárias de terem como vizinho um povo com tendência à democracia. "As monarquias árabes e as ditaduras militares árabes, como a Síria, a Arábia Saudita e o Iraque têm medo de um estado palestino, porque nenhum povo entre os árabes desenvolveu de forma tão aguda o problema do Estado e sua relação com a política e a religião", argumenta.

Súplica às forças da ONU



Mohamed: "Mídia mostra o palestino como um bárbaro"



Barka: contando com valores éticos e morais do povo judeu

O deputado israelense-palestino Muhamad Barka, presidente da Frente para a Paz e a Igualdade, só pôde vir ao simpósio internacional na Unicamp, que tratava de sua própria causa, porque é membro do Knesset, o parlamento de Israel. Caso contrário, teria de passar por toda burocracia imposta pelo estado judeu ao povo árabe nativo.

Seu pronunciamento no evento soou como uma súplica. "Há necessidade urgente de se trabalhar para oferecer uma garantia ao povo palestino, para evitar um massacre. É claro que deste simpósio podem sair algumas alternativas, mas é preciso que parlamentares do mundo inteiro assinem um documento pedindo à ONU o envio de suas forças de paz a Israel, evitando um derramamento de sangue".

Barka também conta com os valores morais e éticos do povo de Israel para a solução do conflito. Ele lembra que a retirada das tropas israelenses do sul do Líbano não se deveu apenas à resistência de seus combatentes, mas também à revolta do povo judeu contra as ações seu próprio Exército.

"O mesmo conceito se deu em relação à Argélia, que não possuía as armas dos franceses, mas tinha os cidadãos franceses contrários à ocupação. Os palestinos vão continuar existindo e buscando sua liberdade. E a sociedade israelense vai entender e vai nos apoiar", declarou. "A história é a prova,

é a lição. Todos os países antes ocupados foram libertados, mais cedo ou mais tarde. Nunca houve um caso onde a ocupação ficou e o povo sumiu; o povo permaneceu e os ocupantes saíram".

Utopia – A busca de apoio do povo israelense para a causa palestina parece uma utopia. Segundo uma pesquisa do Instituto Gallup, publicada em um jornal de Israel, 46% dos entrevistados apóiam um ataque em grande escala contra os palestinos em resposta aos atentados suicidas, mas 30% preferem a moderação.

O professor Mohamed Habib, da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais (Cori) da Unicamp, olha com desconfiança para esse tipo de pesquisa e para a forma como é divulgada. Ele alerta para a falta de distinção, pelo Gallup, do perfil dos entrevistados. "Quem foram as pessoas ouvidas? São do meio acadêmico, mais liberais, ou dos kibutz, mais conservadoras?", indaga.

Habib é muçulmano natural do Egito. Lembra que a mídia internacional costuma distorcer informações sobre o conflito Israel-Palestina e assim influenciar o mundo ocidental, dando a impressão de que tudo não passa de uma intriga religiosa e que o palestino é um povo bárbaro.

Continua na página 12

PALESTINA
PALESTINA

Reprodução



Vidas demolidas

Governo de Israel destrói casas de palestinos e desperta reação inclusive de entidade de judeus

Jeff Halper, um judeu de origem norte-americana radicado em Israel, já esteve preso por defender a causa palestina e, atualmente, tem um filho na cadeia pelo mesmo motivo. Pai e filho integram o Comitê Israelense contra Demolições de Casas, organização não-governamental de combate a uma lei que proíbe construções em território palestino sem permissão do governo de Israel.

Recentemente, 500 residências vieram abaixo por ordem do primeiro ministro Ariel Sharon, acusado de ter comandado o massacre, em 1982, de centenas de palestinos nos campos de refugiados de Sabra e Shatila, ao sul do Líbano, além de outros 69 em uma aldeia perto de Jerusalém, em 1953. Também pesa contra ele a acusação de ordenar a execução de prisioneiros de guerra egípcios no Sinai, em 1956.

Halper participou do simpósio internacional "Os Direitos Humanos do Povo Palestino", na Unicamp, falando sobre a viabilidade de estabelecer o Estado Palestino com uma visão territorial. Lembrou que o recrudescimento da crise entre israelenses e palestinos está ocorrendo oito anos depois do Tratado de Oslo, o acordo de paz firmado em 1993 e que deu origem à Autoridade Nacional Palestina, comandada por Yasser Arafat.

Pelo acordo, o futuro Estado Palestino teria 22% do território atual de Israel, o que significa menos da metade da partilha combinada na ONU, em 1946, para a criação do estado israelense. Na época ficou estabelecido que a Palestina teria 47%

do território, e Israel os 53% restantes.

"Depois de oito anos de negociação, o que os palestinos têm hoje são 22% dos 22% negociados, uma área de 6 mil quilômetros quadrados da Cisjordânia (*menor que Sergipe*)", informa Halper. Ele explica que os 22% do território, destinados aos palestinos, são formados por terras descontínuas, divididas em três áreas (A, B e C) e sobre os quais eles não têm nenhum controle.

"Quem visualiza as três áreas no mapa, tem a impressão de que se pode transitar de uma área para outra. Nos detalhes, percebemos que estão cercadas pelas áreas controladas pelos israelenses. Então, não é mais área "A", "B", "C": você tem de ir de "A" para "C", depois para "B" e depois voltar para "C" (totalmente controlado pelos israelenses) e para "A" (sob controle parcial dos palestinos, mas cuja segurança é feita pelos israelenses)".

Estas áreas são cercadas por estradas que às vezes têm largura suficiente apenas para passagem de um tanque de guerra. "Mesmo olhando bem, nem se percebe a divisão, pois as mesmas construções, o mesmo povo estão em ambos os lados. Nos tempos normais de ocupação, antes da Intifada, você encontraria um carro militar estacionado em um canto. Agora, Israel fechou as estradas e cavou uma trincheira para isolar as cidades. A estratégia de controle é ceder áreas pequenas e isoladas", acusa. (J.M.R.)



Palestinos presentes ao simpósio: filhos de um mesmo Deus



Jeff Halper: "Estratégia é ceder áreas pequenas e isoladas"



Monsenhor Atallah Hana: "Israel está arrasando Jerusalém"

Leia mais na página 11

A harmonia de antes

O professor egípcio Mohamed Habib, da Unicamp, afirma que a guerra não é entre muçulmanos e judeus. Antes da criação do Estado de Israel, as três religiões abraâmicas monoteístas – cristianismo, islamismo e judaísmo –, originárias daquela terra, viviam em harmonia. "Minha família era pobre e morávamos num prédio simples de três andares, cada um ocupado por uma família de religião diferente, e podíamos fazer refeições ou dormir em qualquer um dos andares", recorda-se.

Habib fez uma palestra sobre projeções de fotografias de Jerusalém, onde se destacam templos das três religiões abraâmicas (relativas ao patriarca hebreu Abraão). Quando criou o Estado de Israel, em 1948, a ONU decidiu que Jerusalém, por ser considerada o berço dessas três instituições espirituais, deveria formar uma cidade à parte, administrada por instituições internacionais orientadas pela própria ONU. Mas que hoje é controlada por Israel.

Imagens históricas projetadas por Habib mostram o povo palestino em diversas fases de sua história, sempre sob ocupação estrangeira: a dominação pelo Império Otomano, pelo Britânico e os congressos palestinos para se defender. Clubes esportivos, de literatura e poesia com espírito nacionalista, manifestações e danças populares misturando a arte e a cultura, mostram um povo em nada parecido com o visto hoje nas imagens dos acampamentos em Israel ou dos campos de refugiados em outros países do Oriente Médio.

O prédio onde vivia o professor foi destruído em 1956, durante a luta dos egípcios com os britânicos pelo Canal de Suez. "Foi destruído por uma bomba de napalm, arma química proibida por leis internacionais", acusa. E foi assim que os britânicos, auxiliados por França e Israel, impediram que o Egito nacionalizasse o Canal. Em troca, Israel ganhou uma faixa de terra que lhe garantiu o caminho para o Mar Vermelho.

Berço das religiões

O monsenhor Atallah Hana é da Igreja Ortodoxa na Terra Santa e Jordânia, a primeira igreja cristã do mundo, anterior à Católica Apostólica Romana, edificada em Jerusalém há dois mil anos. Ele pediu a palavra para ressaltar que a guerra entre Israel e Palestina não é entre judeus e muçulmanos, mas contra todos os árabes que moram e nasceram na Palestina, entre os quais cristãos ortodoxos, católicos ou evangélicos. "Dois católicos foram fuzilados em frente à sua igreja e o mundo não ficou sabendo", acusou.

Atallah Hana preocupou-se em esclarecer que a igreja cristã de Jerusalém não alimenta nenhum problema com os judeus, mas sim com o sionismo, que em sua opinião desconsidera o cristianismo e o islamismo. "O principal rabino de Israel (Israel Meir Lau) andou dizendo que os árabes palestinos devem ser jogados ao mar, como insetos, porque são seres inferiores", lembrou.

O monsenhor acusou a sinagoga de omissa diante das atrocidades contra os palestinos, porque nunca se manifestou e, assim agindo, permite que extremistas judeus façam campanha para a demo-

lição das estruturas de instituições cristãs e muçulmanas de Jerusalém, como se a Cidade Santa fosse apenas para os judeus.

"Reconhecemos a importância de Jerusalém para o povo judeu, pois lá ocorreram os acontecimentos mais importantes do judaísmo. Mas é desnecessário dizer que foi a partir de Jerusalém que nasceu o cristianismo". Acrescentou que Jesus é palestino de origem e nacionalidade e que na Palestina verteu-se a história do islamismo.

De que todos são filhos do mesmo Deus, nunca houve contestação em qualquer congresso e encontro ecumênico, explicou o monsenhor. "Portanto, a violação dos direitos humanos, para as três religiões abraâmicas monoteístas, significa uma violação à ordem divina, pois Ele nos criou à sua imagem e semelhança e exige que todos sejam dignificados e respeitados". Mas não é o que está acontecendo, segundo ele, que pediu socorro aos cristãos do mundo inteiro. "Jerusalém, conhecida como a cidade da paz, está longe disso, pois as forças de ocupação a estão arrasando".

Jornal da Unicamp **caderno**

ESPECIAL

FOTO: NELDO CANTANTI



Na foto maior, helicóptero da PM sobrevoa o campus da Unicamp durante ocorrência registrada no início de dezembro; segurança na guarita (à esquerda) e policiais participam de curso na Universidade (à direita): violência no centro dos debates

FOTO: ANTONINHO PERRI



A VIOLÊNCIA

E O CAMPUS

Objeto de polêmica, a violência urbana há muito passou a ocupar o centro das discussões nas universidades. Mais: deixou os limites da cidade para bater na porta dos campi, fazendo vítimas na comunidade acadêmica. Neste caderno especial, o **Jornal da Unicamp** ouviu representantes de unidades, entidades (Adunicamp, DCE e STU), Prefeitura de Campinas, Polícia Militar, Ministério Público e o reitor, que discutiram as medidas adotadas contra a violência no campus de Barão Geraldo e a escalada da criminalidade em todo o país.



Medidas reduzem criminalidade

Números comparativos revelam que principais casos de violência diminuíram significativamente na Unicamp

O número de ocorrências, de furtos e violências na Unicamp cresceu sensivelmente entre 1992 e 2001. Contudo, as medidas adotadas pela Administração da Unicamp para combater a criminalidade dentro do campus de Barão Geraldo estão dando bons resultados. Embora o primeiro semestre de 2001 tenha número de ocorrência semelhante ao dos anos anteriores, uma comparação entre o número de ocorrências registradas no primeiro e segundo semestres de 2001 revela que os principais casos de violência sofreram significativa redução, o que contrasta com a situação de Campinas, cidade que vem amargando ataques cada vez mais ousados por parte do banditismo. Enquanto na primeira metade do ano aconteceram nove roubos a banco e seqüestros nas dependências da Universidade, na segunda metade – novembro e dezembro excluídos – foram computados três ações do gênero. Já os furtos de bens patrimoniais e de objetos particulares passaram, respectivamente, de 17 para oito e de 95 para 43 casos nos períodos confrontados. “Esses dados comprovam que estamos no caminho certo”, avalia o prefeito do campus, professor Orlando Fontes Lima Júnior.

Se forem tomados 1999 e 2000 para efeito de comparação, os índices obtidos também são positivos. No primeiro período, foram relacionados 53 furtos de bens patrimoniais, 239 furtos de objetos particulares, cinco furtos de veículos, 125 acidentes de trânsito, 132 atos de vandalismo e 15 roubos a bancos e seqüestros. No ano seguinte, os mesmos casos registram, respectivamente, os seguintes números: 25, 158, cinco, 120, 46 e oito. Os crimes de roubos a banco e seqüestro, porém, aumentaram de 2000 para 2001, passando de oito para 12 casos até o início de novembro. Este fato, afirma o prefeito do campus, revela que, a despeito dos avanços obtidos, ainda é preciso aprimorar as ações de segurança. “Com a colaboração da comunidade interna, acreditamos que poderemos reduzir ainda mais os índices de criminalidade nas dependências da Unicamp”, pondera Lima Júnior.

De acordo com ele, o esforço para garantir maior segurança à comunidade interna e às pessoas que visitam o campus compreende várias frentes. Uma delas é o estreitamento das relações com a Polícia Militar, que tem prestado relevantes serviços para a população que trabalha ou circula pelo campus. Esse trabalho de aproximação teve início em junho de 99 e está sendo consolidado. Ele envolve, entre outras ações, o treinamento dos servidores encarregados da vigilância do campus. Na oportunidade, uma pesquisa de opinião realizada pela Estat Jr., empresa-júnior do curso de Estatística, junto a professores, alunos e funcionários, constatou que 61,08% dos 600 entrevistados manifestaram-se favoráveis à execução de rondas policiais nas dependências da Unicamp.

Conforme o mesmo levantamento, apenas 24,84% das pessoas consultadas não concordaram com a medida. A pesquisa apurou, ainda, que até aquela



FOTO: ANTONINHO PERRI

PROF. DR. ORLANDO FONTES LIMA JR.
PREFEITO DO CAMPUS

A segurança no campus da Cidade Universitária “Zeferino Vaz” é tema complexo e multidimensional, abrangendo questões como: segurança pessoal, segurança patrimonial, riscos físicos, químicos, biológicos e radioativos, incêndios e acidentes, zoonose, vigilância sanitária, saúde no trabalho, trânsito, drogas e crianças no campus.

A Prefeitura da Unicamp, junto com diversos outros órgãos, vem trabalhando essas questões com o objetivo de garantir a integridade das pessoas e do patrimônio da Universidade. Cabe à prefeitura implementar as diretrizes definidas pela administração da Universidade no que se refere a essas questões. A dimensão de nossa Universidade e a diversidade do ambiente universitário fazem com que esta não seja uma tarefa fácil.

Infelizmente o cenário de insegurança e violência em nosso país não é motivo de orgulho para nenhum de nós. As cidades brasileiras ocupam o segundo lugar em criminalidade nas estatísticas mundiais, vindo logo depois de Cali, na Colômbia. Este quadro é decorrência do expressivo crescimento das ocorrências criminosas no Brasil, com destaque para o Estado de São Paulo e, mais especificamente, para a cidade de Campinas. Basta ler os jornais.

Campinas tem um seqüestro relâmpago a cada 16 horas, índice recorde nas cidades brasileiras, sendo Barão Geraldo uma das regiões de alta incidência. O mesmo é verdade quanto aos roubos de veículos. A probabilidade de um campineiro ter seu veículo roubado é três vezes maior que a do carioca e duas vezes maior do que a do paulistano. Em termos de homicídios, Campinas está em segundo lugar no Estado, atrás apenas do município de Praia Grande.

E no Campus da Unicamp, como estão as coisas? Felizmente nossas estatísticas são bem mais positivas. Os índices de ocorrências vêm caindo nos últimos anos e as ações preventivas aumentando. Temos vários exemplos de delitos interrompidos, graças às ações preventivas e eficientes da equipe de operações: tentativas de roubos de veículos frustradas e identificação de pessoas com documentos falsos. Estamos próximo de zero nas estatísticas relativas a roubo de automóveis este ano, sendo que em anos recentes nossa média era de um veículo roubado a cada mês.

Mas isso não significa que estamos tranquilos. As ocorrências com maior gravidade vêm aumentando, incluindo casos de seqüestro relâmpago e assaltos à mão armada. Até abril deste ano vinha sendo registrado pelo menos um seqüestro relâmpago ou uma ocorrência de alta periculosidade a cada mês. Estes incidentes, que haviam praticamente cessado entre abril e setembro deste ano, voltaram a ser registrados desde então.

Como estamos conseguindo estes resultados positivos? A prefeitura do campus desenvolveu um plano estratégico para a segurança em 1999, a partir de pesquisa de opinião com a comunidade realizada pela empresa júnior da Estatística, de propostas dos supervisores das equipes de vigilância, de discussões técnicas com especialistas no assunto e de reuniões para as quais foram convidados todas as unidades e órgãos da Unicamp.

data 91,08% dos membros da comunidade interna jamais haviam sido vítimas de violência no interior do campus. Além destas, outras medidas foram e estão sendo adotadas para ampliar a segurança pessoal e patrimonial dentro da Universidade. Um exemplo é o serviço de escolta colocado à disposição de professores, funcionários e alunos, inclusive durante sábados, domingos e feriados. Basta que o interessado ligue para os ramais 8-6000 ou 8-4600 e so-

Sentir-se seguro e estar seguro no campus

A partir dessa iniciativa várias ações vêm sendo implementadas. Alguns exemplos destas ações:

■ Reestruturação da área de vigilância com a criação da Diretoria de Operações integrando as diversas atividades da Prefeitura (segurança, prevenção e combate a incêndio, trânsito, transporte e defesa civil).

■ Adoção de uma nova estratégia operacional, com redução do número de guaritas, ampliação da frota de veículos, readequação dos turnos de trabalho, intensificação de rondas, implantação do serviço de escolta e criação da função de vigia-porteiro.

■ Colocação de cerca no perímetro do campus.

■ Aumento da utilização da tecnologia de informação e automação, com a instalação de alarmes, sensores de presença e câmeras de vídeo.

■ Consolidação de parcerias com as polícias Militar e Civil para a realização de operações conjuntas e rondas no campus.

Independente das dimensões políticas e ideológicas que o tema segurança possa carregar, é importante destacar que no dia-a-dia do campus as ações têm que ser pragmáticas e imediatas, pois envolvem riscos muito grandes se houver omissão. Mesmo sob pressão, todas essas ações são pautadas no objetivo de preservar a segurança da nossa comunidade e o patrimônio da Universidade.

Algumas destas medidas foram polêmicas, mas sempre que isto ocorreu a Prefeitura do campus procurou esclarecer e discutir o problema nas instâncias devidas. Isto pode ser comprovado pela leitura das atas do CONSU, da CAD e de reuniões em Congregações de Unidades em que a Prefeitura foi convidada a participar, bem como nos informativos da Unicamp. Por exemplo, na edição do *Jornal da Unicamp* de junho/julho de 1999 tivemos a oportunidade de informar que seriam iniciadas as rondas da Polícia Militar pelo campus.

Infelizmente, tivemos um incidente em setembro passado envolvendo dois colegas, professores do IFCH, e soldados da Polícia Militar. Por conta do mesmo, encaminhei uma carta à Polícia Militar, na qual lamentava o incidente ocorrido e reafirmava o bom trabalho que a mesma vinha exercendo no campus. O meu comentário tinha um caráter geral e não se referia em nenhum momento ao incidente em questão, nem tampouco elogiava a atitude do soldado naquele episódio. A minha atitude visava tão somente garantir a continuidade das rondas da Polícia Militar, tão importantes para a garantia da segurança no campus, não havendo qualquer intenção de prejudicar os professores do IFCH.

Lamento pelos desdobramentos que minha carta possa ter provocado e me coloco à disposição no que puder para resolver definitivamente esta questão.

Para terminar, procurei mostrar neste breve artigo que a segurança no campus é um tema difícil e sempre sujeito a críticas. Mas gostaria de deixar claro que o nosso princípio é o de prestar os serviços essenciais diuturnamente, buscando atender às expectativas da comunidade. As equipes da Prefeitura não medem esforços para que a comunidade universitária sinta-se e esteja de fato segura no campus. O propósito da Prefeitura é contribuir para a qualidade de vida dos que estudam, trabalham, visitam ou buscam os serviços de nossa Universidade.

licite que os vigilantes o acompanhem até o estacionamento ou ponto de ônibus.

A colocação de câmeras de vídeo em pontos estratégicos onde haja concentração de equipamentos e objetos patrimoniais de valor ou locais isolados em que haja passagens de pessoas, principalmente no período noturno, também constitui medida importante de combate à violência, segundo o prefeito do campus. De acordo com ele, o moni-

toramento à distância mostra-se mais eficiente do que as rondas da Polícia ou da vigilância interna em determinadas situações. Lima Júnior lembra que algumas unidades, como o Instituto de Biologia, que se encontra no limite do campus com a cidade, com ampla área e muitos edifícios, estão providenciando a instalação desses equipamentos como forma de melhor proteger os bens e as pessoas que trabalham ou estudam na unidade.

Momentos de pânico

Diretor do STU foi seqüestrado no campus e ameaçado de morte por dois assaltantes

João Batista de Moraes Moreira, funcionário do Instituto de Física, jamais vai esquecer daquela tarde de janeiro deste ano. Hemocentro, 13h30. Como fazia todos os dias, o diretor de Finanças do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), foi pegar sua mulher para almoçar. Ao desligar o celular usado para falar com a companheira, foi abordado em seu carro, por dois assaltantes, um em cada janela. Falaram para ele ficar tranquilo, anunciaram o seqüestro e dispararam o alerta do terror: à menor reação, Moreira seria morto. O sindicalista foi jogado no banco traseiro do carro, sob a arma de um dos ladrões.

Os assaltantes saíram pela guarita que dá acesso à PUC-Campinas. Tiveram o trabalho facilitado por dois motivos: o vigilante estava de costas para os carros e a câmera instalada no local permaneceu desligada naquele dia. Em seguida, pegaram a Rodovia Dom Pedro I, entraram no Shopping Galleria e foram direto ao Caixa 24 Horas, onde sacaram R\$ 300 e ainda fizeram um empréstimo de R\$ 500 em nome de Moreira. A tortura da vítima estava apenas começando.

“Os ladrões falaram que iam me amordaçar e me jogar no Rio Atibaia. Foram até o pedágio da Rodovia Campinas-Mogi Mirim, onde entraram numa estrada vicinal que dá numa ponte de madeira sobre o rio. Desistiram de me jogar porque apareceram uns pescadores”, relata o servidor. Em seguida, voltaram as ameaças. Um dos assaltantes queria matá-lo com três tiros. “O motorista, que estava mais sóbrio, viu, pelo retrovisor, caminhões que fugiam do pedágio e fez o colega desistir”. Deram meia-volta, dispensaram os pertences do sindicalista no mato, o liberaram e ficaram com o carro — um Pálio, nunca encontrado — e toda a documentação. Moreira andou a pé até a rodovia, onde conseguiu uma carona até o sindicato.

A história ilustra a terra de ninguém em que havia se transformado a área de saúde da Unicamp antes das medi-

das de combate à violência na região (leia matéria na página 12). O próprio Moreira conta que soube de três seqüestros ocorridos no mesmo lugar onde ele fora abordado pelos assaltantes.

O diretor do STU questiona o sistema da segurança da Unicamp. “Esse modelo de cercar o campus e colocar câmera não funciona. E o mais grave é terceirizar a segurança que, a meu ver, é o pecado capital”, avalia João, para quem o profissional contratado não conhece as pessoas e não consegue deter assaltantes. Segundo ele, um problema agravado pelos serviços de atendimento ao público em geral e pelas manifestações comuns na universidade. “Elas não podem ser censuradas”.

João considera que o modelo de policiamento ostensivo também é anacrônico, “não servindo sequer para Campinas”. Acha que o cidadão não estará mais seguro com o fato de “o policial estar com granada na cintura e metralhadora”. Para ele, isso não é indicativo de segurança, mas sim um fator fomentador do pânico.

O sindicalista cita também uma teoria, que segundo ele “corre por aí”, de que a chegada dos “verdinhos” [detentos do Presídio Ataliba Nogueira que cumprem programa de reeducação na Unicamp] coincidiu com o recrudescimento da violência no campus. Logo se explica. “Não que o STU seja contra os ‘verdinhos’, mas do jeito que está, não é reeducação de presos. Isso é uma terceirização disfarçada, porque o sujeito trabalha aqui com um salário muito inferior ao de um funcionário de carreira e, no final do dia, ainda vai dormir na prisão, que é um regime de semi-escravidão”.

O sindicalista acredita que precisaria haver um acompanhamento das capacidades individuais do detento. “Do jeito que está, trata-se de um modelo duvidoso. Eles precisariam ser avaliados na sua individualidade. Isso não é recuperação social”. Em seguida, dispara: “Tem muita gente que fica assustada com a presença dos ‘verdinhos’ no



João Moraes Moreira, funcionário do Instituto de Física e diretor do STU: “Terceirizar a segurança é pecado capital”

campus. Chega a ser até motivo de pânico na comunidade universitária, embora haja um certo preconceito nisso”.

Para Moreira, os projetos da administração geram controvérsias porque são elaborados de uma maneira unilateral, que prioriza a terceirização e, conseqüentemente, a redução dos custos. O sindicalista também vê como negativa a presença da Polícia Militar no campus. “Se tiver treinamento adequado do corpo de vigilância, a presença da PM é dispensável. Acho inclusive que a Unicamp tem a responsabilidade de elaborar uma coisa nova no campo da segurança, que pudesse ser implantado nas metrópoles”.

Segundo ele, a Unicamp está trilhando o caminho inverso, ao trazer para a universidade modelos que, na sua opinião, são comprovadamente ineficazes. “A vigilância deveria ser feita por funcionários concursados, com estabilidade. Truculência e blindado não vão levar a nada. O exemplo da polícia inglesa, para mim, é emblemático. Fica comprovado que não é preciso andar armado. O grande problema da universidade é essa dicotomia entre liberdade e repressão. Você tem que dar um ambiente seguro, mas ao mesmo tempo respeitar a autonomia universitária e as particularidades da vida acadêmica”, finaliza.

VIOLÊNCIA NO CAMPUS*

A violência tem-se propagado de forma assustadora na sociedade brasileira nos últimos anos, como resultado da ausência de uma política social que leve em conta as necessidades e interesses do conjunto da população. As conseqüências mais visíveis e dramáticas dessa situação se traduzem no desemprego crescente, na falta de moradia, em um sistema educacional deficiente e na falta de perspectivas para a juventude. Como não poderia deixar de acontecer, a violência está presente no campus e converte-se em um problema não apenas para a Administração da Universidade, como para toda a comunidade.

Não podemos prescindir da adoção de medidas que garantam segurança a docentes, funcionários, alunos e demais pessoas que freqüentam cotidianamente a Unicamp. Pela constante troca de pessoal, suspeitamos da eficiência da segurança terceirizada que faz a guarda permanente do campus e a fiscalização das guaritas, bem como das vantagens, em termos de custos, que esse tipo de contrato representa para a Instituição. Ao mesmo tempo, as rondas diárias da PM, medida adotada pela Reitoria nos últimos meses, têm gerado situações de conflito com membros da comunidade universitária, uma vez que se trata de uma corporação treinada de maneira inadequada às nossas peculiaridades.

Por essas razões, defendemos a elaboração de um Plano de Segurança que resulte de uma ampla discussão, envolvendo diretamente os três segmentos da universidade (docentes, funcionários e alunos), que contemple as especificidades da Instituição e respeite a autonomia universitária.

*Texto elaborado pela Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp) para o **Jornal da Unicamp**



“Investir em funcionários”

Paulo Eduardo de Lima Gouveia (à esquerda), que acaba de deixar o cargo de coordenador do Diretório Central dos Estudantes (DCE), critica, na entrevista que segue, a terceirização dos serviços de segurança da Unicamp

Jornal da Unicamp — Como você vê a questão da violência?

Paulo Eduardo de Lima - Acho que a questão da violência e do aumento da criminalidade, de um modo geral, tem que ser abordada de duas formas. Primeiro: na universidade, ela reflete o que acontece fora. Não se fica impune a 10 anos de governo neoliberal — com sucateamento dos serviços públicos, dos próprios serviços de segurança, dos salários dos policiais, enfim, com o sucateamento da própria universidade. O aumento da violência é decorrência do desemprego, da falta de expectativa e de esperança num futuro melhor. Isso é um elemento e inevitavelmente reflete na universidade. E aí vem a primeira crítica que a gente faz à universidade: nesses 10 anos, ela não foi capaz de exercer seu papel de crítica à sociedade, de crítica ao que vinha sendo feito. De uma certa forma, todo o processo foi implementado com quadros dirigentes da própria universidade — ela é cúmplice, tem uma responsabilidade enorme. E isso precisa ser dito.

Você poderia explicar?

Essas medidas neoliberais também predominaram nas universidades. E, no caso da segurança, tem um fato que é decisivo: a terceirização dos serviços. Terceirização já é algo extremamente complicado, ainda mais na segurança, porque você coloca o controle da segurança da universidade na mão de uma empresa privada. Além disso, você tem uma série de agravantes como, por exemplo, o fato de ser desprezado um funcionário da universidade, que tem um vínculo com ela, que passou por um concurso; nesse caso, não existe essa rotatividade absurda. Não dá para descolar a questão do aumento da violência no campus com a questão da terceirização dos serviços de segurança. Não vou dizer que é um único elemento, mas é decisivo. Ao aumentar a segurança terceirizada, de uma certa forma, você está reproduzindo o problema.

Qual, a seu ver, seria o modelo a ser adotado?

Essa discussão sobre violência e segurança no campus caminha para o aumento do aparelho repressor e, além disso, com cerceamento do livre acesso dentro da universidade. É cerca, é

catraca, é porta eletrônica... Acho isso muito equivocado. Porque quem faz assalto entra pela guarita, com seu carro, não sai nadando pelo lago. Quando a universidade se fecha para a sociedade, ela reproduz uma lógica que deveria combater. É uma lógica que está na raiz de todo o problema da falta de segurança e da criminalidade. E o exemplo mais drástico disso é a presença da PM aqui. É evidente que a universidade tem que ter sua segurança, contratada, bem paga, bem treinada. Isso é uma coisa. Outra coisa é você ter PM que faz ronda curiosamente em locais escolhidos de forma pouco criteriosa, como, por exemplo, na Rádio Muda, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), cerceando grupos de alunos de se reunirem. Acho esse tipo de coisa, esse cerceamento, extremamente lamentável. Isso tudo desembocou no incidente ocorrido no IFCH [discussão entre professores e dois policiais militares], que foi lamentável, onde a prefeitura do campus teve uma postura irresponsável, que inclusive é contra toda a tradição da Unicamp. Essa universidade já teve um reitor que dizia: “dos meus comunistas, cuido eu”. Essa tradição, uma das coisas boas da Unicamp, está sendo quebrada.

Existe um procedimento que foi atropelado porque de repente as pessoas começaram a trombar com viaturas dentro do campus. Isso já em si um abuso do poder da prefeitura do campus e da administração.

Qual seria, então, o procedimento?

Era preciso discutir com a comunidade, a exemplo da cerca e de outras medidas de segurança colocadas como emergenciais. Concordo que é preciso que haja um corpo de segurança na universidade, que seja responsável pela manutenção do patrimônio da universidade e pela integridade física das pessoas que aqui circulam. Só não consigo ver onde a PM faz melhor essa função do que a segurança. Um policial militar não conhece o espaço em que está trabalhando, uma vantagem que a segurança tem. Ela conhece os espaços, os servidores são conhecidos pelo nome. Existe uma relação de cumplicidade com o funcionário da universidade, de vínculo.

“Alguns tiram os cadáveres dos armários”

Diretor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação prega a adoção de mecanismos de proteção

O diretor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC), Léo Pini Magalhães, acredita que o campus da Unicamp passou a conviver com uma violência que há muito atinge Campinas. Seguindo essa linha de raciocínio, o professor acredita que as unidades devem investir em mecanismos de proteção que garantam a segurança da comunidade universitária. Magalhães, que também defende a ronda ostensiva no campus, revelou que a FEEC terá uma segunda portaria, e que câmeras serão instaladas nas dependências da Elétrica, por iniciativa da unidade. Está em estudo, também, a instalação do “Telefone da FEEC” que, de acordo com o diretor, ficaria à disposição de qualquer pessoa que tenha presenciado algo de estranho nas dependências da faculdade.

Magalhães acredita que a vigilância deva continuar até Campinas voltar à normalidade. “Temos mais de 500 pessoas assassinadas este ano na cidade. Isso não está ligado apenas ao fenômeno brasileiro, mas em particular à falta de gerência municipal e estadual”, pondera. Magalhães entende que polícia é poder do Estado, mas não poupa a administração Chico Amaral que, segundo ele, foi “uma catástrofe”, e acha que falta iniciativa na atual gestão petista. “A Prefeitura pode colaborar se tiver um trabalho mais ativo e construtivo”, diz.

Embora para o diretor da FEEC, no caso do policiamento do campus da Unicamp, devam ser obedecidas algumas particularidades da vida universitária, as rondas ostensivas se fazem necessárias. “As pessoas uniformizadas [PM] que circulam pelo campus estão cumprindo sua tarefa e seu papel”, defende. A aversão de parte da comunidade à presença da polícia no campus, na opinião do diretor, está relacionada à ditadura militar. “Algumas pessoas insistem em tirar os cadáveres dos armários, mas acho que elas nem são da época do governo militar. São jovens de 25,

30 anos que eram recém-nascidos na ditadura. A PM tem problemas, mas temos que tentar trabalhar com esses problemas; não são bandidos que estão ali”.

Magalhães defende duas modalidades de policiamento. O comunitário, que, desarmado, teria poderes de guarda e poderia ser feito pelos próprios vigilantes da Unicamp; e o armado, a ser feito pela Polícia Militar e controlado pela administração superior da Universidade. “As duas soluções não se excluem”, prega o professor, para quem não existe sentido em os policiais fazerem a ronda sem as armas. “Quando nos ataca, o ladrão parte do princípio de que estamos desarmados”.

O diretor da FEEC admite que algumas pessoas ficam intimidadas com a presença da PM no campus, mas diz que as vítimas da violência têm uma opinião “muito diferente”, justamente por se sentirem desprotegidas. Ele cita um assalto ocorrido no final de outubro, em que um ladrão invadiu armado a sala de um professor, rendeu um aluno que lá estava e levou um computador, recuperado depois pela Guarda Municipal de Paulínia durante uma blitz de rotina. O assaltante, foragido da Justiça, foi preso. “O preocupante é essa violência pessoal. Já tivemos casos de seqüestros aqui no campus, por isso temos que ficar atentos”.

Apesar de ver um “certo descompasso” causado pela mudança da empresa responsável pela vigilância do campus, sobretudo porque os antigos funcionários conheciam a rotina das unidades, Magalhães acredita que a situação não está fora de controle e que os índices de violência vêm registrando queda. As rondas, em sua opinião, só somariam. “Os policiais, que teriam uma atuação discreta, seriam sempre os mesmos”. E não descarta eventuais contratemplos. “Estamos na fase do aprendizado, e alguns erros vão ser cometidos. Precisamos aprender com eles”.



FOTO: ANTONINHO PERRI

Léo Pini Magalhães, diretor da FEEC: “A Polícia Militar está cumprindo seu papel”

PAVAN DEFENDE POLICIAMENTO OSTENSIVO

O diretor associado do Instituto de Biologia (IB), Octávio Pavan, defende a presença da Polícia Militar no campus. O professor vê como “anacrônica” a posição de setores que são contrários ao policiamento e entende que a Unicamp deve tomar medidas enérgicas para coibir a violência. A seguir, a entrevista feita com o diretor associado do IB.

Jornal da Unicamp – Como o senhor vê a questão da violência no campus?

Octávio Pavan – Temos, na Biologia, mil alunos, dos quais a maioria tem pouco mais de 18 anos. São pessoas que vêm de todos os cantos, em busca de educação num lugar que se imaginou seguro até pouco tempo atrás. E essa é a responsabilidade que a universidade tem com essa parcela grande da população. É um celeiro de pessoas que vão fazer a diferença daqui a algum tempo. Não podemos, de maneira nenhuma, deixar que a universidade se torne palco da violência. É quase impossível a gente não tomar providências muito enérgicas, muito sérias, para que essa atividade que considero importantíssima, que é formar esse pessoal no futuro, seja afetada e ameaçada por essa violência, que é pontual e diferente do que a de fora, mas que deve ser reduzida ao máximo.

Como o senhor vê a proposta que preconiza uma universidade aberta?

Por mais que a gente goste da ideia de manter a universidade aberta, como se fosse uma praça pública, nós temos dois problemas: o primeiro e mais importante é um capital enorme em jovens; o segundo é o investimento enorme em pesquisa. É uma quantidade de equipamentos que não pode ser negligenciada. Nós temos que prestar contas. Num país miserável, é inadmissível que a gente tenha alguns milhares de reais de equipamento sob ameaça.

Quais seriam, a seu ver, os mecanismos de controle?

Vou falar do Instituto de Biologia, onde, por falta de disciplina, ninguém gosta de usar o crachá. Nós temos hoje uma espécie de terra de ninguém. Entre funcionários e professores, são mais de 400. É praticamente inviável você conhecer todo mundo. Por outro

FOTO: ANTONINHO PERRI



Octávio Pavan, diretor associado do IB: “Não temos o direito de colocar em risco a vida dos alunos”

A bola da vez

O professor Celso Arruda, diretor da Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM), diz ser “totalmente favorável” à presença da polícia no campus da Unicamp, sobretudo para coibir casos de violência cometidos por pessoas estranhas ao ambiente universitário. Arruda prega um policiamento com treinamento diferenciado para atuar no campus, além de considerar importante que a comunidade acadêmica se conscientize de que a presença dos PMs é necessária para a proteção das pessoas que circulam diuturnamente na Unicamp.

No entanto, Arruda entende que a presença da PM deve ser totalmente desvinculada da repressão a quaisquer tipos de manifestação, seja de alunos, professores ou funcionários. “Eles devem fazer o que desejarem. Essas manifestações fazem parte da história da Universidade e sempre transcorreram dentro da normalidade”, diz.

Dizendo-se “jurássico” na Unicamp, onde está desde 1968, Arruda acredita que a Universidade está cada vez mais inserida num contexto maior, no qual Campinas, “uma cidade muito violenta”, faz parte. “A violência está provocando mudanças na configuração de comportamentos. Há 10 anos, por exemplo, as preocupações eram outras, o campus era muito diferente. Nós estamos num país muito violento, com uma distribuição de renda terrível, com muita gente desesperada por conta do desemprego”. Para piorar o quadro, lembra Arruda, existe o mito de que as pessoas da Unicamp têm um padrão salarial elevado. “Se ficarmos desprotegidos, poderemos ser a bola da vez”.

FARDA,

fardão e arco-íris

Secretária de Segurança de Campinas acredita que PM está preparada para atuar na Unicamp

Num gabinete despojado de um prédio ocupado pela Prefeitura de Campinas, no centro da cidade, mais conhecido pela população por abrigar também o Procon, uma mulher começou a tecer planos que podem imprimir um novo estilo ao sistema de segurança na Unicamp. Que novidades podem vir de lá? Primeiro a atuação sistemática da Guarda Municipal no campus. Segunda sob o comando de alguém que conhece muito bem o universo acadêmico. Terceira: e que carrega na história pessoal marcas fortes o suficiente para repudiar arbitrariedades e transgressões aos direitos civis.

A pessoa que reúne essas características é Maria Cristina Von Zuben Camargo. A questão da segurança no campus passou a freqüentar sua agenda de trabalho desde 9 de outubro deste ano, quando assumiu a Diretoria de Segurança da Secretaria de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública em Campinas. E, a partir do final do mês passado, as idéias ganharam mais força, quando ela foi nomeada secretária da pasta, acumulando a função anterior. Apesar de continuar respondendo diretamente pelo efetivo de exatos 599 guardas municipais, ela ainda se mantém ligada à Unicamp, mais exatamente como assessora da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Educadora, Maria Cristina atuou por 15 anos no extinto Departamento de Medicina Legal (DML) da universidade, na área de Bioética.

Hoje com 52 anos, ela chegou a ser presa e torturada durante a ditadura militar, na década de 1970, quando militava no Partido Comunista do Brasil (PC do B). Uma fase, entretanto, que não a impediu de — usando suas próprias palavras — “transformar as experiências mais aflitivas da minha vida em instrumental para ajudar na consolidação da cidadania”. Por isso, resolveu lecionar Ética e Direitos Humanos para policiais militares, desde os graduados do Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da PM, até os recrutas das escolas de formação de soldados, em 90 cidades da região.

Mesmo ressalvando que ainda está em fase de familiarização com os cargos para os quais foi convidada pela Prefeitura petista, Maria Cristina adianta sua convicção de que o perfil que pretende conferir aos guardas municipais é perfeitamente compatível com o tipo de segurança que o campus e adjacências estão precisando, provavelmente na forma de parceria com a própria PM e a vigilância privada mantida pela instituição.

“Com relação à PUC, nós já temos sido solicitados para ações eventuais, principalmente como reforço na segurança de eventos”, conta. “Mas o que a gente está planejando, mais sistematicamente, é que a GM, além de realizar patrulhas na Unicamp, desenvolva programas e estudos de segurança. Para isso, a Guarda tem a sua academia, a qual desejo aperfeiçoar, com cursos permanentes de reciclagem”, acrescenta.

Segundo Maria Cristina, a eventual participação da GM no complexo de segurança da Unicamp “seria até mesmo uma contrapartida das mais justas, uma vez que a universidade está sempre cedendo docentes para a Prefeitura”. No caso específico da corporação que coordena, a secretária lembra que



Maria Cristina Von Zuben Camargo dá palestra para policiais militares na Unicamp: “Faltou tornar público o crescimento da violência”

seus subordinados já freqüentam um curso de Ética e Justiça, ministrado pelo professor Paulo Roberto de Souza, e há planos de aproveitar alunos de pós-graduações de diversas faculdades e institutos para o que ela classifica de “preparação de humanidade”.

“Quero que os guardas conheçam a história crítica da Unicamp, não só a de seus personagens ilustres, que isso a gente deixa para os estudantes de fora que visitam a universidade”, brinca Cristina. “Assim como insisto que eles tenham aulas sobre a cultura maior da própria cidade que devem proteger; que conheçam os movimentos sociais e a rede de equipamentos a que podem recorrer, no encaminhamento de meninos de rua, idosos desprotegidos etc”, complementa.

DIFICULDADES

O eventual emprego da Guarda Municipal no campus não implicará no arrefecimento da atuação da PM. Na concepção de Maria Cristina, seria mais uma atuação complementar. “Não que os guardas municipais estejam impedidos de efetuar prisões e impedir crimes de quaisquer natureza”, explica. “Mas é que não faz parte de suas atribuições ir em busca dos bandidos. E, como os bandidos não habitam o campus, uma operação de corte propriamente policial só deverá ocorrer em casos de flagrante”.

Enquanto os planos da secretária para Assuntos de Segurança ainda carecem de maior amadurecimento, ela defende que a PM está plenamente preparada para atuar de forma harmônica junto à comunidade acadêmica. Porém, não desconhece as dificuldades: “O problema é que, embora se tratem de pessoas bem formadas, muitas ainda retêm na memória aquela polícia de anos atrás, completamente desprovida de referências intelectuais, que mal sabia se comunicar e que, não raro, agia de forma inadequada em muitas ocorrências”.

Isso está mudando a largos passos, garante: “Hoje, um jovem só é recebido num curso de formação de soldado se tiver o colegial completo. E, o que é mais admirável, muitos deles escolhem a carreira policial justamente pelo sistema de trabalho que, por oferecer folgas alternadas, permite-lhes alcançar uma faculdade”. Ou seja: o soldado que patrulha o campus num horário tem as condições necessárias de estar estudando numa das faculdades, em outro período.

“Se a gente contemplar, então, o oficialato, vamos encontrar a Academia do Barro Branco, cujo vestibular é tão rigoroso que já integra a Fuvest. E vem se mantendo como a terceira opção mais concorrida”, continua. “São cinco anos de curso, com oito horas/aulas por dia, mais duas de estudos obrigatórios à noite. Até porque eles recebem salário para isso”.

A educadora salienta que “do ponto de vista da ética e dos direitos humanos, a preocupação da PM é tão elevada que, num curso de um ano, essas disciplinas ocupam 70 horas/aulas”. E compara: “A nossa própria Faculdade de Ciências Médicas prevê apenas 30 horas/aulas de Ética em seis anos”. Esses dados, para Cristina, demonstram que “a relação da universidade com a PM está longe de ser inviável, pois ambas as instituições apresentam um bom nível intelectual”.

Remeter o trabalho de um policial hoje no campus aos “anos de chumbo” é uma tendência equivocada, na opinião da ex-presença política. “É importante colocarmos as coisas como realmente ocorreram, com dados da realidade. A participação da PM na ditadura foi insignificante, praticamente figurativa. Quem atuou efetivamente nos dois codis da vida não foi ela; isso coube muito mais — que me desculpem — às Forças Armadas e à Polícia Civil. A PM cuidava do xadrez. E era a única que conversava com a gente e também a única com quem a gente aceitava conversar”, relembra.

E por que os órgãos de repressão não teriam contado com o apoio irrestrito da PM? “Porque ela é uma polícia muito mais ‘civil’ que se pode imaginar”, responde Cristina. E saca de um exemplo recente: “Dia desses, ao dar aula pra 36 capitães sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, ouvi de um deles uma crítica que nunca ouvi do mais ferrenho defensor dos direitos humanos. Ele repudiou o fato de a detenção de uma criança ser definida juridicamente como ‘busca e apreensão’, o que, na sua visão, só deveria ser aplicado a objetos e animais”.

Na avaliação da Secretária de Segurança, “uma forma de se criar uma cultura contra os espaços democráticos é exatamente isolando pessoas ou segmentos”.

O SUSTO

A educadora admite que a formação humanista da PM campineira — e de outras corporações — ainda têm muitos passos a trilhar para atingir o nível ideal. Mas ela, tampouco, exime a própria Unicamp de responsabilidade pelo estranhamento que o policiamento mais ostensivo vem provocando em alguns segmentos universitários. Faltou tornar mais público o crescimento da violência no campus, acha ela.

“A Unicamp que eu conheço criou aquele espaço em Barão Geraldo, onde muitos professores foram morar e criou-se uma fantasia de que estávamos morando no País das Maravilhas, que existia o pote de ouro além do arco-íris”, opina. “Houve realmente uma época em que era possível que nossas crianças brincassem nas ruas. Mas isso se tornou inviável e é lamentável que toda a inteligência abrigada na universidade se veja agora obrigada a dar respostas tardiamente”.

O que é o Ministério Público e quais são suas funções?

O Ministério Público existe há muito tempo, mas ganhou um grande relevo a partir da promulgação da Constituição de 1988. O Ministério Público tem uma área ampla de atuação. A sua atuação mais tradicional é na esfera criminal, ou seja, o promotor da ação penal pública. Os promotores de justiça, os procuradores da república sempre tiveram como encargo principal fazer a persecução criminal dos acusados de práticas delituosas. A Constituição de 1988 trouxe uma grande inovação no tratamento do Ministério Público. Desde logo, sacramentou uma outra área de atuação, que havia sido prevista pela lei da ação civil pública, de 1985. A Constituição disse que, entre as funções do Ministério Público, está, além da promoção da ação penal pública, a promoção da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público social, do meio ambiente e de interesses difusos e coletivos de modo geral. Nesse âmbito, o Ministério Público entra com a ação civil pública para proteção do patrimônio público, para punição de administradores desonestos. Esta é mais conhecida como ação de improbidade, que leva à punição do mau administrador público. Ele não só pode perder o cargo, mas também ficar inabilitado para exercício de direitos políticos por até oito anos. O Ministério Público, para a realização dessas tarefas fundamentais, tem instrumentos de atuação, previstos na Constituição e na sua própria Lei Orgânica.

Quais são esses instrumentos?

No campo da proteção dos interesses difusos e coletivos, o mais importante instrumento de ação é o inquérito civil público, instalado para verificar a ocorrência de lesão ao patrimônio público ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. Com base nas investigações que faz por meio do inquérito civil público, é que o Ministério Público promoverá a ação civil pública. Para instruir, para carrear provas, tendo em vista a propositura da ação, o Ministério Público tem poderes de requisição. Ele pode requisitar documentos e perícias a entidades públicas e privadas. Também no campo criminal, o Ministério Público tem poderes investigatórios, estabelecidos na própria Constituição, na sua Lei Orgânica e, sobretudo, reconhecidos pela jurisprudência. Essa é uma coisa nova. Antes da Constituição de 1988 a matéria era muito nebulosa. A quem cabe fazer a investigação criminal? Só a Polícia, através do inquérito policial? O Ministério Público também. Se o Ministério Público é o titular privativo da ação penal pública, isso significa que só ele pode promover a ação penal pública. A ação penal pública, em contraposição à ação penal privada, é a que visa a punição dos crimes em geral. As exceções são crimes de injúria, calúnia, sedução, que são crimes de ação penal privada. A lei reconhece que o interesse do indivíduo é preponderante. Por exemplo, os ofendidos numa difamação podem não se interessar em mover um processo judicial, que pode piorar a situação. Nesses casos, o Ministério Público não tem a titularidade da ação. Já nos crimes em geral, como roubo, furto, estelionato e crimes contra a vida, o MP é o titular da ação penal.

Que benefício essa prerrogativa do Ministério Público traz para o sistema judicial brasileiro?

Devemos lembrar que, quando os homens passaram a viver em sociedade, eles renunciaram à vingança privada. Se alguém sofre um crime, não pode fazer justiça com as próprias mãos. Isso passou a ser tarefa

do Estado. Aliás, fazer justiça com as próprias mãos é crime, previsto no artigo 345 do Código Penal. Portanto, só o Ministério Público pode propor a ação penal pública. A Constituição só prevê uma exceção. A titularidade do MP tem um limite. Se ele não cumpre com sua obrigação de fazer a persecução penal, se não toma as medidas cabíveis, o ofendido pode, subsidiariamente, propor a ação penal pública. Por outro lado, se o Ministério Público tem o poder de ajuizar a ação, nada mais natural que tenha também instrumentos para poder instruir o seu pedido de processo criminal, que é feito através de uma petição chamada denúncia. Essa denúncia descreve o fato criminoso em todas as suas circunstâncias, aponta os responsáveis por ele e pede a punição perante o juiz. Mas para denunciar alguém é preciso que haja indícios. Ninguém pode ser denunciado com base na imaginação apenas. É preciso que haja uma investigação pré-processual. Tradicionalmente, quem fazia essa investigação era a Polícia. No entanto, a partir da Constituição de 1988, o Ministério Público também passou a investigar.

Qual a razão dessa mudança?

Há crimes que a Polícia tem dificuldades em investigar. Por exemplo: crimes envolvendo autoridades do governo, crimes envolvendo os próprios policiais, crime contra o sistema financeiro ou contra a ordem tributária, cuja investigação requer informações bancárias e fiscais, que são cobertas por sigilo legal. Nesses casos, tem sido oportuna a atuação investigatória do Ministério Público. Não existe, no âmbito do Ministério Público, uma tendência em querer substituir a Polícia na investigação de todos os crimes. Mas é necessária a presença do MP em certos casos. Hoje o Ministério Público tem um papel mais ativo na defesa dos interesses da sociedade. Esse é seu significado fundamental.

Existem iniciativas, em discussão no Congresso Nacional, que propõem a mudança dessa estrutura e até a retirada de algumas das prerrogativas do MP. O senhor pode detalhar qual é o teor dessas matérias?

Veja, há muitos anos se verifica a existência de iniciativas tendentes a conter o Ministério Público, a cercear a atuação do Ministério Público. Temos vários exemplos disso. Um deles, bastante discutido na imprensa, diz respeito à chamada Lei da Mordada. Trata-se de um projeto de lei, já aprovado na Câmara, que está em discussão no Senado. Na prática, essa proposta criminaliza a divulgação de notícias e investigações de processos judiciais, sejam criminais ou referentes a ações de improbidade. Isso vem em detrimento do interesse público pela informação e do dever da imprensa de noticiar. É contra a liberdade da manifestação do pensamento, contra a liberdade de expressão. Essa proposta contraria os princípios fundamentais do estado democrático de direito. A transparência é fundamental para a subsistência e desenvolvimento do estado democrático de direito. Do jeito que está, esse projeto é uma iniciativa infeliz.

A medida, alegam os seus defensores, teria o objetivo de proteger o direito à imagem do cidadão e conter eventuais abusos do MP...

Sem dúvida, é preciso reconhecer o direito à imagem do cidadão. Mas é preciso reconhecer também o direito da sociedade à informação. Se o MP tem elementos suficientes para o oferecimento de uma denúncia, por que a existência do processo não

O risco da IMPUNIDADE

Procurador regional da República de Emenda Constitucional do Congresso, tem o objetivo

A escalada da criminalidade no Brasil tem feito da segurança pública um assunto obrigatório nas rodas de bate-papo. Mais policiamento, combate às injustiças sociais e maior agilidade da Justiça são algumas das preocupações manifestadas principalmente pelos moradores dos centros urbanos, onde o problema é sentido de forma mais intensa. Mas um tema fundamental, que está sendo discutido no Congresso Nacional, não faz parte da pauta dos debates populares, pelo menos na visão dos integrantes do Ministério Público (MP). Trata-se de uma Proposta de Emenda Constitucional, a chamada PEC da Segurança Pública, que estabelece uma série de mudanças tanto na estrutura quanto na forma de atuação do próprio MP e da Polícia. Para promotores públicos e procuradores da República, a iniciativa teria o efeito de cercear o MP e fazer com que o peso da Justiça volte a ser sentido apenas pelos pobres, pois, na prática, os ricos e poderosos voltariam a gozar com mais segurança da velha impunidade.

De acordo com procurador regional da República, Mario Luiz Bonsaglia, o desconhecimento em torno do assunto deve-se sobretudo ao desinteresse da imprensa, o que favorece a ação junto ao Congresso do forte lobby exercido pelos segmentos diretamente interessados na aprovação da matéria, notadamente as entidades que representam os policiais.

pode ser tornada pública? A própria Constituição estabelece como regra fundamental, ao tratar do Poder Judiciário, que os atos judiciais serão públicos. Justiça secreta não combina com democracia. Não há razão para se privilegiar pessoas que estão sendo fundamentadamente processadas.

Qual seria o real interesse, então, dessas iniciativas?

É preciso situar essas iniciativas cerceadoras do Ministério Público no contexto da sua atuação. Antigamente, o MP estava mais a serviço da manutenção do status quo, principalmente na área criminal. A clientela tradicional da justiça criminal do Brasil sempre foi composta pelos pobres, pelas pessoas extraídas de classes sociais baixas. É tradicional dizer que, no Brasil, os ladrões de galinha sempre foram para a cadeia, mas não os criminosos do colarinho branco, as pessoas poderosas e influentes politicamente. Essa realidade mudou significativamente nos últimos anos. Hoje, mais e mais pessoas de classe social mais privilegiada, pessoas ricas, poderosas e influentes politicamente, têm se sentado nos bancos dos réus. Tanto na área criminal, quanto em relação às ações de improbidade. Há centenas de prefeitos e autoridades de go-

verno pelo Brasil afora sendo processadas por ações de improbidade. Então, a atuação do Ministério Público está incomodando. Também no âmbito da reforma do Judiciário foram feitas tentativas de cercear o MP. Algumas foram derrubadas na Câmara e outras subsistem.

Que propostas ainda estão sendo discutidas no Congresso?

No final de 2000, no apagar das luzes, o presidente da República editou uma medida provisória que cerceava a atuação do Ministério Público, especialmente no tocante às ações de improbidade. Determinava que o procurador que oferecesse uma ação de improbidade se sujeitava a uma multa de R\$ 150 mil, caso ela viesse a ser julgada improcedente. E também tipificava como ato de improbidade

“ É preciso reconhecer o direito da sociedade à informação ”

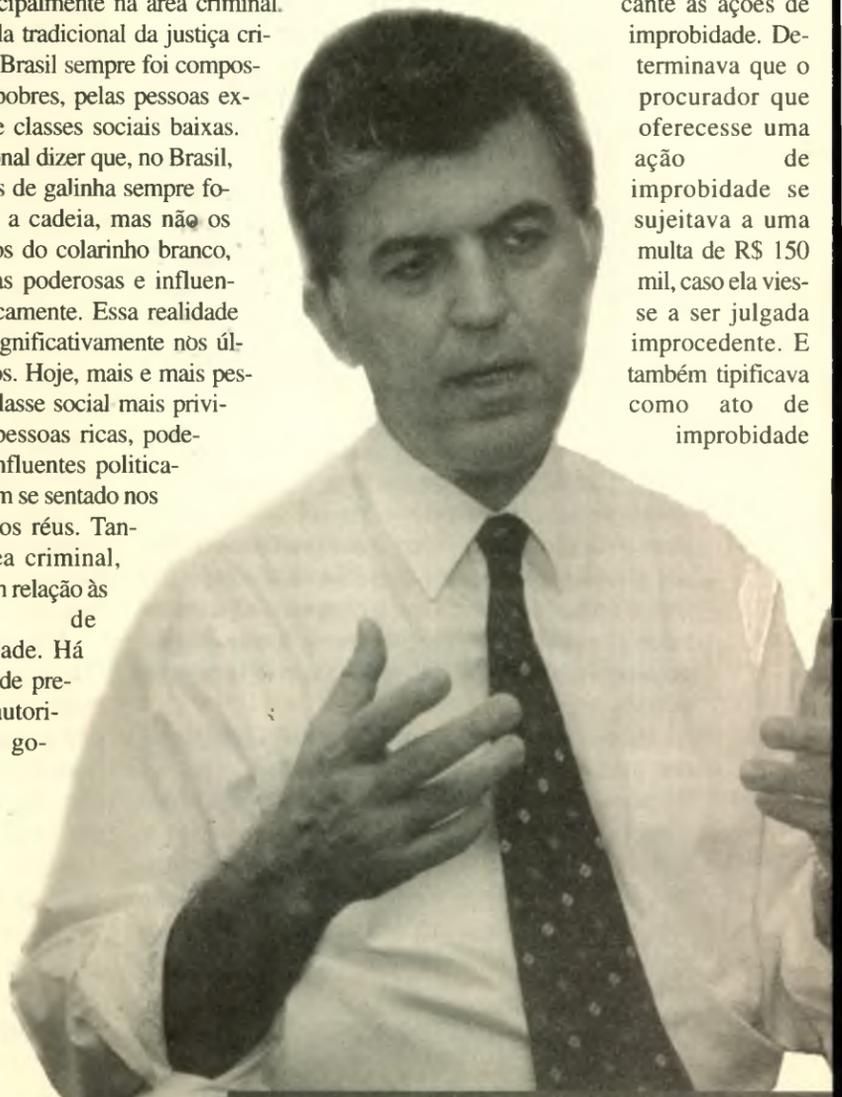


FOTO: NELDO CANTANTI

Mário Luiz Bonsaglia, procurador regional de pessoas que estão sendo fundamentadamente

DADE PLENA

Pública alerta que Proposta de Segurança, em discussão no Congresso, pode cercear o Ministério Público

Entre as propostas que estão sendo analisadas pelos parlamentares, algumas são as que o sono dos membros do Ministério Público: as que conferem autonomia financeira e financeira às polícias, suprimindo também o controle externo exercido pelo MP, e as que enfraquecem a titularidade da ação penal pública e impedem-lhe a investigação pré-processual.

Na prática, isso significa dizer que o MP passará a ser um mero assistente do Ministério Público, caso a matéria seja aprovada por deputados federais e senadores. Não poderá exercer, inclusive, o controle externo da Polícia. "Em outras palavras, a Polícia, além de deixar de ser subordinada ao Estado, só poderá ser investigada por ela mesma. Isso é um absurdo. Estaríamos criando um Estado Policial no País", adverte o procurador regional da República. Segundo o procurador, esta é mais uma, dentre muitas investidas, para tentar engessar o MP. "Interessa sobretudo àqueles que sempre gozaram de impunidade e que já não se sentem tranqüilos; que hoje começam a frequentar os bancos dos réus e começam a sentir sobre seus ombros o peso da lei. O MP é um órgão que não tem dependência frente ao Executivo, não é manipulável". Confira, abaixo, os principais trechos da entrevista do procurador regional da República ao jornal da Unicamp.

investigação da própria improbidade, caso não fosse bem sucedida. Houve uma recusa muito negativa em relação à medida provisória do governo, o que fez o presidente da República recuar. Há diversos outros exemplos de iniciativas no campo do legislativo, em detrimento da ação do MP. Há uma iniciativa mais uma. Trata-se da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública, em tramitação na Câmara dos Deputados. Essa proposta foi aprovada em outubro pela respectiva comissão especial, faltando apenas a votação de alguns deputados antes de seguir para a votação em plenário. Essa proposta, apesar de tratar de segurança pública, na verdade altera diversos dispositivos da Constituição, inclusive dispositivos do Ministério Público, que irão alterar o seu estatuto. Como exemplo, eu acho que a proposta de criação do Juizado de Instância. O MP se limitaria ao papel de prestar assistência ao juiz. Ou seja, de titular da ação penal pública, ele passaria a ser assistente. O juiz não só julgaria, como também faria as investigações. Isso quebraria o princípio da imparcialidade e isenção de um órgão judicial que é fundamental para o estado democrático de direito. Essa proposta foi discutida em outras oportunidades, e não se sabe onde porque foi reintroduzida nesse projeto. Outra medida nefasta, que está no âmbito da reforma da Segurança Pública, é a alteração do dispositivo da Constituição que atribuiu o controle externo da atividade penal pelo Ministério Público.

Na prática, o que essa alteração representaria?

Hoje, a atividade da Polícia, principalmente no que se refere à persecução penal, está sob o controle externo do Ministério Público. Os milhares de promotores de justiça e centenas de procuradores da República deste País estão habilita-

dos a exercerem o controle externo da atividade policial, inclusive em cada inquérito em que atuam. Esse controle destina-se a evitar abusos, desvios e irregularidades. O objetivo é melhor promover o interesse público na investigação, inclusive com respeito aos direitos humanos. As entidades corporativas da Polícia nunca aceitaram esse controle externo e querem o fim dele. O projeto em discussão na Câmara dos Deputados extingue esse controle externo e substitui por um órgão burocrático integrado por poucas pessoas, integrado inclusive por representantes da Polícia. Será um órgão meramente burocrático, que não terá condições de exercer controle algum. Vale ressaltar que, no âmbito da comissão especial da Câmara, existem representantes das entidades corporativas da Polícia. Essa comissão acabou pecando por atender o corporativismo da Polícia.

Caso seja aprovada da forma como está, que outras mudanças essa matéria trará na atuação do MP e da Polícia?

Pretende-se restringir a atuação investigatória do Ministério Público. Ou seja, só a Polícia pode fazer a investigação criminal. Em outras palavras, só a Polícia pode investigar a Polícia. Isso é um absurdo. Também dá autonomia administrativa, orçamentária e financeira à Polícia. Também não é possível compreender isso. O Exército, que no capítulo da segurança do Estado ocupa o posto mais alto, não tem essa ampla autonomia. E nem é conveniente que tenha. Tanto o Exército quanto a Polícia são órgãos armados. A questão do controle dessas instituições se põe, portanto, de maneira mais delicada. O projeto também estabelece que o chefe de Polícia será eleito pelos seus pares. Teria um mandato. Hoje, quem nomeia o chefe da Polícia é o governador. Vai se criar um órgão

armado independente, o que é inconcebível. Nem o Exército é independente. Isso não é compatível com o Estado democrático de direito. Ninguém ignora que a função da Polícia é muito importante para a sociedade. Ninguém ignora também que os policiais, de modo geral, não têm condições satisfatórias de trabalho e nem remuneração compatível com a importância e com os riscos da sua profissão. Tudo isso merece a simpatia de toda a sociedade, inclusive do Ministério Público. Os membros do MP são plenamente favoráveis a que os policiais tenham melhores condições de trabalho, tenham mais segurança para exercer sua profissão, tenham melhor remuneração, tenham seguro de vida, tenham, enfim, todo o amparo possível para desempenhar bem as suas funções. Agora, não há razão para tornar a Polícia um órgão politicamente independente. Não há razão para se extinguir o controle externo da Polícia pelo Ministério Público. E não há razão de tirar do MP a possibilidade de continuar fazendo investigações criminais, como em casos em que a atuação da Polícia é mais difícil.

A quem interessa esse engessamento do Ministério Público?

Interessa sobretudo àqueles que sempre gozaram de impunidade e que hoje já não se sentem tranqüilos; que hoje começam a frequentar os bancos dos réus e começam a sentir sobre seus ombros o peso da lei. O MP é um órgão independente frente ao Executivo; não é manipulável.

O senhor destacou que o MP é um defensor dos interesses da sociedade. Na hipótese dessa matéria passar no Congresso, que tipo de prejuízo isso traria para a sociedade?

O resultado só poderá ser um: o Ministério Público será emasculado dos seus atuais poderes e garantias. Ele perderá a sua atual desenvoltura para defender os interesses da sociedade. A sociedade perderá o que tem sido hoje o seu maior defensor.

A apuração de crimes e delitos, nesse caso, ficaria mais difícil?

Nós voltaremos à situação tradicional neste País, em que cadeia é lugar só reservado para pobres. Voltaremos ao estado em que pessoas influentes gozarão sempre de impunidade, em que autoridades de governo poderão fazer o que quiser, em que os interesses públicos poderão ser violados. Há muito que se fazer. Ainda há impunidade. Mas já não é certa essa impunidade. Aquele que pratica um crime de colarinho branco — por exemplo, um crime contra o sistema financeiro — hoje já não pode dormir tranqüilo. O governante desonesto já não dorme tranqüilo.

O senhor considera que a sociedade está sendo devidamente esclarecida sobre esse assunto?

Na verdade, a cidadania ainda é muito incipiente em nosso País. Uma das coisas fundamentais que todo o cidadão deveria fazer é se inteirar das propostas em tramitação no Congresso Nacional. Eu acompanhei de perto a reforma do Judiciário, quando o projeto tramitou na Câmara de Deputados. Eu estive presente em reuniões da comissão especial, nas quais questões fundamentais foram discutidas, como a de se dar efetividade ao mandado de injunção. Mandado de injunção é uma ação prevista na Constituição, que se destinaria a fazer valer direitos previstos na própria Constituição, mas que por falta de uma lei reguladora ainda não

estão sendo implementados. Aliás, uma tática para retirar direitos é tornar inócuos os dispositivos constitucionais que os prevêm. Por exemplo, até hoje a lei que deveria disciplinar a greve dos servidores públicos federais não foi editada. A Constituição reconhece a greve e prevê que ela deverá ser feita nos termos da lei. Como essa lei nunca foi editada, a greve em defesa de direitos legítimos fica impossibilitada. Existem direitos sociais que passam pela mesma situação. Pois bem, a proposta a que me referi visava a dar efetividade ao mandado de injunção para permitir que o juiz, na falta de uma norma regulamentadora, fizesse uma disciplina provisória daquele direito. Essa proposta foi derrotada por uma pequena diferença. Não saiu uma nota na imprensa. Questões importantes, como o nepotismo, foram discutidas e também não prosperaram. Nada disso saiu na imprensa. É preciso que o cidadão procure se inteirar do que se passa no Congresso Nacional. Como é impossível que a maioria dos cidadãos compareça ao Congresso, a imprensa tem papel fundamental de acompanhamento das discussões, da divulgação do pensamento dos parlamentares em geral.

No capítulo específico da Polícia, o senhor ressaltou o risco da total independência da corporação em relação ao Estado. Há, entre uma parcela importante da população, o sentimento de que a Polícia não investiga, que é truculenta e ineficiente. Caso a Polícia adquira esse status, o senhor teme, por exemplo, a instalação de um Estado Policial no país? E que risco isso traria para o cidadão comum?

Se essa proposta for aprovada do jeito que está, nós estaremos perto da criação de um Estado Policial no país. Por que? Porque estará sendo retirado o maior controle que hoje existe

sobre a Polícia, que é o exercido pelo Ministério Público. Ele será substituído por um controle meramente retórico e inoperante. Ao mesmo tempo, estará se dando independência política e autonomia administrativa e orçamentária à corporação, cujo chefe seria nomeado pelos próprios policiais. Ou seja, a Polícia seria uma instituição independente. Se hoje a sociedade já vê com muita preocupação a sua Polícia, com a aprovação de uma proposta dessa a situação certamente seria caótica.

Essa proposta tem chances de ser aprovada?

Nós acreditamos que essa proposta, do jeito que está, não tem viabilidade política. Ela dificilmente seria aprovada pelo Congresso da forma como está. É de se lamentar, porém, que esteja se perdendo a oportunidade para discutir seriamente o problema da Polícia. A instituição deveria ser submetida a uma reforma para adequá-la àquilo que a Constituição prevê para a sua atuação. A Polícia deve ser o instrumento de garantia da tranqüilidade pública. Um instrumento para salvaguardar a lei. Sobretudo, tornar-se um agente de proteção dos direitos humanos e não como muitas vezes acontece.

Como o Ministério Público vem agindo para demonstrar a sua preocupação em relação a essas propostas?

O que os procuradores da República estão procurando fazer é justamente tornar públicas essas propostas que alteram pontos importantes da Constituição, para que os setores mais amplos da opinião pública possam formar seu próprio juízo. Assim, poderão influenciar indiretamente no andamento das discussões. É o que estamos fazendo.

Pública: "Não há razão para se privilegiar as necessidades"

Nada será como antes

Comandante diz que papel da Polícia Militar hoje é comunitário, e muito diferente do que na época da ditadura

Comandar uma corporação policial hoje, no Brasil, exige muito mais do que perícia no que se refere ao chamado “fato criminal”. É preciso alcançar uma abrangência sociológica sobre todos os fatores envolvidos. É o que demonstra o comandante do 8º Batalhão de Polícia Militar do Interior 1, tenente-coronel Osmar Sabbatini, ao buscar desfazer o relativo estranhamento que o policiamento mais ostensivo no campus vem provocando junto a segmentos da comunidade universitária.

“Infelizmente, no Brasil ainda prevalece a idéia enganosa de que segurança pública é um simples problema de polícia. A polícia é só parte do contexto”, argumenta. “Precisamos associar a nossa atividade-fim com a compreensão dos problemas sociais, como desemprego, falta de habitação, de saúde e de escolas, além de buscarmos o nosso nicho em programas de governo”.

Ele reforça: “Hoje, somos ocupados por uma variada gama de problemas que não podem, a rigor, ser enquadrados como ‘casos de polícia’. É helicóptero que socorre atropelado, é parto de emergência realizado em viaturas. E o fone 190, então? Já está institucionalizado: qualquer problema, o cidadão liga para o 190. E nem sempre se trata de questão policial”.

“Por isso” – prossegue –, “enquanto adotamos os procedimentos padrões no sentido da prevenção, temos uma estratégia operacional voltada também para o policiamento comunitário. E, como é evidente que para isso é necessária a aproximação da PM com a população, é esta meta que temos perseguido. Em relação a todos os segmentos. Inclusive o universitário”.

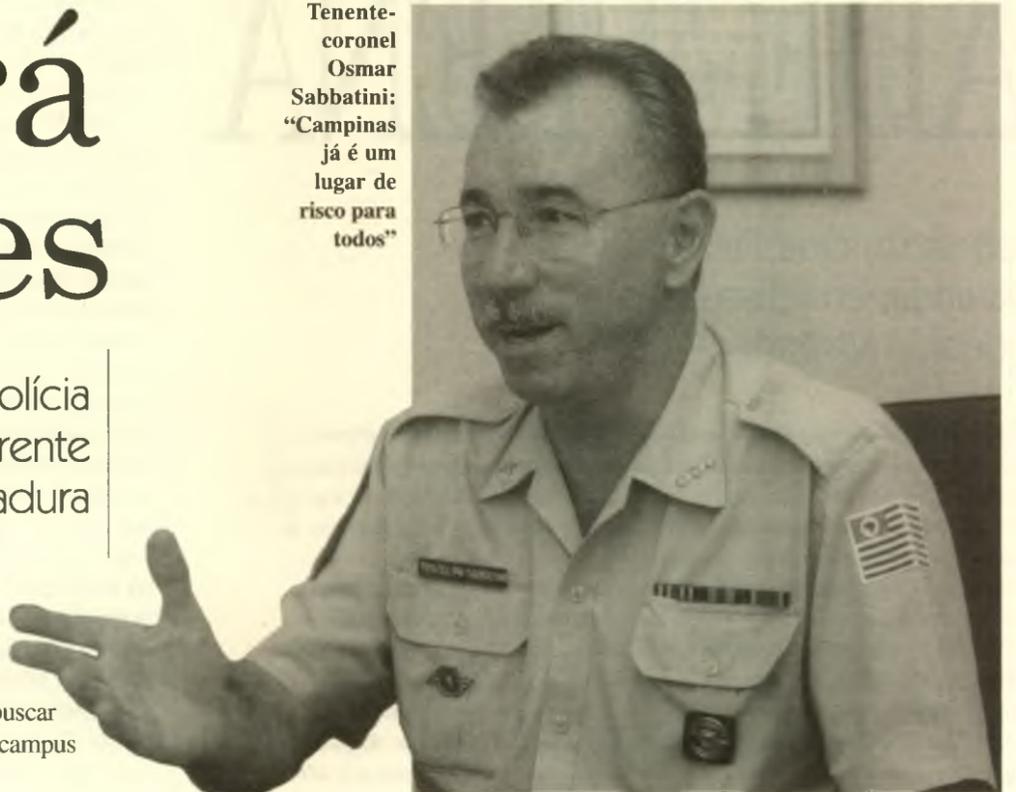
E, num futuro nada distante, é possível que câmeras venham a monitorar o campus da Unicamp. O anúncio foi feito por Sabbatini, ao revelar que o ainda incipiente circuito interno de vídeo, a serviço da vigilância patrimonial da universidade, em áreas com forte concentração de equipamentos de valor ou em lugares desertos em que haja passagem de pessoas, principalmente alunos do período noturno, será ampliado. Com isso, também os policiais poderão acompanhar, em tempo real, as áreas consideradas estratégicas da instituição. “Será tão somente um adendo tecnológico à nossa política de policiamento comunitário, já em curso, e que, longe de ter intuito meramente repressivo, visa melhorar a qualidade de vida dos cidadãos”, argumenta.

Sabbatini, 47 anos, 28 de carreira, nasceu na capital paulista. Mas, morador em Campinas desde 1955, sente-se à vontade para discorrer sobre a cidade no contexto da segurança (ou insegurança) pública: “Campinas é hoje uma metrópole, e como tal, tem problemas diretamente proporcionais ao seu crescimento”. Sobre as câmeras de vídeo ele alega não poder dar mais do que a informação básica: “Só sei que o projeto está bem adiantado, mas o número de equipamentos, os pontos a serem vigiados e a data da entrada em operação ainda estão sendo definidos”. A respeito do relacionamento polícia/comunidade universitária, porém, o comandante demonstra ter convicções bastante amadurecidas: “Em sendo uma metrópole, temos que entender que Campinas já é um lugar de risco para todos. E não se excetua aí quem estuda, leciona e trabalha numa universidade”.

Desde meados de abril deste ano – antes mesmo de se pensar em sofisticações tecnológicas, a PM mantém rondas policiais no campus. “Volto a frisar que, independentemente do efetivo humano e dos recursos técnicos que usamos ou venhamos a usar, essa nossa presença mais ostensiva na Unicamp nunca teve o propósito de inibir, por si só, as pessoas que estão lá”, afirma. “Acontece que, se lá ocorrem episódios

Tenente-coronel Osmar Sabbatini: “Campinas já é um lugar de risco para todos”

FOTO: NELDO CANTANTI



como furtos, seqüestros relâmpagos, tráfico de entorpecentes etc, é evidente que a polícia tem que estar atenta, para que as pessoas sejam e se sintam mais protegidas”.

NOSANTUÁRIO

O tenente-coronel Sabbatini não se faz de rogado quanto ao grau de influência que a memória da ditadura militar ainda exerce nos focos de resistência que a PM tem encontrado dentro da Unicamp. Afinal, foram mais de duas décadas de autoritarismo, nas quais não faltaram invasões de campi – inclusive o da Unicamp – por forças militares. Desde então, o vislumbre de fardas nesses “santuários” costuma provocar brotoejas nos intelectuais mais sensíveis.

Sabbatini, entretanto, refuta rápido: “Aquela época está tão superada, que me causa espécie gente tão bem formada e informada ainda pensar dessa forma”. Ele garante que “principalmente das duas últimas décadas pra cá, a PM mudou muito. A nossa postura atual é muito mais voltada para as demandas da comunidade do que para o interesse do Estado ou quaisquer outros”. E reforça: “Somos, acima de tudo, uma instituição legalista. Que cuida de sua imagem. Basta que se tome conhecimento de nossos programas de requalificação profissional, depuração interna e gerenciamento participativo”.

Traíndo sua predileção por esse último item, o comandante explica que se trata de “delegar autonomia a cada um, incluindo toda a escala hierárquica, na sua esfera de atribuição, mas trilhando, é lógico, os parâmetros legais”. Assim, propaga o oficial: “O policial não se desloca mais exclusivamente para cumprir uma ordem, ou fica a postos esperando algo acontecer. Ele interage com a comunidade e resolve problemas. E, sentido-se prestigiado com isso, se aprimora também como soldado”.

A Unicamp, aliás, foi um bom campo de teste para a eficácia dessa política, segundo Sabbatini: “O que acontecia algum tempo atrás era que o policial se limitava a dar apoio no pronto-socorro do Hospital das Clínicas. Quase sempre, cumpria uma função meramente cartorial. Aí, procuramos dinamizar, colocando policiais motorizados, o que resultou num espectro de ação muito maior e mais útil”.

“Se a prevenção se dá com a ostensividade, tal fator, isoladamente, não a sustenta. É preciso a colaboração das pessoas. E é isso que esperamos da comunidade universitária”, acrescenta. “Costumo dizer: o cidadão que fica alheio à questão da segurança passa a correr um risco muito maior do que aquele que se integra”, professa. E cita: “A Constituição Federal é muito clara quando diz que a segurança pública é dever do Estado e direito de todos, mas também responsabilidade de todos”.

Convencido de que os bolsões de resistência ao policiamento mais assíduo no campus logo se dissolverão, por conta do bom procedimento de seus homens, Sabbatini faz questão de ressaltar que a própria Reitoria já deu “passos importantes” para estreitar o relacionamento com a PM. Uma contraparte que ele valoriza são as palestras e os cursos que a universidade desenvolve para a corporação, sobretudo no campo da ética.



Vizinhos pobres, mas inocentes

Além de Campinas, o 8º BPM-I responde pelo policiamento preventivo de Valinhos, Vinhedo e Paulínia. Para Campinas, são 112 homens. A região na qual o campus está inserida conta com meia dúzia de policiais, divididos em destacamentos específicos, como radiopatrulhamento padrão, ronda escolar etc. Só que essa região não se resume a “áreas nobres”, como podem ser rotulados o distrito de Barão e a Cidade Universitária. Ela é também pontilhada por favelas, como os jardins São Marcos e Santa Mônica.

Estará aí, nesses “vizinhos pobres”, a fonte da violência que já se faz sentir no campus? Não, responde categoricamente o comandante da 3ª Cia., capitão Gilmar Furtado, 41 anos, 21 de carreira. “Na verdade, o policiamento mais ostensivo na Unicamp foi, digamos assim, provocado por nós, durante uma experiência operacional”, conta. “Atuando intensamente, conseguimos reduzir o nível de criminalidade geral na região. Aí, verificamos cada área separadamente. Enquanto em Barão Geraldo e nas próprias favelas, a situação se mantinha suportável, a da Unicamp continuava preocupante. Assim, ficou demonstrada a necessidade de cuidarmos melhor do campus”.

Capitão Gilmar Furtado: “A situação da Unicamp continuava preocupante”

Segundo ele, embora o “comportamento criminal” no campus repita bastante a tendência da cidade como um todo, por aqui ainda prevalecem o que se pode classificar de “ocorrências caseiras”, ou seja, delitos de ordem patrimoniais, como furtos em dependências dos institutos e faculdades.

O fim da “visão idílica”

FOTO: ANTONINHO PERRI



Ex-diretor do Instituto de Economia da Unicamp prega convênio entre comunidade acadêmica e policiais

Geraldo Di Giovanni: “Reconheci que tínhamos que mudar nossa relação com a polícia”

Dois fatos fizeram com que Geraldo Di Giovanni deixasse de lado a “visão idílica” que tinha sobre a universidade. Ambos ocorreram em 1999, quando o sociólogo dirigia o Instituto de Economia da Unicamp. O primeiro foi uma seqüência de roubos que culminou no sumiço de 15 computadores de ponta, que armazenavam bancos de dados considerados fundamentais para o instituto. O segundo, que o marcou ainda mais, aconteceu em plena luz do dia no estacionamento do instituto. Giovanni viu um grupo de meninos – entre 12 a 15 anos – comprando drogas de um traficante. Ao avistarem o professor, os garotos bateram em retirada. O traficante, porém, não só encarou Giovanni como também fez questão de mostrar que carregava uma arma na cintura. Depois, como se nada tivesse acontecido, entrou no carro e deixou o estacionamento em marcha lenta, desafiando o então diretor do instituto, que a partir daí passou a rever suas convicções a respeito da segurança no campus.

“Pensei o seguinte: o que sei fazer é ensinar a fazer pesquisa, dar aulas. Não sei lidar com bandidos ou traficantes. Quem tem que fazer isso são os profissionais, os policiais. Reconheci que nós da universidade tínhamos que mudar nossa relação com as polícias civil e militar”, revela. Giovanni concorda que se trata de um “ponto delicado”, sobretudo porque “a universidade tradicionalmente tem uma certa aversão à polícia, e vice-versa”. Embora veja que as duas instituições são “altamente complexas”, Giovanni acredita que a polícia tem que cumprir sua função e a universidade, proteger-se.

O professor acredita que uma das saídas para o impasse seria uma espécie de convênio entre partes, para que o policiamento da universidade fosse feito por intermédio de um protocolo. Nele, ficaria estabelecido qual seria o papel a ser exercido pelas polícias. Giovanni exemplifica: “O que a polícia pode? Prender traficantes, por exemplo. O que não pode? Ser ostensivo em relação a alunos, professores e funcionários. Se a Unicamp conseguir estabelecer esse protocolo-convênio com a Secretaria de Segurança Pública, são grandes as chances de a relação ser tranqüila”, avalia.

Giovanni cita um episódio recente, envolvendo dois policiais militares e dois professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, como exemplo do que deve ser evitado. O caso, que culminou no registro de boletim de ocorrência feito pelos PMs, confrontou policiais e professores, que teriam se revoltado com a presença de

pessoas fardadas armadas nas instalações do instituto. “A chance de conflito é alta, por isso que racionalmente devemos diminuir essa propensão. O que não admito é que um lado acuse o outro de não ter sido racional. Na hora do confronto, ninguém tem racionalismo”, pondera.

O professor acha inclusive que o policial tem de estar armado na maioria das situações, sobretudo ao atender ocorrências, como seria no caso do traficante que também portava armas. Mas ressalva que o protocolo é importante por normatizar comportamentos a serem assumidos pela corporação. “Se o policial entrar num lugar repleto de estudantes, por exemplo, ele tem que deixar a arma com o colega no carro, a não ser, é lógico, que vá atender a alguma ocorrência”.

Giovanni prega que as relações sejam cordiais de ambas as partes, embora seja da opinião de que a comunidade acadêmica deva ter um “certo padrão de comportamento” na relação com os policiais. “Se isso não ocorrer, o confronto está instalado”, prevê Giovanni, para quem a Universidade deveria ter a obrigação de investir no desenvolvimento pessoal dos policiais, de uma maneira que confira um perfil comunitário ao trabalho desenvolvido por eles. “Ela deveria oferecer cursos e outras iniciativas que façam o policial crescer”.

Na Unicamp desde 1975, o professor do Instituto de Economia acredita que dimensão da violência é social, embora não perca de vista que o problema possa ser agravado pela falta de polícia ou pela legislação que premia a impunidade. “No fundo, a violência é uma explosão de uma situação social terrível que o país vive particularmente nas últimas duas décadas. É fácil fazer a correlação: onde há miséria, não existem escola, saúde, emprego”.

Para Giovanni, numa sociedade excludente como a brasileira, não é de se espantar que esse processo explodisse no campo da violência. A dúvida colocada pelo professor é como vai ser a reação da sociedade que convive “com um sistema partidário marca-barbante, que não vale nada, com instituições públicas desacreditadas, com a diluição dos valores e com dirigentes que não servem de modelo para ninguém”. Para ele, é grande a chance de a reação ser violenta e desorganizada. “O que temos é uma somatória infinita de projetos de ascensão individual”. E exemplifica: “o caso do assassinato do prefeito de Campinas, Antonio Costa Santos, é típico. Expressa uma sociedade doente, desorganizada, desenraizada. Trata-se de uma tragédia nacional”.

Diretor prega policiamento preventivo

O diretor da Faculdade de Educação Física, Pedro José Winterstein, acredita que a Unicamp não está imune às mazelas provocadas pela onda de violência que atinge Campinas. Mais: o diretor da FEF defende a presença da Polícia Militar no campus, que, a seu ver, teria um perfil preventivo. Para Winterstein, o corpo de segurança interna da Unicamp é eficiente, mas não foi treinado para situações de risco, entre elas casos de seqüestro relâmpago e assalto à mão armada.

“Sei que isso [policiamento] não faz parte da história da universidade brasileira, mas acho que vivenciamos um momento em que a polícia, independente de qualquer coisa, é necessária”, defendeu o diretor, que conseguiu diminuir a incidência de roubos e furtos nas dependências da FEF, adotando medidas prosaicas, tais como o fechamento de alguns acessos ao Centro Esportivo, que chega a receber até 2,5 mil pessoas nos dias de semana.

O diretor da FEF alerta também para o problema do uso de drogas leves no Centro Esportivo. “É uma questão que foge à nossa competência, já que os usuários são adolescentes de Barão Geraldo, que não são da Unicamp. Eles ficam no quiosque, na arquibancada da piscina e em outros locais. É um problema que nos sensibiliza, sendo inclusive uma preocupação social que temos, já que são os arredores da Universidade”.

Winterstein acredita que os assaltantes vão se intimidar com o fato de o policiamento se estabelecer no campus, embora reconheça que a medida, além de anti-pática, possa parecer cerceadora. Mas joga com os fatos. “Por problemas sociais, toda a sociedade está sofrendo com a violência. E a Unicamp está dentro de Campinas, hoje uma das cidades mais violentas do país”, argumenta.

Como diretor da FEF, Winterstein diz ter “uma responsabilidade muito grande com a comunidade”, mesmo que seja complicado no ambiente universitário pregar abertamente a adoção do policiamento no campus. Lembra que, há cerca de um mês, foi cobrado por um roubo ocorrido nas dependências da faculdade, embora os objetos furtados tenham sido encontrados mais tarde. “É claro que temos que prestar nossa colaboração em termos sociais, até para que esse quadro mude. Mas, paralelamente temos também que trabalhar com prevenção. Mesmo que a medida não agrade a todos”, finaliza.

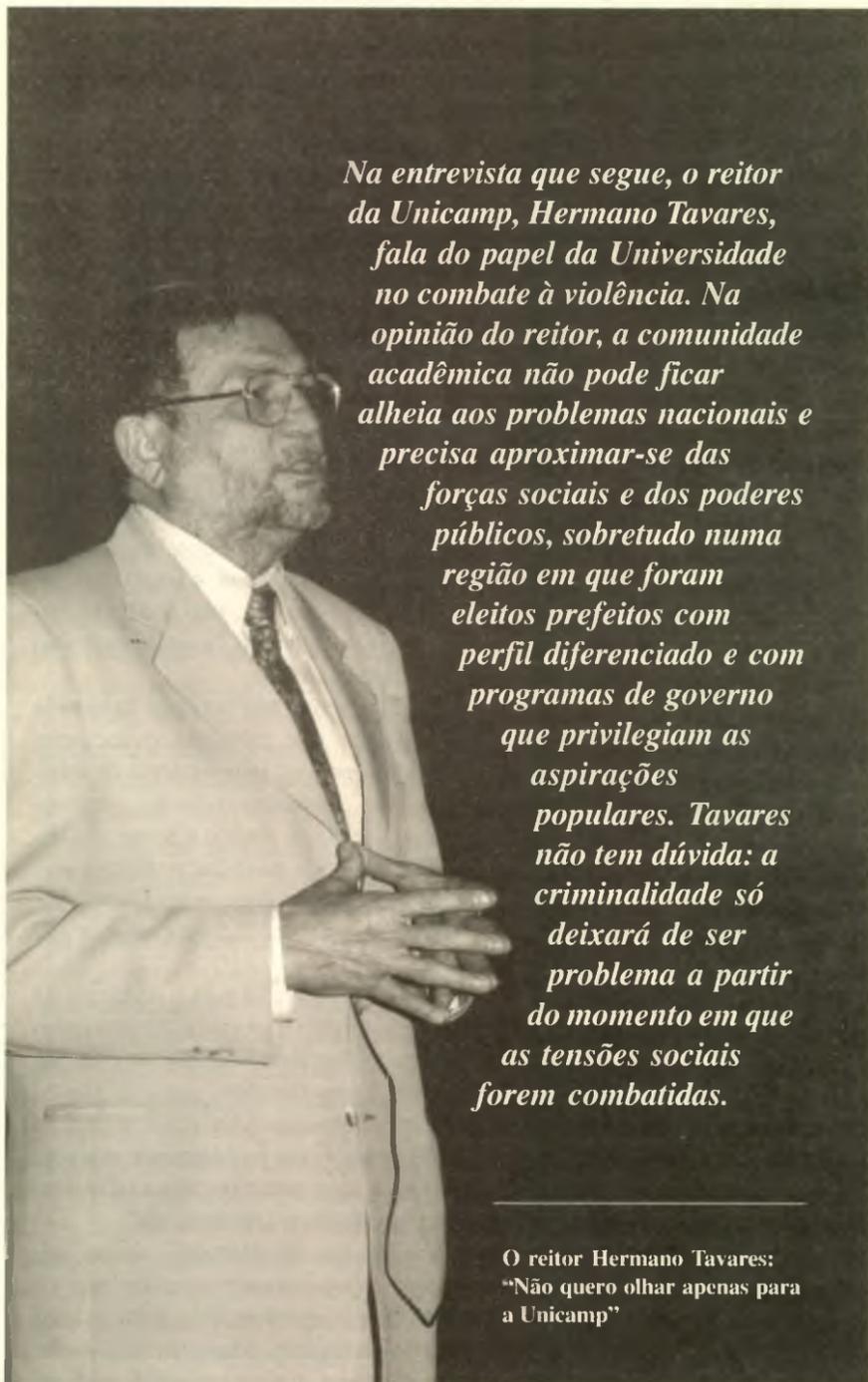
FOTO: ANTONINHO PERRI



Pedro José Winterstein, diretor da FEF: “Vivenciamos um momento em que a polícia é necessária”

É hora de agir

FOTO: ANTONINHO PERRI



Na entrevista que segue, o reitor da Unicamp, Hermano Tavares, fala do papel da Universidade no combate à violência. Na opinião do reitor, a comunidade acadêmica não pode ficar alheia aos problemas nacionais e precisa aproximar-se das forças sociais e dos poderes públicos, sobretudo numa região em que foram eleitos prefeitos com perfil diferenciado e com programas de governo que privilegiam as aspirações populares. Tavares não tem dúvida: a criminalidade só deixará de ser problema a partir do momento em que as tensões sociais forem combatidas.

O reitor Hermano Tavares:
"Não quero olhar apenas para a Unicamp"

Jornal da Unicamp - Como o senhor vê a violência chegando aos campi das universidades?

Hermano Tavares - A minha geração carrega, de uma certa maneira, a história da universidade brasileira que, tal como a gente concebe, é muito jovem. Ela nasceu rigorosamente na década de 30 e só veio tomar fôlego depois de 1960. Entrei na universidade em 1960, quando a população do Brasil devia ser de uns 65 milhões de habitantes. E o número de estudantes universitários era baixíssimo, não chegava a 100 mil. Por mais que tenhamos hoje um número baixo de universitários, ele é relativamente muito mais alto do que naquela época. Se hoje é um privilégio ser universitário, naquela época era muito mais, proporcionalmente. As universidades naquela época não funcionavam naquilo que se convencionou chamar de cidade universitária, de campus. Fui universitário em Pernambuco, onde as universidades ficavam no centro da cidade; tive algum trabalho conjunto com a Universidade Federal de Minas Gerais, onde as unidades também ficavam no centro da cidade. Em São Paulo, a Politécnica, Faculdade de Odontologia e outras tantas ficavam na região central da cidade. Vivenciei, de uma certa maneira, a época em que se discutia a transferência da USP para onde ela está atualmente.

A Unicamp não passou por esse tipo de discussão?

A Unicamp já nasceu no campus, embora ela tenha tido algum funcionamento muito curto na Rua Culto à Ciência [bairro do Botafogo, região central de Campinas], onde hoje funciona o Cotuca [Colégio Técnico da Unicamp]. Por exemplo, quando cheguei em Campinas meu primeiro emprego foi no Cotuca. Lá funcionava a Faculdade de Engenharia; a Faculdade de Medicina, pelo menos durante um certo tempo, funcionava no Hospital Irmãos Penteados e na Maternidade, mas já com projetos de se transferir para cá. Essa idéia de

isolar as universidades, o que dá ganhos de qualidade do ponto de vista acadêmico, permitindo um intercâmbio muito mais intenso entre os intelectuais das mais diferentes áreas, o que seria mais difícil em prédios isolados no centro da cidade, acho que nasceu nos Estados Unidos. No tempo em que fui estudante universitário, em 1960, um dos únicos campi brasileiros era o do ITA, que era uma experiência que não tinha a ver com o Ministério da Educação. Era uma experiência feita pelo Ministério da Aeronáutica, que teve muitos oficiais que se impressionaram com o padrão do desenvolvimento americano durante a Segunda Guerra. Em seguida, a idéia do campus universitário tomou conta do mundo inteiro. Agora, quando você cria um campus, você está criando uma pequena comunidade que tem características próprias. Obviamente, a distribuição socioeconômica das pessoas que habitam a Unicamp não é igual à distribuição das pessoas que habitam a cidade. O estrato social que habita a Unicamp é de uma camada mais elevada do que o da média da população de Campinas. Não obstante, estamos incorporados a uma cidade, a um país. As distorções irrompem na medida em que esse país tem todos os problemas que são clássicos entre nós, tais como as diferenças sociais e regionais, que são acentuadíssimas num país continental como o nosso. Mas temos também essas diferenças dentro de cada cidade, com uma divisão de renda muito iníqua.

Que tipo de problema o senhor acha que essas distorções causam?

Isso cria essa problemática que enfrentamos hoje. Quando começou a ocorrer esse boom da globalização, a reforma produtiva, as empresas passaram a empregar menos e produzir mais, culminando nessa reestruturação produtiva pela qual o mundo passou nos últimos 15 anos. O fim da União Soviética, o mundo monopolizado por uma grande potência, tudo isso deflagrou uma onda de desemprego que atinge, direta ou indiretamente, mais da metade da população mundial. São poucos os países do mundo que hoje não procuram, de todas as formas possíveis, criar renda, emprego, incubadoras de alta tecnologia, incubadoras de cooperativas populares etc. Quer dizer: estamos num esforço muito acentuado, particularmente no Brasil, de criar renda e emprego. À medida que as tensões sociais não são diminuídas, as distorções desembocam em muitas coisas, entre outras a criminalidade. Então, temos uma criminalidade crescente. E temos que combater esse problema.

De que forma?

A Unicamp não está imune à criminalidade. O que ocorre brutalmente no país e em Campinas chega na Unicamp. E nós temos que nos proteger. Não quero argumentar que temos feito a melhor proteção possível. Admito com muita facilidade que nós cometemos erros. É essencial admitir que cometemos erros, até para ter coragem de corrigi-los. Mas não vou me afastar desse esforço. Não quero, embora saiba que essa é minha responsabilidade principal, olhar apenas para a Unicamp.

O senhor poderia explicar?

A partir do momento em que a Unicamp olhar somente para si própria, ela vai estar se diminuindo de uma maneira perigosa. A Unicamp precisa ter presente – principalmente como universidade pública – que ela serve a uma sociedade. E tem que trabalhar para a sociedade, ela não trabalha para si própria. Não pode ficar apenas olhando para o umbigo.

É corrente a opinião de que são mínimos os esforços empreendidos pela academia no combate à violência. O senhor concorda com as críticas?

Eu acho que a Unicamp – e esse é um apelo que a prefeita de Campinas [Izalene Tieni] me faz sempre – deveria se integrar com outras forças da municipalidade para discutir o problema da violência. Acho que não podemos mais minimizar o problema da violência, que é seriíssimo. E, evidentemente, a Unicamp tem um papel importante, é um dos protagonistas. Não acho simpática a idéia de ficar colocando cerca, ficar criando situações de isolamento. Agora, tenho de ter a modéstia de ouvir especialistas que estudam o assunto. E nós não somos especialistas.

As medidas adotadas pela Unicamp têm surtido efeito?

Quando isso foi feito no caso particular da universidade, percebi – e os registros policiais estão aí para provar – que diminuí o número de ocorrências policiais aqui dentro. Agora, eu também constatei em viagens – até com uma certa surpresa – que no Brasil, e na América do Sul, todas as universidades estão cercadas. Depois comecei a notar que o Taquaral está cercado, que as igrejas estão cercadas. Ou seja: criou-se uma política da cerca da qual fomos um dos últimos a aderir. Não acho que esteja certo, mas não acho também que posso ser cisne entre os patos. Se quiser abolir isso, preciso primeiramente mudar a cultura do País.

O senhor acha que o assunto precisa ser discutido mais detalhadamente?

É hora de agir

Penso que isso merece discussões, o que não tenho visto. Não quero colocar a culpa em ninguém, a vida universitária já é árdua, a pessoa tem que estudar muito, tem que apresentar resultados de pesquisa. Mas, além de universitário, o sujeito é cidadão, vive neste país e precisa se envolver com os problemas nacionais.

O senhor acha que a aproximação com a comunidade é uma das saídas?

Acho que a universidade tem uma faceta intelectual, pura, de discutir os problemas. Desse ponto de vista, acho que os problemas sociais são discutidos sob os mais diferentes ângulos como é de esperar. Acho que esse papel clássico, o papel de consciência crítica da sociedade, a universidade cumpre. Evidentemente, não quero dizer que, por conta disso, ela mereça a nota máxima.

E no campo das ações?

Na minha opinião, a gente age pouco. É o agir pouco que me colocou, na concepção que tenho da universidade, nesse caminho de procurar aproximações com as forças sociais da nossa comunidade. A oportunidade mais importante que surgiu, ao longo dos meus três anos e meio de direção, foi a atual prefeitura de Campinas. E também, é preciso dizer, algumas prefeituras da região. Penso que a universidade deveria se empenhar fortemente nessa direção. Acho que essa é tarefa principal a ser abordada pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade. Vejo que ainda estamos no começo, mas trata-se de um bom começo. Outro aspecto que achei muito importante na nossa aproximação com a região, com o Estado e com o País, foi a idéia de formar professores para os níveis fundamental e médio. Embora, a missão principal da universidade seja produzir e transmitir conhecimento no nível superior, ela não pode ficar alheia aos grandes problemas nacionais.

Numa perspectiva nacional, quais os setores que para o senhor mais evoluíram?

Acho que, nos últimos 12 anos, recebemos uma lição do pessoal da área de saúde. Pediria às pessoas para olharem com cuidado como a saúde do País melhorou nos últimos 12 anos, desde a última Constituição [1988], ora vigente. Acho que houve um movimento na área de saúde, no Brasil, muito importante e penso que é elogiável. Basta olhar os números. Não houve a mesma coisa na área da educação, e em outras conquistas sociais, como nos campos do emprego e da distribuição de renda. Em suma: continuamos com nossas mazelas herdadas de um passado colonial brutal e não conseguimos removê-las adequadamente. Passamos por um século extremamente marcante, em que o País passou de 15 milhões, 16 milhões de habitantes para 170 milhões de habitantes. Isso não vai mais acontecer. Um século em que nossa civilização saiu do litoral e começou a se interiorizar. Nós conseguimos esse crescimento brutal, sem que conseguíssemos resolver os nossos problemas sociais. Em resumo: passamos por enormes transformações estruturais no país, mas mantivemos a essência dessa divisão de classe brutal, desse *apartheid*. Isso é chocante. Gostaria de lembrar que há cem anos o País não tinha sequer grandes manifestações culturais e populares. Num século em que a gente construiu tudo, não conseguiu modificar a nossa estratificação, que continua a mesma.

Nessa linha de raciocínio, o senhor entende que a somatória desses fatores teria contribuído para o recrudescimento da violência?

Provavelmente, esse aumento brutal da violência e da criminalidade a que a gente assiste no País é fruto de tudo isso. É chegada a hora de arregaçar as mangas e combater isso. Olhar para o mundo e não olhar tanto para dentro da universidade. É a posição que carrego como cidadão. Sinto-me responsável pela universidade, mas acho que não tenho o direito de deixar de olhar para o resto do país.

Onde mais a universidade pode atuar?

A missão principal da universidade é formar gente, além de produzir conhecimento. Isso, de uma certa maneira, a gente faz e tenho a convicção, talvez um tanto pretensiosa, de achar que fazemos muito bem. Temos uma universidade com apenas 35 anos de idade e que está numa posição muito boa. Acho também que nos dedicamos a algumas tarefas de cunho social muito importante. No caso da Unicamp, a dos hospitais é a principal. Nossa área hospitalar presta um serviço social que penso ser suficientemente grande para nós acharmos que ele não tem apenas cunho de educação dos nossos futuros profissionais de saúde. Ele tem algo mais que é uma satisfação de uma demanda social por saúde muito aguda que existe na região em torno de Campinas, que, de acordo com nossos cálculos, abrange 6 milhões de habitantes. É um trabalho muito sério, bastante cuidadoso e que, nos últimos anos, foi ampliado com nosso envolvimento com o Hospital de Sumaré. Penso que, no futuro próximo, nós vamos poder desenvolver um sistema de saúde que possa ser exemplar no Brasil. Algo que leve em conta uma certa hierarquização das ações de saúde - primárias, secundárias, terciárias - e que tem muito futuro. Vejo o modelo da Unicamp como extremamente atraente.

E nas demais áreas?

Acho que a atuação da Unicamp foi bem mais tímida. A Unicamp tem uma certa obrigação com o País, e particularmente com a região de Campinas, nas áreas cultural e educacional. A Unicamp poderia ter trazido a

si uma certa responsabilidade, naturalmente em conjunto com outros poderes públicos, como exemplo as prefeituras, de uma participação mais séria, de um envolvimento maior com área educacional, como a formação de professores.

E na área cultural?

Sou absolutamente convencido de que você tem que sofisticar a música, por exemplo. Talvez não seja coincidência, por exemplo, o fato de a música baiana ser tão boa, apesar de ter sido plantada num território fértil, que vem da África. Mas o fato de a Bahia ter uma escola de música há muito tempo, possivelmente orientou e polarizou o desenvolvimento da música.

O senhor vê refletida, em Campinas, a produção cultural desenvolvida pela Unicamp?

Acho que começa a existir, mas não é uma ação só da universidade. O fato de a Unicamp ter uma escola de música colaborou para o fato de surgirem grupos musicais de qualidade muito boa. Em particular, tem alguns artistas que considero ótimos; não sei por que eles não têm repercussão nacional. Fica um pouco como cultura local. Sinceramente não sei como fazer isso, mas acho que nós tínhamos que nos esforçar. Era preciso que existissem aqui grandes espaços culturais. Fui em julho ao Canadá, mais precisamente em Montreal, que parou durante sete dias por conta do Festival de Jazz. É preciso educar o povo, fazer música na periferia. Precisava também trazer a periferia para a cidade. Em nível de escola, de educação musical, a cultura é uma coisa que forma o povo, que melhora a vida do povo. Não digo que a Unicamp vá fazer isso, mas deveria ter uma atitude mais aberta para formar aqueles que farão isso. Houve iniciativas na Unicamp que não podem deixar de ser consideradas, como, por exemplo, o curso de música popular. Mas me parece que isso não teve o aprofundamento desejado. Queria que ficasse muito claro que não são críticas ácidas. São coisas que eu penso que têm que compor nosso futuro. Por exemplo, cheguei na Unicamp há 31 anos. E, quando cheguei, não existia uma escola de engenharia elétrica. Existia um curso com a ementa pronta, não tinha professores, mas tinha alunos. Então nós criamos a escola de engenharia elétrica, que saiu do zero, o desafio foi muito grande, ela está montada, ela existe. Esses 35 anos foram de construção, de desafio, de afirmação. Se não fizéssemos isso, íamos ser vistos como incompetentes e não teríamos chance de ter um futuro diferente. Acho que nós nos afirmamos como escola de qualidade no Brasil e mesmo no mundo. E agora temos que pensar de outra forma.

De que forma?

De fazer da Unicamp o centro irradiador de conhecimento, de saber, de cultura, de saúde. Mas não só por intermédio dos nossos alunos formados, não só por intermédio daqueles que têm chance de disputar o vestibular e entrar aqui na universidade, que é um privilégio considerável em termos sociais no País. A gente não pode achar que a única relação com a sociedade é a formação dessas pessoas. Tenho compromisso com todos aqueles que não passaram no vestibular, que moram na periferia. Temos que nos debruçar sobre essa problemática toda.

Como, politicamente, a Unicamp pode atuar?

Vai parecer que é político demais, mas eu vivi dois momentos no Brasil em que fiquei muito reflexivo. Um foi em 1974, em plena ditadura. Nós tínhamos consciência de que a ditadura tinha nos esmagado muito até aquele momento, quando houve a eleição. Só existiam dois partidos [MDB e Arena] e o MDB, a oposição, ganhou em quase todos os estados da nação. Senti que, por intermédio do direito político do voto, a população brasileira passou a mensagem de que queria mudar alguma coisa. Senti de novo isso agora, nas últimas eleições municipais. Acho que o que ocorreu foi fantástico, particularmente na nossa região. Quer dizer, algumas cidades mais importantes da região, como Piracicaba e Campinas, tiveram eleitos prefeitos de corte nitidamente popular, que se elegeram com uma plataforma popular; não foram eleitos enganando o povo. Isso é uma coisa que cria uma situação nova. Penso que a universidade deveria ter uma consciência aguda desse fato, e perceber que essa é a hora de "montar o cavalo". Nós não somos a figura principal desse processo todo, isso precisar ser dito. As figuras principais talvez sejam os poderes públicos municipais, estaduais e federal. Mas nós temos um papel importante, que é o papel do formador, do polarizador. E eu gostaria muito que a universidade tivesse muito consciente, nesse momento, de que esse é o ponto agudo dela. E não apenas ficar virada para o próprio umbigo, discutindo os seus problemas, que existem, é inegável. Só que os problemas lá de fora são muito mais agudos, mais perenes, muito mais resistentes a soluções. E nós temos uma posição favorável para enfrentá-los. Infelizmente, em muitos locais em que expus essa posição, isso foi visto como uma fuga. Eu rechaço facilmente: acho que abordei os problemas daqui. Acho que tive a coragem de pegar os problemas que foram evitados por antecessores. Inclusive no episódio da cerca [alambrado colocado nos limites do campus]. É preciso reconhecer que existem problemas aqui e devemos enfrentá-los, como nos casos da contagem de tempo de serviço, das gratificações e outros que foram abordados e que, inclusive, me valeram muita antipatia. Não posso achar que fui um reitor que fugiu dos problemas internos. Eu os enfrentei, mas também não posso achar que esses são meus problemas principais. Muito menos da comunidade.

FOTO: ANTONINHO PERRI



Paulo Rodrigues da Silva, superintendente do HC: "Precisávamos de mecanismos de proteção"

Unidades se cotizam, buscam ajuda da Polícia Militar, reforçam segurança e conseguem diminuir índices de violência

Rogério Antunes Pereira Filho, diretor associado da FCM: "Já podemos circular livremente"



FOTO: ANTONINHO PERRI

Área do HC enfrentou deterioração

Prostituição, seqüestros relâmpagos, assaltos, furtos, roubos, pessoas com medo de circular à noite e centenas de camelôs que fizeram da região um mercado persa. O leitor pode pensar que o cenário acima foi ambientado no centro de Campinas ou de outra metrópole do país. Mas, na verdade, tratava-se da situação encontrada no entorno do Hospital das Clínicas (HC) da Unicamp – que abriga a Faculdade de Ciências Médicas, Hemocentro, Gastrocentro, Caism, Cepe e outras unidades –, por onde circulam 12 mil pessoas diariamente, entre alunos, professores, médicos, servidores, pacientes e acompanhantes. A explosão da violência e a deterioração da área fizeram com que a Congregação, há cerca de três meses, se reunisse para discutir a adoção de medidas emergenciais.

A primeira providência foi uma consulta ao comando da Polícia Militar, que sugeriu a ampliação do efetivo de segurança. Uma comissão, composta por docentes, funcionários e alunos, foi designada para estudar o caso e decidiu-se, então, pela ampliação do número de seguranças para cobertura do entorno do hospital. "Em 15 dias, depois do reforço na guarda e da remoção dos ambulantes, não tivemos nenhum seqüestro relâmpago ou relato de qualquer ocorrência", revela o superintendente do Hospital das Clínicas da Unicamp, Paulo Rodrigues da Silva, que prefere não entrar na polêmica se a guarda tem ou não que estar armada. "O fato é que precisávamos de mecanismos de proteção, sob o risco de ficarmos com os mesmos problemas enfrentados pelas grandes cidades. Uma coisa levava à outra: o ambulante trazia o pedinte, que trazia o traficante, que trazia o explorador de mulheres... Tudo isso acabou depois que reforçamos a vigilância", testemunha o superintendente do HC, para quem a degradação da área estava ligada diretamente à falta de controle e fiscalização.

Uma deterioração que teve início no final de 2000, com pequenos furtos e ocorrências esporádicas, até atingir seu pico há cerca de cinco meses, de acordo com o diretor associado da Faculdade de Ciências Médicas, Rogério Antunes Pereira Filho. Segundo ele, os ambulantes chegaram a ocupar a entrada da passarela principal do HC, fazendo com que os pacientes passassem por cima de caixas com todo o tipo de mercadoria, inclusive comida embalada em marmix, sem cumprir os requisitos mínimos para preparo e conservação de alimentos perecíveis.

Quatro docentes foram seqüestrados – dois em frente ao Caism e os outros no Hemocentro. Uma professora da Psiquiatria foi assaltada à mão armada no estacionamento dos docentes. Pânico instalado, alguns funcionários e alunos passaram a se negar a cumprir tarefas noturnas obrigatórias na área da saúde, entre elas transferência de pacientes, coleta e transporte de sangue e de exames. A decisão paliativa de colocar um vigilante ao lado dos funcionários que circulavam de noite atenuou o problema, mas gerou ainda mais insegurança, já que deu a impressão de que era impossível percorrer a área sem a companhia de guardas. Foi a senha para que os docentes procurassem os diretores de áreas, que decidiram fazer uma reunião da Congregação na qual o assunto fosse discutido.

Por problemas operacionais – efetivo limitado –, Prefeitura do campus e a Polícia Militar ajudaram na medida do possível. A primeira, na tarefa de retirar os ambulantes; a segunda, com apoio estratégico e fazendo com os policiais intensificassem a ronda no local. "Cada unidade deu um pouco de verba, nos cotizamos e contratamos mais guardas. As medidas fizeram com que as coisas logo melhorassem. Os ambulantes saíram e não voltaram mais; os novos guardas passaram a marcar

presença ostensiva, nas esquinas, nas unidades e nos estacionamentos. Hoje, já podemos circular livremente", revela Pereira.

O diretor associado da FCM acredita "ser muito difícil" imaginar que a situação da Unicamp seja diferente da verificada em Campinas. "Vivemos numa cidade onde mataram o prefeito [Antonio da Costa Santos], e onde todo mundo quer vigilância em seu quarteirão. É querer muito que a Universidade não tenha mecanismo para cercar isso. É lamentável, mas vivenciamos hoje um momento completamente diferente ao de alguns anos atrás, quando você nem pensava nisso [polícia] numa Universidade", prega Pereira, que diz ter sido pressionado pelas vítimas da violência, fato considerado normal por conta dos traumas e pelo fato de ele ocupar um cargo diretivo.

Para Paulo Rodrigues da Silva, superintendente do HC, um dos papéis dos dirigentes das unidades é dar o mínimo de proteção para as atividades das respectivas áreas, entre elas a segurança patrimonial. "É claro que algumas pessoas não gostam, às vezes é constrangedor, mas nós não gostamos também quando roubam nossos equipamentos ou quando alguém é vítima de assalto ou seqüestro. Mesmo porque, nós é que damos a resposta, seja quando roubam ou quando ocorre algo".

Para Rodrigues da Silva, a relação entre a comunidade universitária e a Polícia Militar deve ser de parceria. "O enfrentamento não leva a nada". Cita como exemplos os policiais militares que faziam plantão no Pronto-Socorro do Hospital das Clínicas, cujo perfil de atuação era comunitário. "Eles eram orientadores, jamais tivemos relatos de problemas de relacionamento". Pereira corrobora a opinião do colega e lança uma pergunta-desafio. "Você já viu uma cidade de 12 mil habitantes [área da Saúde da Unicamp] sem policiamento?".

Ladrões invadem cantina na hora do almoço

O comerciante Valter Yodono, proprietário da cantina da Faculdade de Engenharia Mecânica, foi vítima de um assalto, no começo do ano, em que pelo menos 40 frequentadores de seu estabelecimento ficaram sob a mira de revólveres de dois assaltantes. A ação, rápida, foi violenta. Professores que estavam na fila do caixa, por exemplo, foram agredidos a pontapés pelos ladrões.

Duas coisas chamaram a atenção de Yodono: o fato de a investida ter sido feita em plena hora do almoço e a facilidade com que os assaltantes entraram e saíram da Universidade. "Nessas horas que a gente vê que o sistema de segurança precisa ser reforçado. E a violência continua a mesma de antes do assalto", avalia o comerciante que, em oito anos estabelecido na Unicamp, diz nunca ter vivenciado uma situação como a de agora. "Não há uma pessoa que não comente os casos de violência em Campinas. Morrer passou a ser um mero detalhe para os assaltantes. Será que é preciso que alguém perca a vida para que algo seja feito?", indaga o comerciante.

Para o advogado da Associação dos Comerciantes do Campus da Unicamp, Edmar José Paixão Júnior, só a presença da Polícia Militar no campus pode reverter o quadro. Em sua opinião, o atual sistema de vigilância é falho por não contar com um quadro preparado para situações extremas. "Os vigilantes têm medo da atual situação. Assim, a comunidade fica vulnerável, conforme provam os números. A presença de PMs é a saída, já que eles estão preparados para combater a violência".

Segundo o advogado, são cada vez mais comuns os relatos de casos de violência feitos por comerciantes filiados à associação. "Sabemos que o problema atinge todos os setores da sociedade, mas a Unicamp tomou medidas que ainda não surtiram efeito, entre elas a colocação da cerca e a troca de guardas. Só as rondas de policiais militares podem atenuar o problema", avalia o advogado, que propõe uma "interação entre a PM e setores da comunidade universitária".

FOTO: NELDO CANTANTI



O comerciante Yodono e o advogado Paixão: algo precisa ser feito

BIOTERRORISMO

Especialista alerta que o Brasil também precisa se aparelhar melhor para enfrentar esta guerra suja

CARLOS LEMES PEREIRA
calberto@reitoria.unicamp.br

O mundo está mudando velocemente”. É com essa constatação, unanimemente compartilhada por qualquer mortal que não esteja hibernando desde os fatídicos atentados de 11 de setembro deste ano nos EUA – e seus desdobramentos, em curso até agora –, que o coordenador do Centro de Controle de Intoxicações (CCI) do Hospital de Clínicas da Unicamp, Ronan José Vieira, introduz suas palestras mais recentes. E que logo desfilam termos nem sempre tão óbvios para quem não é do ramo, como tabun, soman, sarin e 2, 4, 5-triclotofenoxiácético. Mas aquela frase inicial, facilmente assimilável, e estes “indigestos palavões” convergem para um único esforço: alertar quem quer que seja, de especialistas e autoridades em saúde e segurança pública aos leigos de todos os segmentos sociais, sobre a necessidade de Campinas e região se aparelharem melhor para fazer frente a um – já nada descartável – ato de terrorismo químico e/ou biológico.

Não que o médico, também docente da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), e responsável por uma unidade que ao longo de quase duas décadas de atividades se tornou uma referência nacional em Toxicologia, esteja empenhado numa cruzada paranóica para semear pânico por aí. “Não obstante o fato de o epicentro desse tipo sofisticado e atroz de agressão em massa ainda continuar sendo os Estados Unidos e países bem alinhados a eles, o estágio de globalização da violência política em que nos encontramos até nos faz temer ocorrências de tal natureza em nosso meio. Porém, ainda desfrutamos de uma margem de tranquilidade, pois dificilmente o Brasil estaria, em curto prazo, na rota dessa modalidade de terror ou se envolveria numa guerra na qual agentes químicos e biológicos fossem usados”, ressalva Vieira.

No entanto, como a ciência, notadamente a que é intrinsecamente ligada aos serviços de preservação da saúde pública, não pode sucumbir à leviandade da confiança excessiva, o coordenador do CCI defende: “Já se faz necessário, tanto na nossa região, quanto no país inteiro, a adoção de treinamentos especiais para preparar equipes a enfrentar situações de alto risco, assim como capacitar a rede hospitalar”.

Estudo e idéias

Ronan Vieira frisa que não pretende propriamente tomar a iniciativa de liderar uma empreitada desse porte: “Simplesmente buscamos o envolvimento do CCI num estudo a respeito do assunto, o que, diga-se de passagem, é nossa obrigação. Paralelamente, estamos trocando idéias com as demais unidades da própria universidade afetas à questão e, só então, poderemos conversar com outros setores da sociedade civil, para mensurarmos o interesse geral”.

Mesmo abstraindo um pouco sobre a preocupação com um eventual atentado químico ou biológico, Vieira insiste no aspecto preventivo. O conhecimento dos riscos desses tipos de contaminação, aliado ao preparo para ação campal de equipes especiais poderia evitar ou, ao menos, minimizar tragédias também advindas de desastres involuntários. “Isso ganha importância principalmente na região de Campinas, que, além de estar na rota de transporte de produtos perigosos, abriga laboratórios de manipulação e fábricas de produção de várias dessas substâncias”, lembra.

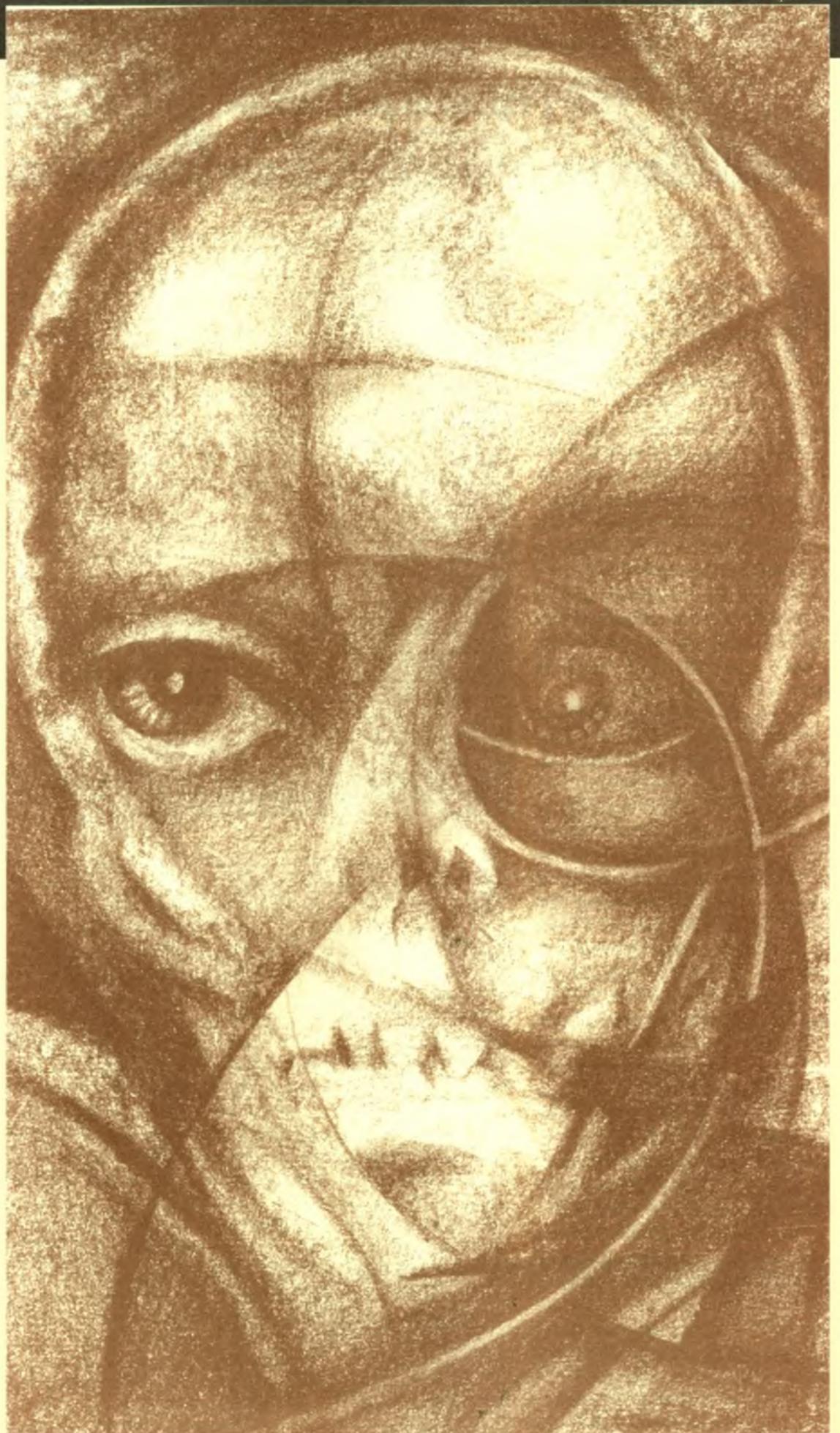


Ilustração: Félix

Por isso, o cientista reconhece que a região não pode ser classificada como totalmente desguarnecida. “Temos unidades e corporações com um grau muito razoável de preparo, caso da Cetesb, das defesas civis e dos bombeiros. O que quero dizer é que nos falta uma estrutura completa voltada para esse tipo de prevenção e ação”, ressalta.

Ao sugerir que o CCI possa vir a dar suporte a iniciativas que se concretizem nesse campo, Vieira idealiza um núcleo de

excelência norteado por protocolos específicos. Uma experiência com a qual ele tomou contato nos EUA, nos últimos anos, ao participar de congressos. “Isso foi até 2000, ou seja, antes mesmo dos atentados contra o World Trade Center e ao Pentágono. Por lá, a preocupação já era expressiva, a ponto de o governo norte-americano envolver tanto os seus próprios centros de controle de intoxicações quanto especialistas de outros países, oferecendo e financiando cursos”, esclarece.

Continua na página 2

Ronan Vieira, do CCI: pela criação de um núcleo de excelência, com caráter multidisciplinar



Médico exhibe volumes contendo praticamente todas as pesquisas realizadas sobre agentes químicos



Funcionário da Unicamp expede correspondência: proteção adequada

Calhamaços de ameaças

CARLOS LEMES PEREIRA
calberto@reitoria.unicamp.br

Ronan Vieira, do Centro de Controle de Intoxicações da Unicamp, chega a interromper a entrevista para exibir alguns exemplares das 130 pesadas publicações que, religiosamente, lhe foram sendo remetidos dos serviços de saúde públicos norte-americanos, à medida que concluía os estágios de atualização. “Cada volume trata de um agente químico; na totalidade, abrangem quase todas as pesquisas existentes no mundo”, explica. “Numa ocorrência, você precisa de informações que normalmente não estão disponíveis em títulos comuns. É preciso uma literatura altamente especializada. Um evento catastrófico pode não ocorrer no prazo de um, dez, vinte anos, mas quando e se ocorrer, os dados têm que ser precisos e rapidamente acessáveis”.

Os calhamaços ricamente ilustrados que entopem as estantes de sua sala de trabalho levam Vieira a comentar: “Os EUA estão muito à nossa frente nesse campo e isso não é à toa. Lá, eles realmente investem nisso, mas nós não invejamos o motivo que os leva a fazê-lo; afinal eles se sentem ameaçados num nível que está muito longe de nossa realidade”. O Congresso de Toxicologia, ocorrido em 1999 nos EUA, foi um marco desse “nó no peito” dos cidadãos daquele país. “Eu estava lá. Foi muito antes da tragédia de 11 de setembro deste ano, mas eles já tinham motivos de sobra para priorizar a questão”, recorda-se o médico.

Ele não se esquece de observar, criticamente: “A estratégia deles é forçada pelo receio do terrorismo a que se acham sujeitos pelos países que, no jargão da direita norte-americana, são rotulados de ‘países sem lei’, entendendo-se que ‘país com leis’ é o deles; ou seja, referem-se às nações que praticam uma linha de oposição mais ferrenha aos EUA”.

“Mas, o que importa, para nós, é aproveitar a experiência deles, no sentido de construirmos uma via na qual possamos evitar ou, no mínimo, reduzir as conseqüências de qualquer eventualidade do tipo”, completa. Vieira ressalta que, ante os acontecimentos de setembro, essa preocupação já se propaga pelo Brasil: “Houve recentemente um congresso no Rio Grande do Sul e a Sociedade Brasileira de Toxicologia convocou uma mesa-redonda para debater o papel dos CCIs numa possível guerra”.

‘Zona quente’

Na sua concepção, qualquer grupo que se volte para a prevenção e combate às conseqüências de uma emergência química ou biológica de larga escala deve ter um caráter multidisciplinar. “Nessas situações há sempre um componente extra-hospitalar”, justifica.

Ronan observa que, diante de atentado ou acidente com produtos letais, um grupo invariavelmente tem que enfrentar a emergência no local do evento, a chamada “zona quente”. “No geral, não são médicos, mas técnicos treinados para atuar ali e que, além de saber como livrar as vítimas do pior, são obrigados a conhecer as regras e os equipamentos certos para auto-proteção, como máscaras e vestes pressurizadas. Também os cuidados com o transporte dos resíduos são primordiais e obedecem a normas rígidas de segurança”.

Vieira acrescenta que a capacitação para identificar a substância nociva ainda no local de contágio – o que nem sempre é fácil, em se tratando de planos terroristas – é outro item vital. “Quanto mais intenso for o risco e mais difícil a neutralização da substância tóxica, mais caro é o custo desse aparato de controle. No entanto, temos que nos conscientizar de que,

nesse estágio, a regra básica é ‘proteja a você antes de mais nada, para que possa ser útil aos outros’. Sendo assim, não há como se dar ao luxo de fazer economias irresponsáveis”.

Depois de cumprido todo esse corre-corre na “zona quente”, o atendimento a uma ocorrência de alto risco está longe de se encerrar. O coordenador do CCI passa a discorrer sobre a operação intra-hospitalar. “Aí temos uma gama de problemas sérios. E não falo só do preparo especial das equipes médicas, em termos de conseguirem fazer uma triagem adequada, que indique rapidamente a abordagem medicamentosa e o isolamento de fatores que levem risco de contágio a quem está atendendo ou mesmo a outros pacientes”, adverte. “Me refiro também à capacidade de absorção do volume de pacientes que, se for muito grande, quase nenhuma instalação de saúde daria conta isoladamente”.

Efeitos potencializados

Em suas explanações, como a que ocorreu no último dia 13 de novembro no HC, Ronan Vieira tem abordado mais detalhadamente os aspectos da guerra ou terrorismo químicos. Mas isso se deve unicamente ao fato de ser a área pela qual ele optou por se aprofundar melhor. “Na verdade, os agentes químicos tão somente compõem um grupo de armas não convencionais que podem ter – e têm tido – seus efeitos potencializados em proporções assustadoras”, alerta. Os outros “micro-inimigos” se agrupam em agentes biológicos e toxinas.

Com relação aos agentes químicos, segundo o especialista, um dos fatores mais temíveis é sua utilização via tecnologia binária, que por si já é uma tecnologia bélica desenvolvida há tempos. A denominação se deve ao emprego dos produtos em dois estágios: no primeiro, os compostos são compartimentados no dispositivo de um foguete, por exemplo, de maneira a não produzir o efeito tóxico de imediato, uma vez que ainda não se misturaram. Mas isso é calculado para ocorrer no lançamento ou trajeto, e o que chega ao alvo já tem grande capacidade de devastação. “É uma bomba, propriamente falando”, resume Vieira.

Dentre os produtos mais conhecidos estão gases como o mostarda, cianídrico e o cloro. “Os gases provocam queimaduras na pele e nos pulmões e, mesmo quando não alcançam sua meta fatal, deixam seqüelas graves”, descreve o médico. Longe de serem qualquer novidade, foram largamente empregados na Primeira Guerra Mundial.

Há ainda os organofosforados. Inicialmente desenvolvidos para funções inseticidas, enquadram “vilões” pouco conhecidos do grande público, como tabun e soman. Mas também o sarin, aquele que, pelas mãos de uma seita extremista japonesa, causou uma catástrofe no metrô de Tóquio alguns anos atrás. “São intoxicantes. Agem no sistema nervoso, aumentando as secreções do corpo, como suor e saliva, até causar a morte por insuficiência respiratória”, explica o coordenador do CCI. “Estes foram desenvolvidos pelos alemães. Só que há a nova geração, norte-americana, surgida na década de 1950. Caso do VX, muito mais letal, pois sua toxicidade é produzida em doses relativamente mínimas. Mata rápido, além de induzir ao coma e a convulsões”, relaciona o cientista.

Ainda na linha dos códigos misteriosos, algo como 2, 4, 5-triclotofenoxiacético com dioxina soa como o “último grito da moda” dos laboratórios da morte. Nada disso: é só o nome científico do velho “agente laranja”, o desfolhante que os norte-americanos juram até hoje que lançaram no Vietnã “apenas” para privar os inimigos da camuflagem natural que a selva lhes oferecia. “Só que, ‘coincidentemente’, os vietnamitas sempre estavam debaixo daquelas árvores”, ironiza Vieira.

Vieira ressalva que “um grande número de pessoas precisando de atendimento simultaneamente, provoca tumulto em qualquer lugar do mundo, mas no Brasil isso se torna particularmente delicado, tendo em vista que os serviços públicos já vivem naturalmente saturados”.

O segredo do negócio

Quanto ao grupo dos agentes biológicos, o “segredo do negócio” bélico-terrorista está em modificar geneticamente microrganismos, como bactérias e vírus, para torná-los mais resistentes nas operações de “transporte”, facilitar sua disseminação e aumentar sua resistência a drogas imunizadoras.

Toxinas são produtos químicos sintetizáveis por seres vivos, vegetais ou animais (mais propriamente fungos e bactérias). É o caso da ricina encontrada na semente da mamona (*Ricinus communis*). Quando em “boas mãos”, servem para salvar vidas, a exemplo da insulina fabricada modernamente, ou da toxina botulínica, que em situação controlada é usada para tratar paralisias, empregada na oftalmologia, além do uso em tratamentos estéticos. Mas, como para fins destrutivos, as bactérias, fungos ou vegetais podem ser modificadas geneticamente de modo a aumentar a produção de toxinas ou acentuar a sua toxicidade, a ricina, por exemplo, seria potencialmente utilizável para provocar botulismo”, observa Vieira.

A simples menção dos efeitos desse trio inseridos numa guerra é de dar calafrios. O coordenador do CCI relativiza, porém: “Esses elementos são mais temidos em relação ao terrorismo, pois vários deles podem ser desenvolvidos sem grandes recursos tecnológicos, mais à base de conhecimento”. O que não deixa de ser também muito preocupante, concorda Ronan Vieira.

Ebola, varíola, antraz: o horror invisível

A arma biológica é utilizada desde as primeiras guerras da humanidade, mas ela foi bastante aprimorada no último século

CARLOS TIDEI
ctidei@retoria.unicamp.br

Um único membro do Taleban contaminado por varíola, andando no metrô de Nova York, pode causar a morte de centenas de milhares de pessoas em poucas semanas. A varíola é uma doença erradicada no mundo, sem registro de qualquer pessoa contaminada. Mas o vírus causador da moléstia existe armazenado, trancado a sete chaves em dois laboratórios, e não há vacina para proteger a população de até 20 anos, que jamais foi imunizada.

“Eles são bem capazes de contaminar algum suicida com esse intuito”, alerta a infectologista Maria Luiza Moretti Branchini. A ameaça de uso de armas biológicas tornou-se mais real depois dos recentes atentados com correspondências contendo antraz nos EUA. Do possível arsenal a ser usado por terroristas fazem parte, além da varíola e do *Bacillus anthracis*, o vírus Ebola e a

americano foi geneticamente desenvolvido para não aglutinar e se espalhar melhor pelo ar. A forma de disseminação mais comum é aérea, por vaporizador agrícola, o que explica a proibição de vôos de pulverização naquele país depois dos atentados.

A qualidade do antraz dos atentados nos EUA não se compara à bactéria desenvolvida na Rússia, que em 1979 causou a morte de 68 pessoas nas imediações do laboratório Biopreparat, depois de um acidente que liberou um gram, grama da substância. Este mesmo laboratório, que já foi dos mais modernos do mundo, também realizou experiências genéticas para aumento da virulência do Ebola e varíola.

Primórdios

Segundo Maria Luiza Moretti Branchini, desde os primórdios da humanidade existem registros de uso de armas biológicas nos conflitos humanos. Antes da teoria dos germes, os gregos, romanos e persas colocavam cadáveres para contaminar o inimigo. Na era medieval eram usadas a peste bubônica com cadáveres que tinham a peste cutânea. O que eles não sabiam é que a peste é transmitida por pulgas, e não por pessoas contaminadas. Os ingleses, no século 18, usavam lençóis contaminados por varíola para exterminar os índios americanos, acertadamente, porque o vírus se propaga pelo ar e o depósito é o indivíduo doente.

Entre as toxinas que podem ser usadas como arma biológica atualmente, uma das mais viáveis para os terroristas é mesmo o antraz, devido ao baixo custo, relativa facilidade de armazenamento, requerendo pouco conhecimento e sendo de difícil prevenção. Não é transmitido, no entanto, de uma pessoa para outra. No caso da varíola, o início de uma epidemia geraria um movimento mundial de vacinação e poderia ser debelada novamente. A tularemia exige um vetor, as pulgas, para se propagar, e contamina as pessoas através da transmissão por animais.

Sem fronteiras

Com a globalização, que elimina as fronteiras para as doenças, o mundo investe na luta contra três grandes epidemias, que são a malária, a tuberculose e a infecção pelo HIV. Mas algumas podem voltar, porque a evolução dos microorganismos é completamente imprevisível, mais ainda quando manipulada pelo homem. A gripe espanhola, por exemplo, dizimou toda uma população em 1918 e hoje a humanidade ainda é suscetível ao vírus porque não ficaram cicatrizes: não houve sobreviventes que pudessem passar para a geração futura a resistência à moléstia, que pode ressurgir com o mesmo poder de contaminação e morte.

“Se o século passado foi marcado mais pela tecnologia das ciências exatas, o século 21 será marcado pelo desenvolvimento do genoma humano, alterando todo o conhecimento do organismo humano, proporcionando uma bagagem imensurável que vai influenciar toda a saúde no planeta”, finaliza Maria Luiza.

Fotos: Antoninho Perri

Doenças Infecciosas: Perspectivas e Tendências

Maria Luiza, infectologista da Unicamp: “Eles são bem capazes de um ataque suicida com esse intuito”



Temor com os alimentos

Doenças de origem alimentar também figuram entre os temores dos cientistas. “O bioterrorismo alimentar é o mais fácil de todos os processos”, afirma Edir Nepomuceno da Silva, professor da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp. Entre as bactérias, depois do antraz, que causou mais pânico que mortalidade na população dos EUA, uma das mais temidas é a toxina botulínica (bactéria *Clostridium botulinum*), causadora do botulismo, que contamina alimentos e tem alta letalidade para o consumidor. “Um grama de toxina botulínica purificada é capaz de matar toda a população brasileira”, alerta. Todas as formas de botulismo são consideradas substâncias médicas, e o esporo existe em abundância na natureza, na terra e no solo. “A bactéria pode ser transformada em laboratório para causar a doença”, afirma Nepomuceno.

A causa da doença é o agente biológico com que era encontrado em alimentos embutidos, mas atualmente, embora raro, é mais comum em alimentos envasados sem esterilização adequada, como palmitos, entre outras conservas, e temperos. “Imagine se um terrorista colocar a bactéria no reservatório de abastecimento de água da cidade”, reforça o pesquisador.

O efeito do botulismo no organismo humano é como um “apagão” dos estímulos elétricos musculares, causando paralisia gradativa até que os pulmões deixam de funcionar. O período de incubação é de dez horas a dez dias, e como o diagnóstico exige testes especiais que muitas vezes envolve respiração por aparelhos e fisioterapia para manter o corpo em atividade. Como prevenção deve-se sempre aquecer os alimentos, evitar mel para crianças de até um ano e vacinar pessoas suscetíveis.

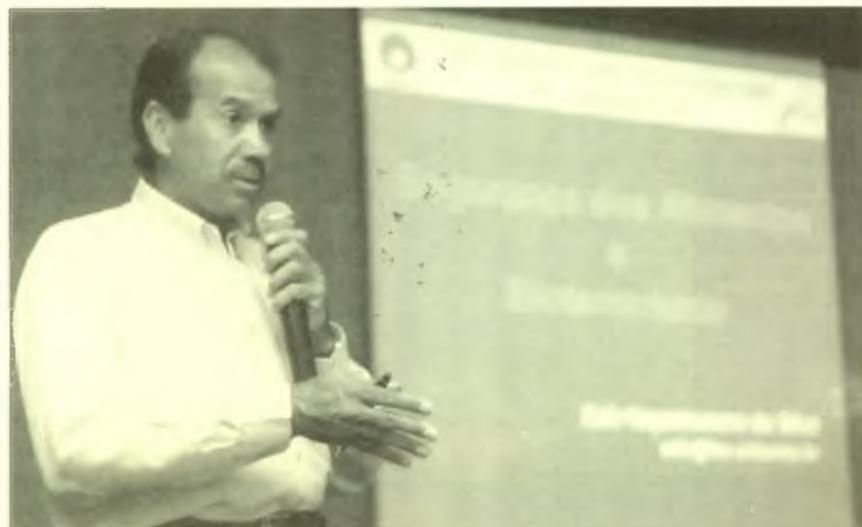
As doenças de origem alimentar nos EUA afetam 76 milhões de pessoas todo ano. Destas, 325.000 são hospitalizadas e 5.200 morrem. As causas mais comuns são a salmonela, que causa prejuízos estimados em US\$ 8 bilhões por ano, a *Campylobacter sp.*, com alta incidência mas baixo índice de mortes, e a *Listeria monocytogenes*, bastante frequente em queijos, com baixa incidência e alto número de óbitos. “O pior terrorismo alimentar ainda é a fome, que mata o indivíduo e não o mundo”, pondera Nepomuceno.

Outra forma de ação possível na área alimentar é o bioterrorismo animal, pela contaminação de rebanhos de bovinos, suínos e aves com doenças epidêmicas, como a febre aftosa, a peste suína, ou a doença de New Castle em aves. A facilidade com que os agentes patogênicos podem ser transportados para infectar rebanhos de outros países e sua capacidade de disseminação é evidente. Nestes casos o efeito seria mais econômico que de saúde pública. “Se a febre aftosa atingir rebanhos nos EUA, teria um impacto econômico imensurável. Todos os países deixariam de comprar carne deles”, destaca. “De agora, em diante devem surgir ocorrências estranhas na área animal e vegetal, de origem terrorista”, acredita Nepomuceno.

tularemia, entre outros. Considera-se arma biológica todo agente capaz de causar doença ou morte em indivíduos.

No mundo todo são realizadas experiências biológicas destinadas à guerra. Pelo menos 12 países possuem comprovadamente armas biológicas, entre eles o Iraque, que sintetizou o *Bacillus anthracis*. Nas guerras empreendidas pela humanidade o recurso de uso de doenças sempre foi empregado e mais desenvolvido cientificamente no último século. O uso de armas químicas e biológicas introduziu máscaras de proteção no equipamento básico dos soldados.

Alguns agentes precisam ser produzidos de forma especial para se tornarem infectantes. O antraz enviado ao Senado norte-



Edir: “Um grama de toxina botulínica mataria toda a população brasileira”

Uma nova ordem mundial em questão

Dos escombros das torres brotaram manifestações xenófobas, que terão forte impacto nos fluxos migratórios, agravando as tensões sociais

PAULO C. NASCIMENTO

pcnpres@uol.com.br

Fotos: Antoninho Perri

Mary Castro, ao lado: violento controle de migrantes



Maria Aparecida, abaixo: "EUA caem no mundo real"



Renato Ortiz, ao lado: "Guerra não traz solução"



Ribeiro Filho, abaixo: Invasão do mercado brasileiro



Rosana Baeninger: "Brasil virou receptor populacional da América Latina"



Os ataques do último dia 11 de setembro, quando aviões atingiram as torres do World Trade Center, em Nova Iorque, e o Pentágono, em Washington, não só derrubaram os edifícios como provocaram fissuras nos pilares do respeito aos direitos individuais que sustentam o sistema democrático dos EUA. Junto com a fumaça que brotava dos escombros dos prédios pulverizados afloraram manifestações xenófobas e o apoio popular a iniciativas governamentais para restringir a liberdade de estrangeiros em nome da segurança nacional. O argumento: podem ser terroristas em potencial. O mesmo pesadelo também está contribuindo para o fortalecimento da ultradireita em países da Europa. Para nacionalistas extremistas, o crescente ingresso de estrangeiros no continente nos últimos anos assemelha-se mais a uma invasão do que propriamente a um processo migratório. Estaria na hora, portanto, de fechar as portas aos imigrantes.

O provável recrudescimento dessas tendências restritivas terá, contudo, sérios impactos nos fluxos migratórios e poderá agravar ainda mais as tensões sociais, advertiram os participantes do seminário "Uma Nova Ordem Mundial em Questão e as Migrações Internacionais", realizado em 22 de novembro na Unicamp. Promovido pelo Núcleo de Estudos de População (Nepe), em parceria com a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd) e Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), o encontro permitiu refletir os desdobramentos geopolíticos dos atentados nos EUA e suas conseqüências nas liberdades individuais e nas migrações.

"Transfusão populacional"

A professora Elza Berquó, presidente da CNPD, órgão do governo federal, lembrou que medidas restritivas afetam o processo de "transfusão populacional", necessário para atenuar o declínio e o envelhecimento da população do bloco de países com economias desenvolvidas afetados por contínuas taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição e pelo aumento da longevidade.

Embora a migração de reposição seja um processo para satisfazer requisitos específicos – ou seja, trata-se de uma migração internacional seletiva, de migrantes documentados em idades mais produtivas e com as habilidades de que precisa o país receptor –, as pressões migratórias também levam grandes contingentes não possuidores daqueles requisitos a se arriscarem a entrar de forma irregular nos países desenvolvidos, empurrados por dificuldades de trabalho e emprego em seus países de origem.

Documentados ou não, os migrantes, conforme observou a pesquisadora, freqüentemente enfrentam reações negativas das populações locais na forma de etnocentrismo, xenofobismo e racismo, a despeito de vários documentos internacionais que instam governos a respeitar a dignidade e os direitos humanos de todos os migrantes.

Essas reações, contudo, se exacerbaram após 11 de setembro, salientou Mary Garcia Castro, coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Migrações Internacionais da CNPD e Unesco, resultando em sérias ameaças às liberdades individuais e em um violento controle sobre os migrantes.

Para ela, há uma preocupante ambigüidade entre os discursos dos direitos humanos e a adoção de medidas que desrespeitam os direitos dos migrantes sob o pretexto da segurança nacional.

Desigualdades

Na opinião dos participantes do seminário, a tragédia também trouxe à tona a clara percepção de que não é possível sustentar por longo tempo uma ordem mundial na qual poucos países centrais enriquecem, enquanto os demais enfrentam processos contínuos de empobrecimento. Por isso, o momento é extremamente oportuno ao estabelecimento de uma nova ordem mundial baseada, finalmente, na relação mais justa entre nações ricas e pobres.

Maria Aparecida de Aquino, professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), argumentou que a ordem internacional caracterizada como globalização apenas aprofundou desigualdades e agravou distorções internacionais pela liberalização geral dos mercados.

Segundo ela, sinais de inconformismo com esse desequilíbrio vinham se manifestando, "algumas vezes de maneira surda, outras mais velada", de tal forma que as conseqüências não eram de todo imprevisíveis.

Não se pode ignorar também que os EUA, com sua política para o Oriente Médio, seu comportamento unilateral perante acordos internacionais e sua postura isolacionista pouco contribuem para reduzir o nível de tensão mundial. Na verdade, observaram os participantes do encontro, os ataques do dia 11 de setembro forçaram os norte-americanos, de maneira apocalíptica, a fazer parte de um mundo do qual julgavam estar a salvo.

Conforme Renato Ortiz, professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, se os EUA querem realmente combater o que consideram terrorismo, devem aproveitar essa trágica oportunidade e rever seus conceitos e se unir aos esforços internacionais para punir legalmente esse tipo de crime. Uma guerra é uma estratégia que apenas reduz os problemas à simples questão militar, e não traz uma solução de longo prazo.



Elza Berquó: "Vemos racismo, etnocentrismo e xenofobismo"

170 milhões vivem fora de seus países

Estimativas do Banco Mundial revelam que cerca de 170 milhões de pessoas vivem fora de seus países de nascimento, o que corresponde a 3% da população mundial. Esse contingente responde pelo envio de remessas anuais na casa dos U\$ 70 bilhões aos seus países de origem. Em 20 anos a população mundial refugiada saltou de 2,4 milhões de pessoas para 19,4 milhões.

Segundo estudo publicado na obra *Migrações Internacionais – Contribuições para Políticas*, lançada durante o encontro na Unicamp, aproximadamente 1,5 milhão de brasileiros vivem no exterior. EUA, com 750 mil, Paraguai (350 mil) e Japão (250 mil) são os principais países de destino, de acordo com dados fornecidos pelo Censo dos Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores. Itália, Alemanha, Portugal, Uruguai e Argentina aparecem em seguida na preferência.

No outro extremo, o Brasil abriga hoje um milhão de estrangeiros. A imigração no país começou com os portugueses, no processo de colonização. Posteriormente, com o desenvolvimento da lavoura, principalmente para exportação, houve a imigração forçada de africanos que chegaram como escravos. Com o fim da escravidão, tornou-se necessária a vinda de imigrantes para suprir a necessidade de mão-de-obra para as pequenas propriedades, e nesse contexto chegaram italianos, alemães e japoneses.

Rosana Baeninger, pesquisadora do Nepe e uma das autoras do estudo, explica que o Brasil configura seu perfil de receptor populacional na América Latina nos anos 90, com o aumento do fluxo de ingresso de peruanos, chilenos e bolivianos, que não era significativo até os anos 70. Segundo ela, cresceram também no período os fluxos de estrangeiros vindos da Argentina, Paraguai, Venezuela, Uruguai e Colômbia.

Mais recentemente, também foi possível identificar fluxos internacionais que começam a ganhar maior expressão no Brasil, como aqueles com origem na África – República da África do Sul, Angola, Marrocos, Nigéria, bem como os asiáticos vindos da China Continental, Coreia do Sul, Filipinas e Japão.

Desde 1997 a afluência de estrangeiros ao território nacional tem por objetivo principalmente a execução de trabalhos sazonais, geralmente vinculados à instalação de empresas multinacionais, à reestruturação daquelas que foram privatizadas, ao lançamento de projetos mundiais e ao desenvolvimento de estratégias comerciais regionais.

Segundo Sadi Assis Ribeiro Filho, da Coordenação Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego, o Brasil deverá terminar o ano de 2001 com um número de trabalhadores estrangeiros 20% superior aos 17 mil técnicos ingressantes no ano passado. Ele informou que nos últimos quatro anos se inseriram no mercado de trabalho qualificado brasileiro 40 mil estrangeiros, oriundos dos EUA, Inglaterra, França, Argentina e Alemanha.